



ANDRÉ VIDAL DE ARAÚJO



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
1918 - 2018

ESTUDOS DE SOCIOLOGIA



Coleção
Pensamento Amazônico
Série João Leda - v. 14



NOTA EXPLICATIVA SOBRE ESTE LIVRO ELETRÔNICO

Os direitos sobre os textos contidos neste livro eletrônico são reservados ao(à) seu(sua) autor(a) e estão protegidos pelas leis de direito autoral. Esta é uma edição eletrônica, não comercial, que não pode ser vendida nem comercializada em hipótese nenhuma, nem utilizada para quaisquer fins que envolvam interesse monetário. Em caso de citação acadêmica deste E-book, todos os créditos e referências devem ser dados ao(à) autor(a), a Academia Amazonense de Letras e a Reggo Editorial.

Este projeto foi contemplado pelo "Programa Cultura Criativa, 2020 / Lei Aldir Blanc – Prêmio Feliciano Lana" do Governo do Estado do Amazonas, com apoio do Governo Federal, Ministério do Turismo, Secretaria Especial da Cultura e Fundo Nacional de Cultura.



Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



Coleção
Pensamento Amazônico
Série João Leda – v. 14

ESTUDOS DE SOCIOLOGIA

ANDRÉ VIDAL DE ARAÚJO



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
(1918-2018)



DIRETORIA
BIÊNIO 2020/2021

Presidente

ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

Vice-Presidente

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

Secretário-Geral

EULER ESTEVES RIBEIRO

Secretário-Adjunto

ARISTÓTELES COMTE DE ALENCAR FILHO

Tesoureiro

ABRAHIM SENA BAZE

Tesoureiro-Adjunto

FRANCISCO GOMES DA SILVA

Diretora de Patrimônio

CARMEN NOVOA SILVA

Diretora de Promoções e Eventos

MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS

Diretor de Edições

JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

Conselho Fiscal

MARIA JOSÉ MAZÉ SANTIAGO MOURÃO

LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA

MAX CARPHENTIER LUIZ DA COSTA

Conselho Fiscal – Suplentes

SERGIO VIEIRA CARDOSO

JOSÉ GERALDO XAVIER DOS ANJOS

ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS

Filiada à Federação das Academias de Letras do Brasil

Av. Ramos Ferreira, 1.009

CEP.: 69010-120 – Centro de Manaus

Manaus-Amazonas

Tel./Fax: (92) 3342-5381

Site: academiaamazonensedeletras.com

E-mail: academiadeletras.am@gmail.com

SUMÁRIO

Palavra do Presidente	7
Da mesa do editor	9
Estudos de Sociologia.....	11

© **André Vidal de Araújo**, 2021

Coordenação Editorial
José Braga

Comissão Editorial

Marcos Vilaça, Elson Farias, William Rodrigues, Bernardo Cabral, Lafayette Vieira,
José Braga, Carmen Novoa Silva, Dom Luiz Vieira, Márcio Souza, Almino Affonso,
Aristóteles Alencar, Sergio Cardoso, Artemis Soares.

Produção Editorial
Marcicley Reggo, Dayana Teófilo

Capa e Projeto Gráfico
Marcicley Reggo

Imagem da capa
© twenty20photos/Envato

Digitalização dos originais
Roumen Koynov

Ficha catalográfica
Ycaro Verçosa dos Santos – CRB-11 287-AM

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A663e Araújo. André Vidal de, 1899-1975
Estudos de Sociologia. Manaus: Reggo/Academia
Amazonense de Letras, 2021.
Edição digital (formato .pdf)
Coleção Pensamento Amazônico.
Série João Leda – v. 14;
ISBN 978-65-86325-76-8
1. Sociologia I. Título

CDD 301

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei n.º 10.994,
de 14 de dezembro de 2004. Todos os direitos reservados (Lei 9.610/98).
Partes desta publicação poderão ser citadas, desde que referenciada a fonte.

2021

REGGO EDITORIAL

Rua Rio Javari, 361
N. Sra. das Graças – Sala 303
69053-110 – Manaus-AM

REGGO Fone: (92) 98817-0172
@editorareggo

PALAVRA DO PRESIDENTE

Robério dos Santos Pereira Braga

O professor, juiz e desembargador André Vidal de Araújo, pernambucano de Goiana, radicado em Manaus desde bem jovem em razão da transferência dos seus pais, no auge do período da economia da borracha, se transformou, ao longo dos anos, em um dos mais produtivos intelectuais e intensamente preocupado com o bem-estar social dos mais necessitados.

Juiz de menores, inovou em muitos campos de atuação da magistratura, inclusive, criando, instalando e mantendo, até com recursos próprios, diversas casas de atenção a menores, a recém-nascidos, a surdos e cegos, realizando obra meritória no campo da educação especial com o Instituto Montessoriano “Álvaro Maia”, e em nível superior com a Escola de Serviço Social de Manaus que, mantida pela sua família e com poucos recursos públicos, foi depois doada à Universidade Federal do Amazonas.

Como escritor e sociólogo, são inúmeras as obras que deixou editadas e várias que não chegaram a ser publicadas, incluindo conferências, discursos e pesquisas de campo. Dentre as mais referenciadas, *Estudos de Sociologia*, editada em gráfica modesta, em Manaus, em 1957. A esta, seguiram-se muitas outras, dentre as quais, *Organização de assistência social no Amazonas*; *Bases sociais da pedagogia curativa*; *Introdução à Sociologia da Amazônia*; *Sociologia de Manaus: aspectos de sua aculturação*; *Proteção da infância e da juventude de hoje*; *Predelinquência infantil em Manaus*.

A edição original de *Estudos de Sociologia* é apresentada por artigo de Benjamin Lima que se caracteriza como se fosse prefácio à obra, enquanto o autor cuida de temas que, à luz dos tempos correntes, ainda

se mostram atuais, como os menores de idade em face do Direito Penal, a importância da escola primária para a infância, a ação social da igreja e a proteção à infância, naturalmente sob enfoques do seu pensamento humanista e cristão.

O que noticiava a imprensa da época, e com razão, é que se tratava de uma obra que enfocava os problemas sociais de então, numa interpretação segura, com valor humano e real, a qual foi analisada por Waldemar Baptista de Salles, que viria a ser acadêmico, em artigo lançado na revista *Arco-íris*, de edição moderna e circulação na capital amazonense.

A reedição dessa obra orna de brilho especial a Coleção “Pensamento Amazônico”, Série “João Leda”, que a Academia Amazonense de Letras oferece ao público, colocando-a à disposição de forma digital em portal da Academia, inaugurando uma nova era de editoração de obras consideradas clássicas.

O que se espera, com isso, é ampliar, cada vez mais, o interesse dos estudiosos sobre os temas tratados com maestria por aquele que, tendo presidido a instituição e o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, de forma dinâmica, realizou intensamente em prol da juventude e da educação no Amazonas.

DA MESA DO EDITOR

Acadêmico José Braga

O livro constitui a principal e mais genuína vocação das academias de letras, uma espécie de missão sempre inconclusa e desafiadora.

Criação engenhosa do mundo novo virtual, o “livro sem papel” muito contribuirá para a difusão e democratização do conhecimento.

Acompanhando os novos tempos, a Academia Amazonense de Letras reuniu 40 obras de seu precioso acervo, que foram vigília e foram luz nesta Casa, legado intelectual de nossos antecessores, cujas edições se acham esgotadas, revitalizando-as e disponibilizando-as sem qualquer custo para a atual e futuras gerações de leitores.

Um resgate de parte do que, ao longo da centenária e luminosa trajetória deste silogeu consubstancia o que se pode chamar de Pensamento Amazônico, inspirado no ideal acadêmico.

Com o uso da nova tecnologia, amplia-se consideravelmente o acesso dos leitores à produção intelectual acadêmica, popularizando-se cada vez mais o livro e sua função libertadora.

Festejemos, pois, esta conquista!

Casa de Adriano Jorge, setembro, 2021.

ANDRÉ VIDAL DE ARAUJO

Diretor da Escola de Serviço Social, da Academia Amazonense de Letras, da Associação Internacional de Juizes de Menores da Hungria, da Academy of Sciences Political of Columbia University, do Seminario de Legislação Social da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, etc. etc.

ESTUDOS DE SOCIOLOGIA

ESCOLA TÉCNICA DE MANAUS

1947

A' GUISA DE PREFACIO

"UM JUIZ DE MENORES"

Desejo referir-me ao de Manaus que, ha pouco, andou aqui pelo Sul, aonde o trouxera o encargo da representação do Amazonas no Congresso de Direito Social. Andou, sim — bem o termo — e tão de fugida que eu não pude lhe dirigir a saudação para a qual fôra escolhido pela Federação das Academias de Letras do Brasil, por sermos, ambos, da Academia Amazonense.

Mas, francamente, não deixo de me felicitar pelo ocorrido, de vez que, assim, venho recorrer á tribuna da imprensa, mais alta e ressoante de que outra qualquer, para dar divulgação ao pequeno estudo, feito por mim, de tão singular, de tão impressionante, de tão reconfortadora personalidade. Reconforta, de fato, em meio da era som-

bria que o mundo atravessa, quando só se engendram coisas com designação impropria e até sacrilega de ideologias, para fazer maior o sofrimento da pobre humanidade, vêr-se um homem que a esta serve de maneira mais alevantada e desprendida, e não aspirando senão aos aplausos da propria consciencia. Não sei, mesmo, se de consciencia é licito falar-se a proposito de atos que emanam diretamente do coração, e que proporcionam a quem os pratica tanto bem-estar íntimo. Sem a minima hipérbole, André de Araújo transformou a sua judicatura num verdadeiro apostolado; e aí está o que o impõe mais do que ao respeito, á admiração emocionada e á enterrecida estima de quantos observem o panorama da vida publica daquele Estado, na fase presents. Não ignoro a fórma por que o Dr. Melo Matos, o primeiro Juiz de Menores desta Capital, homem tão cheio de saber quanto de bondade, exerceu as respectivas funções. Estou perfeitamente a par da obra de assistencia á infancia desvalida, que ele criou, secundado pela sua dignissima esposa. Conheço a extensão e o valor dos esforços que despendeu no sentido de asségurar, logo de inicio, á especie de magistratura por êle inaugurada no Rio de Janeiro, a expressão social e humana de que a mesma carecia, para não deixar de

atingir a sua finalidade sublime. E sei, até, de colaboradores absolutamente idoneos que para tanto recorreu como aquele admiravel Carlos Lebis, de tão alto espirito e de alma tão generosa, para quem se abriam as mais amplas perspectivas na organização do Serviço Social de São Paulo, quando a morte prematura o colheu. Vale referir esse caso para que se tenha ideia de como auxiliares e discipulos de Mélo Mattos lhe seguiram posteriormente o nobre exemplo em outros pontos do país. André de Araujo deve ser dos raros que assimilaram de longe tais ensinamentos, e cuidaram de segui-los com ainda maior aplicação e radicalismo. Todas as pessoas de alma entusiastica e visão aguda, que teem visitado Manaus ultimamente, voltam contando maravilhas da ação por êle desdobrada — uma ação não apenas juridica e judicaria, tambem humanitaria e paternal, e cujo desenvolvimento converte o lar do Juiz num simples e magnifico anexo do Pretorio. Ele não determina horas, nem escolhe sitios para dar desempenho á sua missão. Perseguem-no a todos os instantes e por toda parte as preocupações e os cuidados a que voluntariamente se escravizou. Ninguém no Brasil foi tão longe — parece-me — na compreensão e dignificação desse cargo, satisfazendo-o, é claro, mas elevan-

do-o sobretudo, e conferindo-lhe o máximo da eficiência, de significação humana e de valor social, quando se afasta do Fôro, e vai buscar, em pessoa, nos bairros mais pobres da cidade, para os conduzir á sua propria casa, e faze-los aguardar aí a melhor sorte, as meninas e os meninos sem pais ou — o que é pior — de máus pais, a quem ameaçam os multiplos riscos de corrupção precoce. Nada sei, pois, com segurança, de sua formação moral e intelectual. Lembrome todavia, de que, estreando cedo na litteratura e no jornalismo, como não era de estranhar em se tratando de um rebento de Araujo Filho — uma das maiores organizações de juristas, filósofo e escritor produzidas pelo Norte — seu primeiro trabalho foi sobre “Dostoiewski”, esse grande soffredor e, por isso mesmo, professor emérito de compaixão e de piedade. Ha livros que marcam para sempre o coração de quem os lê. Acredito que o Juiz de Menores da capital amazonense tenha recebido desse contacto, em tão verdes anos, com a obra do genial e infeliz russo, invadida e iluminada por tantas dôres mais ou menos soffridas por ele mesmo, um dos requisitos de sua esplendida predestinação para um dos cargos mais necessitados de sincera e profunda simpatia pelos que padecem. E qual padecimento pode comover mais do

què o daqueles que ainda se estão ensaiando apenas nos exercicios perigosos da existencia? Falta saber-se, entretanto, que André Araujo e perfeito catolico praticante. E parece que isso deve bastar a quem procure uma explicação para o modo que ele se está consagrando á luta em prol dos pequeninos desgraçados.

Rio.

BENJAMIN LIMA

AGONIA DO PENSAMENTO MODERNO

Escrever para os moços, nesta hora trágica da civilização, em que os valores morais e eternos são abalados pelas raízes, para construção de uma nova ordem política e social tão incerta como aquelas que impuzeram a certos povos, — é missão de grande responsabilidade.

Entretanto, os moços precisam ouvir os homens que encarnem a experiência, representem o passado, que construam o futuro e sejam os depositários das belezas da cultura. Não quer isso dizer que sejamos como alguém já disséra, desses marcos de cimento armado plantados ás margens das estradas, marcos que não andam e que contemplam na sua imobilidade bronquea, o caminhar dos que seguem, a carreira dos que automobilisam e a velocidade dos que vôam, cortando a imensidade em todas as

direções do infinito.

Penso escrever para esta mocidade, esperança do Brasil, em que queremos depositar o patrimonio que nos transmitiram os nossos pró-homens. É a mocidade a quem entregamos desde as agonias espirituais que abalam nossa vida interior, á riqueza material de nossa civilização impercível.

Ha moços que se transviam cêdo, envelhecem na adolescencia e morrem, espiritualmente, quando começam a viver. São os que se paganisaram no pan-sensualismo contemporaneo, e, corrompidos não alcançam a finalidade da vida, — essa belesa interna que nós sentimos e compreendemos, pela qual alcançamos a verdade de que a vida começa antes do nascer, porem não termina com a morte, porque a vida rompe os veus desse misterio biologico-metafísico, e vai transluzir no seio de Deus, no profundo dos infinitos, onde todas as amplidões terminam e páram onde todos os infinitos começam.

Mocidade, para mim, não é a inação, não é a morte. Mocidade é ação, espirito novo e vida, porque mocidade não é somente um estado biologico ; é, antes de mais nada, uma posição para compreensão dos problemas eternos, cuja discussão está aberta, apesar da transcendência que envol-

ve tais questões. Para mim o filósofo, o pensador, o cientista, o poeta, o religioso são atitudes eternas dessa maneira de se compreender e de se ser *mocidade*. A mocidade é a razão, a inteligência, a bondade, a virtude, a paz. O irracional, o odio, a vingança, a guerra formam o lado oposto de um universo sub-racional, de meia inconsciência.

Si estudarmos sob este aspecto a historia da civilização ou a historia da filosofia, — homens como Epicuro, Hobbes, Lutero, nasceram sem mocidade, corroidos pelo sensualismo, de vez que tiveram vida de instintos, tendencias obscuras para a maldade, para a destruição. Foram filhos da decrepitude do espirito. A mocidade é uma força que impele para o supra-racional, para o sobre-natural, para o eterno; e esse supra-racional, é um golpe de defesa do homem contra o racionalismo, cujos exaeros tocam á raia do irracionalismo. Quem leu Kierkegaard, Karl Barth, Chestov bem póde compreender os excessos da razão que nega a metafisica, o direito do espirito interrogar, perquerir, indagar os problemas desconhecidos, a que a ciência não responde, não resolve, não esclarece. A razão ai tendo delimitado para si propria um campo muito estreito, transformou-se em mediocridade, em rasteirice, em escrava do

homem, por odio aos grandes surtos da intelligência, aos imensos vôos do espirito a travez do pensamento onde vivem o idealismo e o metafisicismo da moral cristã.

Ao espirito não se lhe pôde impôr uma condição mediocre. O espirito tem que alcançar vôos alem da razão para prescutar o incognoscivel, o absoluto. E somente reagirá contra esses estropiamentos do espirito os que forem moços, os que tiverem espirito em mocidade. Outrora Nietzsche e Goethe lutaram até á morte contra a cruz; e a humanidade, seguindo com eles o exemplo de algumas centenas de taes pensadores, julgou-se livre de Cristo e consequentemente salva da fraqueza fisica e da tal chamada decadencia moral cristã, rumando assim os homens para o caminho que almejavam: a grandeza material, a corrida armamentista, a barbarie, a sangueira. Maravilhoso destino sonhado pelo Nietzscheismo... A cruz era um índice de atrazo mental, era o impecilho para a marcha da humanidade libertada dos preconceitos. Nietzsche foi uma grande muleta de que se serviram os homens para virem até á época atual em que contemplamos a destruição da humanidade, na sua exaltação mais irracional e deshumana: a carniçaria. Contemplamos portanto dois simbolos que representam duas humanidades, duas civi-

lizações : a Cruz de um lado, pairando muito alta, envolvida de aura e luz ; e o canhão, rodando sobre cadaveres, envolvidos de lama e ensopados de sangue. A cruz e o canhão representam duas forças portanto : a primeira, a mocidade, no sentido mais místico e humano; a segunda, a decrepitude, o odio negro do homem contra o homem, a decrepitude biologica e precoce. A mocidade tem um sentido metafisico, e representa aqueles que não perderam a fé, nem a esperança de salvação do mundo. A decrepitude, é o homem Nietzscheano, egoista, descrente, materialista, que levou a humanidade a este descabro a que chegou a civilização contemporanea.

O pensamento, a metafisica, o ser, a fé, o infinito, todos os temas da metafisica ocidental perdurarão como formulas eternas diante do espetaculo de senilidade que o homem demonstra. A civilização envelheceu com as suas esperanças racionalistas. O homem sabe que já não é a medida de todas as coisas. De Protágoras, bem como de Hegel, supondo que tudo era dialectica, — originou-se essa hediondez modernista que é o materialismo, filosofia de instintos, loucura epilética, em decadencia intellectual progressiva, com irritabilidade, fabulação, egoismo, avaricia, puerilismo, desorientação de espaço e tempo seguida de

agitação noturna e diurna com alucinações delirantes. É o materialismo a manifestação mais senil da humanidade. Atualmente, esta psicose de involução, parece atravessar o seu período terminal, pois no seu atual estado de presbiofrenia, está paralytica, tendo perdido os seus esfínteres toda a tonicidade. Caiu como que em estado de torpor, de caquexia.

Seguindo dialeticos revolucionarios e materialistas o homem assim ergueu-se contra Deus e, sem Deus, julgou-se um semi-Deus. Daí o imperio do odio sobre o reino do amor ; daí as forças da guerra destruiram o encantamento da paz ; daí a depravação a que se entregou a familia contemporanea viver em contra-produção ao ideal divino da familia cristã ; daí a maldade, a má imprensa, o mau cinema, a paganição da vida moderna. O homem prefere o que é temporal ao que é eterno. Rechassa os principios tradicionais e sobrenaturais para aceitar o que é efemero e tranzitorio.

Uma dialetica infernal estabeleceu uma confusão terrivel nesta hora da civilização. O totalitarismo politico investe contra os principios do Mundo verdadeiro. Totalitarismo comunista, totalitarismo fascista, totalitarismo nazista : Todos tres são forças contra Cristo, — a fonte eterna da vida e, consequentemente, da mocidade perene.

Ó odio que esses sistemas lançaram contra Deus, é o produto do néo-paganismo racista que é tão violento como o anarquismo feuerbaquiano da esquerda hegeliana que, satanicamente, asseverava que a consciência humana é deshumanizada pela idéa de Deus.

O materialismo historico conduziu o homem por uma especie de niilismo biologico racial, daí a anulação completa da pessoa humana.

~~por uma especie de niilismo biologico racial, daí a anulação completa da pessoa humana.~~

Só a consciência cristã poderá salvar, por um reerguimento heroico, o homem moderno nas suas energias espirituais, novas e eternas. A maquina, a ambição, a técnica, a mentira, o sensualismo tambem muito contribuíram para a perda do espiritual em que viveu outrora o homem, no esplendor de sua mocidade fecunda, o qual atravessou seculos e seculos, se renovando através das energias profundas de sua consciência milenar.

A senilidade espiritual do homem, já se está liquidando. E podemos dizer que nas velhas democracias, o universo de Maquiavel e João Jaques Rousseau, falecem pelo combate que o espirito moço lhes oferece, no esplendor da consciência de sua respon-

sabilidade e em face da função histórica que o próprio homem exerce presentemente.

Cristo e sua Igreja têm vida eterna e constituem presentemente o grande abrigo onde poderão ter refugio judeus e catolicos, bem como todos os homens perseguidos da besta apocalitica do racismo, — mística de força e de brutalidade, de mentira e de odio.

Como só o amor constrói, é pelo amor que o espirito novo, que o espirito-mocidade vencerá o mundo.

Nã mística nazista, o odio contra Moysés e contra Cristo é indiscrimivel: Mas o Sinai e o Calvario são dois pincares luminosos, que se defrontam por que se entendem, e não é a tática politica do *Mein Kampf* do Hitler que destruirá a eternidade de dois mundos, que hoje tanto se aproximam como se amam principalmente desde o advento de Pio XI ao reinado estelar de Pio XII, quando ficou decididamente verificado que o catolico não pode ser anti-semita, como bem fez resaltar brilhantemente o grande Jacques Maritain.

A Alemanha sempre viveu dentro desse espirito de germanismo avassalador. Bismarck tambem achava que as igrejas não realizavam a obra da redenção.

O Kulturkampf tambem combateu o catolicismo e descristianizou a Alemanha. Já

se disse que a batalha de Sadowa era o predomínio da Prússia protestante contra a Austria catolica. A guerra de 1870 foi uma guerra religiosa do protestantismo alemão contra o catolicismo francez. A propria reforma luterana, que marcou para a historia da humanidade um começo de desgraça para o homem, foi um grito de revolta germanizada, contra as forças eternas que sempre inspiraram o mundo para o bem e para a paz.

Os germanos estiveram sempre ao serviço das forças destruidoras, e é por isso que o Hitler odeiava o cristianismo e implantava-se como chefe do anti judaicismo. Por ele não tolerar a Moysés ou a Cristo, fica, decerto, com Barrabás ou Nietzsch.

Até o individualismo e o panteismo modernos são aspectos positivamente alemães da vida espiritual daquele povo que nasceu na Prússia e que pretendeu transformar todo o Ocidente num centro pan-germanista, dentro do espirito de revolta de Lutero, Kant, Herder, Fichte, Wolf.

Só a concupiscencia e a vaidade de Lutero que dizia que "as obras são inuteis" e aconselhava que os homens pecassem fortemente, mas crêsem firmemente, — criando o exame livre, — fundamento essencial do protestanismo, — fizeram da Alemanha um povo revoltado. De Lessing a Strauss

e a Harnack, o cristianismo passou por torturas tremendas na Alemanha.

Mas até hoje tudo tem sido inútil para a destruição dos valores moraes do Homem. Todas as filosofias que se inventaram em todos os séculos, tem sido impotentes para o conseguimento da táboa rasa que aspira fazer do espirito humano um campo estéril. Contemporaneamente, mesmo essa filosofia do século XX, tão interessante em seus matizes pensamentais, nada ha conseguido contra esse homem novo, esse homem mocidade que cada um de nós tem dentro de si mesmo, e que é a razão da propria existencia humana, quando se faz da vida uma função util a prol da paz e do amôr.

O idealismo transcendental de Husserl e o néocriticismo com Hermann Cohen e Paulo Natorp na Escola de Marburgo; bem como Wildelband, Rickert, Lask e Bauch, na "Escola do Sudoeste Alemã" nas suas preocupações teoretico-cientifico e teoretico-critico; até mesmo a "Filosofia da Imancia" de Shcuppe, todas contêm um germe que é uma tendencia para um Espiritual impondo ao homem um aspecto de vida, ocultando ao proprio homem o descortinamento do outro lado da questão e da vida.

Mesmo a fenomenologia de Husser,

a nova ética filosófica de Max Scheller e Hartmann, com o psicologismo de Lipps, o conhecimento moral de Bretano e o filosofismo de Heidegger, foram germens também daquela maneira de compreender o mundo afastado um pouco do primado espiritual.

O "*cogito*", como diz o professor Heins Heimsoeth foi esquecido, e o homem voltou-se para o "*Vivo*".

O "Pensamento" como função de ser da própria vida desapareceu; e a humanidade voltou-se para o lado da vida material, da vida vivida no sentido pragmático, utilitário. É esse sentido novo que a vida está tomando, em todos os seus aspectos e minúcias, como se o homem tivesse esquecido a Deus — que arrasta as nações para a barbarie, na sua luta contra a civilização cristã.

Só a restauração de tudo em Cristo, pôde resolver todos os problemas da vida. Mas entre Cristo e Nietzsche, muitos preferem a Nietzsche, porque ainda estamos na época em que o direito é a força e a humanidade se volta para as místicas da inconsciência e da brutalidade. O homem, infelizmente tem a preocupação pelas massas cegas que marcham aparentando coragem e energia, sem se recordar de que a vi-

da e o universo teem uma finalidade que está fóra dos postulados materialistas, sejam eles néo-kantianos, lógicos, transcendentais ou néo hegelianos com Croce e Gentile.

Pela restauração dos valores metafísicos, os quais formam a essência da filosofia verdadeira que acredita, mais ou menos na existencia do mundo físico e crê na possibilidade do conhecimento, e consequentemente, da existência da verdade, — poderá o espirito moço, que dominará um dia o mundo, resolver os problemas do ser, da existência, da essência da realidade, da substancia, da casualidade, enfim, os problemas metafísicos que envolvem as questões sobre Deus, sobre o mundo e sobre o homem.

A nova filosofia do homem novo terá por base o apoftegma evangelico que afirma: *Deus caritas est*. Nesse terreno cristão, a mocidade enraizará profundamente suas energias, para transformar o materialismo, o evolucionismo, o darwinismo, o monismo, enfim, todos os agnosticismos e crenças que estiveram fora de Cristo, — em forças nobres e generosas capazes de elevar e compreender a dignidade do homem.

E assim, portanto, é preciso retroceder. E retroceder é tomar novos rumos. Mas re-

troceder para onde e por onde, ante a anarquia contemporanea? Retroceder para Cristo e por Cristo, cem vezes se preciso for. O transcendental, o espiritual, o mental não repelem o que fôr Fé. O *delirio critico* do seculo não impedirá a marcha necessaria. A mocidade eterna já renegou aos Pilatos, porque já sabe que Cristo veio para dar o testemunho do que é a Verdade.

Nesse sentido, o "ignoramos e ignoraremos" de Du Bois Reymund, nada valem, nada exprimem. Esta é a verdade que sentimos, em face dessa agonia do pensamento contemporaneo.

O mundo, tal como está, é um cadaver em franca decomposição. A putrefação já penetrou o cerne da medula e do encefalo: o proprio pensamento, de vez que o materialismo é uma psicose coletiva que admite que o homem acredita ser o proprio homem, simplesmente, um ventre ou um conjunto de glandulas.

A mocidade sabe tambem que não é só o dogma que é indemonstravel. A ciência tambem tem os seus aspctos de indemonstrabilidade .

Essa mocidade de que falo e que é eterna, trará para o mundo o novo sentido de existencia humana, cuja consciência já em vias de transformação pela ardencia do fogo que

elabora, se baseará no Cristo eterno que, pela palavra de Pio XI, em prova de amor de Deus, já pode abrigar no seio de seu coração imenso, pela palavra e pelas lagrimas, todo o povo de Israel, quando se desencandeou agora a maior das preseguições aos judeus.

O mundo agonisa. O pensamento contemporaneo agonisa. Tudo está moribundo. Só as tendências nihilistas da violencia, com as suas concepções materialistas e historicas néo-paganizadas, — crêem na sua existencia megalomaniaca.

Aos que vivem essa mocidade eterna de que falei, — cumpre fazer perdurar o amor sobre o odio, a paz sobre a guerra, o direito sobre a violencia, a justiça sobre a iniquidade.

A ética material não poderá sobreexistir aos valores eternos de nossa civilização que, com a vitoria dessa mocidade, e, passado o transe de agonia e depuração da hora presente, retornará, definitivamente, eternamente, para a paz de Cristo no reino de Cristo.

A AÇÃO SOCIAL COMO FUNDAMENTO NO DIREITO NACIONAL

1 — *Posição do Problema Social*

1) A “questão social” está em ordem do dia de tôdas as discussões. Fala-se dela, afirma-se a sua gravidade, indicam-se-lhe os remédios. Muitas vezes, porém, não se precisam os termos do problema. E o que é mais grave ainda — põem o problema de maneira inexata. Nêste, caso, perigoso se torna indicar-lhe uma solução.

Nós procuraremos, antes de mais nada, pôr o problema com exatidão.

Uma “questão” pressupõe a existência de uma dificuldade, cuja solução não aparece à primeira vista.

Uma “questão social” sugere a existência de uma dificuldade no seio da sociedade — e, visto que a questão social é

“atual”, segue-se que existe uma dificuldade social peculiar aos tempos atuais.

É certo que a questão social atual é “o conjunto das infelicidades e misérias, de que sofre a classe operária e o estudo dos meios apropriados para lhes dar remédio”. Devemos, porém, notar que as misérias da classe operária não são novidade alguma. Podemos até afirmar, baseados em dados sérios, que a miséria dos operários manuais era mais profunda nos séculos passados.

Também não têm nada de novo os protestos dos operários contra a sua infeliz situação.

Em todos os séculos, pela história além, houve sempre movimentos de revolta da classe operária contra as injustiças da sua sorte.

A verdade, porém, é que a classe operária tomou na sociedade moderna uma atitude de importância muito especial que não tinha outrora. Noutros tempos, as reclamações operárias eram poucas, é certo. Mas, na hora atual, aparecem-nos como um perigo para a própria sociedade e como uma grave ameaça contra a ordem e a paz públicas.

Dois são os fatos particulares da nossa época: dum lado, a natureza das exigências da classe operária; do outro, os meios de ação de que esta pretende servir-se.

2) Analisemos estas duas características do movimento operário nos tempos modernos.

A. As exigências formuladas pela classe operária contemporânea.

A primeira coisa que a classe operária exige é o desaparecimento da inferioridade econômica, moral, intelectual e social, de que é vítima o trabalhador manual.

O operário moderno não se contenta com reclamar o pagamento de um salário que lhe assegure não só a vida material mas também uma justa participação nos gozos da vida.

São, sem dúvida, os sofrimentos de ordem material os que, com mais clareza, podem exprimir os fatos.

É também, com maior violência, que exigem o fim deles. Mas o seu descontentamento contra a ordem social estabelecida não tem por único motivo uma situação econômica desfavorável. Sob a influência de diversos fatores — instrução mais espalhada, difusão da imprensa, relações internacionais — o operário apercebe-se de que a classe dos operários manuais, à qual pertence, é considerada, na sociedade moderna, como uma classe "inferior".

Se analisarmos as idéias admitidas pelas sociedades modernas, forçoso nos é reconhecer que — à parte raras exceções —

a inferioridade social do operário manual é aceita pela maioria dos homens como um fato natural, em perfeita correspondência com a ordem normal das coisas.

Os membros da sociedade que não vivem dum trabalho manual julgam que pertencem, de direito, à classe superior ou dirigente. Os próprios operários imaginam subir na escala social, quando conseguem escapar-se ao trabalho manual.

O fato de alguém ser trabalhador manual é considerado como uma razão de inferioridade social.

A origem de semelhante estado de espirito está no caráter especial do trabalho manual. Convem notar que o trabalho, em si mesmo não é um castigo para a humanidade; o trabalho tornou-se castigo, porque se tornou penoso. É este o sentido da palavra da Escritura: "Ganharás o pão com o suor do teu rosto". Todo trabalho, qualquer que seja a natureza, tem um lado desagradável. Mas o trabalho manual apresenta todos os caracteres que fazem do trabalho uma repugnância.

Efetivamente, o trabalho torna-se penoso quando ocasiona um mal-estar físico; quando as condições do trabalho são más: longa duração, uniformidade; quando é uma necessidade imprescindível e não dá garantia nenhuma no futuro; quando dimi-

nue o exercício das faculdades superiores do homem.

Ora, todos êsses caracteres se encontram, e de uma maneira muito especial, no trabalho manual.

Os homens, criados para a felicidade, tentaram sempre diminuir, na medida das suas posses, o caráter penoso do trabalho e, por isso, sempre tentaram escapar à obrigação do trabalho manual. Nas sociedades não civilizadas, o homem descarrega-se do seu pêso, impondo o trabalho manual à mulher. Nas civilizações antigas, a razão fundamental da escravatura foi a tendência dum grupo de privilegiados para impôr a outros o trabalho manual.

Como consequência de todo êste estado de coisas, formou-se entre os homens a convicção de que todo aquêle que não vive do trabalho das suas mãos, é rico, poderoso, inteligente e livre; e, em contraste, que os trabalhadores manuais são os impotentes, os pobres, os servos dos outros — logo, os inferiores.

E, assim, a opinião pública julga a situação inferior dos operários, sob o ponto de vista econômico, intelectual e social, como coisa natural, correspondendo perfeitamente à ordem normal das coisas.

E a própria classe operária, tomada no seu conjunto, admitia outrora passiva-

mente o seu estado de inferioridade social. Por vezes tentou aliviar a desgraça de tal situação, sobretudo quando a miséria física se tornava pesada demais.

Na época atual, porém, a classe operária recusa-se a reconhecer que o trabalho de que vive, seja motivo para a conservar num estado de inferioridade econômica e social, nem tão pouco razão para restringir o exercício de seus direitos ou diminuir o respeito pela sua dignidade.

É por isso que a classe operária contemporânea exige:

- 1) — Que desapareçam as inferioridades materiais e morais que parecem justificar o estado de inferioridade social em que vive.

Um homem que se vê forçado habitualmente a viver num estado de miséria física, cuja inteligência não está desenvolvida, que não tem noção nenhuma dos prazeres superiores do espírito, deve, necessariamente, ser considerado pelos seus semelhantes como um ser inferior.

- 2) — Não ser por mais tempo, na sociedade moderna, um instrumento cego da produção. Pretende um lugar na direção dos negócios. Deseja, além disso, exercer uma influência direta na legislação e entende que deve tomar parte na direção da vida pública.

B. *A natureza das exigências da classe contemporânea é uma das CARACTERÍSTICAS da nossa época.*

Há outra, porém: *A natureza dos meios que ela quer empregar.*

Antigamente, quando os operários tentavam remediar as suas desgraças revoltavam-se ou, apelavam para a bondade dos particulares e dos poderes públicos.

As revoltas eram imediatamente localizadas e votadas, de antemão, ao insucesso. Eram atos de desespero.

O apêlo à intervenção dos poderes públicos ou das classes dirigentes revestia sempre a forma de uma súplica, cujo resultado dependia da benevolência, do espírito de caridade ou do capricho daqueles a quem era dirigida.

A classe operária contemporânea tomou, porém, consciência da força que lhe dá o número e do papel importante que desempenha na produção das riquezas de que vive um país. Conciente da sua força, deseja discipliná-la, agindo sob a direção de chefes e segundo um plano profundamente concebido. Não deixa, por mais tempo, ao capricho ou à condescendência dos outros, a cura dos seus males. Pretende fazer justiça por suas mãos.

C. *Consequência da atividade tomada pela classe operária.*

Não obstante a evolução das idéias, a organização da maior parte dos Estados modernos está ainda impregnada das idéias sociais doutros tempos. As classes chamadas dirigentes, isto é, os intelectuais, os ricos, os diretores das empresas, possuem um monopólio, de fato, na direção dos negócios, tanto privados como públicos. Sem dúvida, que a inferioridade do trabalho manual não é um dogma ensinado nas escolas. Mas é um ato que se revela em tôdas as manifestações da vida social.

A ascensão da classe operária não pode ser realizada no sentido que acima expusemos, sem tirar às classes que dirigem a sociedade e gozam de privilégios especiais, uma parte de sua preponderância e da sua influência.

Para ir de encontro às reivindicações operárias, é preciso fazer profundas reformas na administração do país, na direção das empresas, nos corpos legislativos, no ensino médio e superior (reservado até hoje às classes dirigentes), na repartição das riquezas e dos produtos do trabalho.

O abandono duma situação privilegiada e a ascensão da classe operária serão

elementos preciosos para o bem comum. Mas, — por um lado, — irão as classes dirigentes, atendendo à evolução das idéias e à justiça das reivindicações formuladas, aceitar as necessárias reformas?

Por outro lado, — conter-se-á a classe operária nos limites da justiça ou não irá, pelo contrário, abusar da força poderosa da sua organização?

Destas considerações deduziremos o enunciado do problema social.

2 — O enunciado do Problema Social

Na actual organização das nossas sociedades, a elevação da classe operária não pode fazer-se sem concessões e reformas.

Se estas concessões não são aceitas, se estas reformas não são realizadas, — chegar-se-á necessariamente à luta. Ora a luta é destruidora da paz e da ordem. Pode terminar pelo triunfo dum ou doutro partido. Mas numa sociedade em que há vencedores e vencidos, há sempre fermento de ódio e de discórdia.

Portanto, o enunciado do problema a resolver é este: *como é que a classe operária poderá obter, nas sociedades contemporâneas, o lugar a que tem direito e que exige, sem ter de usar de violências e sem perturbar a paz social?*

Impõe-se a solução dêste problema.

A paz social está já profundamente perturbada em grande número de Estados europeus.

A classe operária da Rússia julgou que a sua ascensão social era impossível, a não ser à custa duma das mais sangrentas revoluções que a História tem registrado. A repercussão dos acontecimentos da Rússia, nos países da Europa, é tão profunda como foi a Revolução Francesa, no fim do século dezoito.

A classe operária está sendo sacudida por um vento de revolta e trabalhada por apóstolos da Revolução que a Rússia envia pelo mundo inteiro.

O nosso país já influenciado pelo socialismo, não escapa à propaganda das idéias revolucionárias russas.

Na hora presente, "fazer ação social" não é um ato de beneficência ou de caridade, que possa dar maior ou menor bem estar aos membros da classe operária. A própria existência da sociedade dependerá do exercício duma ação social bastante eficaz baseada no direito social, para resolver o momentoso problema da questão social, cujo enunciado acabamos de expor, em termos preciosos e claros.

3 — *Solução do problema. A miséria*

deu do homem uma nova consciencia. Ação social bem orientada. Necessidade da fundação de Circulos Operarios. Liberdade de sindicatos. Grandesa das massas operarias.

A — Como solução para tão grande problema de misérias, sofrimentos, — devemos considerar que o operário, hoje, tem uma consciencia muito influenciada pelos excessos demagógicos de interesseiros e materialistas de todos os matizes.

A Vida é um pasadello ante a insegurança do futuro, ante as dificuldades dos encargos de familia, de molestias, de alimentação, de habitação. Daí o dever de cuidar do homem, de amparar o homem, de assistir o homem com o indispensavel ao bem estar do operário. Ninguem deve furtar-se a esse dever. Todos temos a obrigação de proceder em harmonia com a caridade, mas uma caridade tão profunda, tão humana, que leve ao sacrificio aquele que a pratica.

Temos responsabilidade direta em todos os males sociaes por que passa o mundo. Justas, portanto, todas as reiyndicações populares anceiadas pelo proletariado. Mas, para evitar que o direito à vida leve o homem ao desespero, — nós devemos ir ás massas com o nosso programa, dando ao

operário do direito ao salário família, até hospital, dispensário, maternidade, crèches para seus filhos, alimento substancial, escolas primárias, secundárias e superiores para seus descendentes.

Temos que suprir, de vez, a miséria, para afirmarmos que a Igreja é verdadeiramente a Mãe dos pobres, dos oprimidos, dos famintos, dos desgraçados.

Mas para isso é preciso que nos preparemos para esse apostolado extraordinário, que nos poderá levar às mais graves incompreensões no mundo em que vivemos.

Pouco se tem feito pelo operário, em face daquilo que ele merece receber por ser filho de Deus, por ser nosso irmão pela consanguidade divina.

B — Uma ação social bem orientada é indispensável que se organize por todo o país. Um congresso de Direito Social poderia ser o centro nuclear dessa arregimentação total dos homens pelo bem dos próprios homens.

Não temos, infelizmente, ainda uma força capaz de assumir a direção moral e espiritual de um movimento assim, no Brasil.

As autarquias nada conseguiriam nesse sentido. O Ministério do trabalho tem outra função. Mesmo porque, para uma ação tão conjunta, — requer-se uma unidade de idea, de sentimento, de fé, de com-

preensão.

Visamos, antes de mais nada, o conforto material do trabalhador. Cremos que o conforto material engendra a ordem sobrenatural. Os homens do povo são homens simples, rústicos, bons. Mas pouco afeitos à vida espiritual. Esta não existirá nunca, sem a vida material. O conforto para eles, crêa a vida profunda, a compreensão das causas e da maldade dos homens.

C — Estimulemos a fundação de Círculos de operários para que parte das massas trabalhadoras receba o fermento das verdades cristãs e, esses nucleos, verdadeiramente preparados, possam impregnar o meio ambiente dos trabalhadores, de ideias sadias.

Agindo sobre o meio atravez dos individuos e sobre os individuos atravez do meio, — faremos a ação social, criando. Iniciaremos uma politica para influir em todos os rumos da assistencia social e do serviço social do País, chegando mesmo até, se possível, a apoderarmo-nos, dessas obras que sempre foram nossas, inclusive a obra da educação do povo.

Que uma Ação geral se transforme numa verdadeira ação social de defesa dos pobres e dos oprimidos, dos famintos e dos operários, uma vez que essa Ação seja composta

de grupos de formação que se podem multiplicar.

O indivíduo, como o grupo social empenhados na solução da questão social, nada farão se não tiverem uma base teleologica na sua compreensão, na visão do problema.

D. — É indispensavel que se desenvolva uma grande atividade, nesse momento, para que a formação dos sindicatos possa ser livre. Queremos liberdade para que possamos fundar sindicatos. Leão XIII foi intransigente nesse ponto. E tinha muita razão, porque as corporações de outrora vivem nos sindicatos de hoje. Pelos sindicatos poderemos realizar a grande obra de defesa do operário, construindo u'a nova mentalidade contra a chamada luta de classes. O sindicato é uma necessidade. Gounod e Blondel são claros, como todos os mestres que abordam esse assunto da sociologia catolica.

Mas para isso devemos aceitar aqueles treis principios de catolicidade, nesse campo de politica:

- 1 — respeito ao poder civil;
- 2 — direito e renuncia ás preferências politicas;
- 3 — primazia do espiritual.

E. — Assim, creio que muito se faria para trazer as massas operárias para Cristo. Porque dai todas as questões seriam resolvidas pela compreensão do programa de

salvação, de amparo, do direito á vida.

O salário familia seria uma consequencia da compreensão das cousas. As questões da habitação, da alimentação, da educação secundaria e superior do filho do pobre; as questões todas relativas á felicidade material do homem, iriam sendo resolvidas sem lutas e incompreensões.

PONTOS SOBRE A QUESTÃO SOCIAL

Intensa tem sido a doutrinação da Igreja em torno dos seus pontos de vista na solução da questão social, questão essa agravada nos últimos séculos com a formação e o estabelecimento da sociedade liberal, responsável por essa tortura e por esse desespero dos tempos atuais.

A máscara mortuária dos tempos presentes revela o espírito de uma agonia que a pena de Voltaire, não compreendendo, ridiculizou-a; que Rousseau transformou em otimismo doentio; que Machiavel arrasou para o realismo; que Lutero do sensualismo o atirou para o misticismo revolucionário das heresias; e que Cromwel levou na ponta da espada, querendo interpretar e sentir uma solução numa idéa guerreira.

Prevendo com a sua visão profética e milagrosa o horror da marcha dos tempos

desorientados e sacudidos pelas mais negras misérias, pelas mais desesperadas ambições, pela mais ascentuada desespiritualisação da vida cristã das nações e dos homens, e tudo isso refletindo na vida dos abençoados miseráveis, dos pobres de Deus e dos sofredores, em todas as latitudes, — a Igreja de Cristo acentuou mais sua luta pela questão social, depois de 1848, com o aparecimento do célebre manifesto comunista, naquela hora em que o campo das lutas sociais se bipartiu entre individualistas e socialistas.

Era o tempo da Comuna de Paris, da nefanda Kultur-Kampf, quando apareceu a imensa e extraordinária figura do bispo alemão Monsenhor Keteller, no púlpito da catedral de Moguncia, havendo ali pronunciado dois célebres sermões sobre a propriedade, dando a essa o sentido católico, sobre as eternas questões fundiárias, do salário, do capital, do trabalho, do proletariado, do seguro social. Na França, na Inglaterra, na Suíça, a voz da Igreja seguia os rumos abertos pelos sermões de Keteller, os quais condensavam as extraordinárias idéias de São Jerônimo, do São João Crisóstomo, de São Basílio o grande, de Santo Ambrosio e de São Tiago, na sua notável epístola católica, — figuras essas assombrosas que condenavam toda a propriedade individual que não tivesse a sua função social, numa com-

preensão melhor da vida do próximo, dentro daquele sentido de que tudo que tivermos de sobras e de mais, deve ser entregue aos miseráveis, aos irmãos em Cristo, condenando o guardar demais em detrimento dos outros, dos que passam fome, dos que estão nus, dos que vivem doentes, dos que se arrastam na fraquesa diária da sub-alimentação, dos que não têm um tecto que não chova; dos que não têm um casebre, que os abriguem do frio das madrugadas húmidas, das noites chuvosas, noites que são a assombração das velhinhas esquecidas e abandonadas, dos velhinhos reumáticos, das crianças fraquinhas, das mulheres esgotadas pelo trabalho forçado diário e mal pago por patrões inconscientes e bárbaros, que sovinando migalhas, despertam ódios, fermentam revoltas íntimas na preparação das revoltas de idéias exóticas contemporâneas.

E todas aquelas idéias foram sancionadas com o aparecimento da *Rerum Novarum*, ainda tão pouca lida e tão mal compreendida, mas que, incontestavelmente, é um dos maiores documentos de todos os tempos sobre a afamada questão social.

Homens de espirito notável como o Cardeal Mercier, arcebispo de Malines, grande filósofo tomista, compreendendo a angustia humana no sofrimento das horas pre-

sentes, deixa a aura da metafísica transcendental, e realiza no campo prático, entre 1914 e 1918, uma ação apostolar desasombrada em favor dos oprimidos. Os católicos belgas, em grande assembléa constituem o célebre Código Social de Malines.

Anteriormente a esse monumental movimento, como todos os que vieram posteriormente, — a sociologia cristã age sempre em dois planos: um doutrinário e outro prático, — o das soluções necessárias. Entretanto, acusam a Igreja de não dar solução prática e eficiente ás questões dos tempos atuais. Puro engano. O que falta á igreja é mais recursos do que capacidade para resolver o problema da miséria humana.

No campo do trabalho do homem, a obra da Igreja é notavel. Quem não conhece a sua teoria do Justo Salário; a questão sobre o direito de propriedade privada, tão diferente daquela que apregoa o liberalismo individual; o conceito cristão do trabalho; a condenação da luta de classe como fundamento da questão, como querem os comunistas; o carater social e individual da trabalho; a justiça social; a caridade evangélica; a participação do operário nos lucros do capital; o sindicalismo cristão; abandono familiar; os direitos e deveres do operário, — tudo isso que ai está, em muitas

consciências e que passou ao patrimônio de todas as culturas, é ideia cristã já muito vulgarizada.

É pena não ser essa questão social tema que se discuta numa rápida palestra. Tendo a sua causa dentro da ordem religiosa, política e econômica, ela envolve uma cosmogonia total.

De início, precisamos ter uma ideia das relações do homem para Deus. Sim, porque se a questão é toda melhor sentida através dos bens materiais que faltam aos miseráveis, — impõe-se que se tenha uma noção exata de Deus, o Criador das coisas, Aquele que distribui as coisas. Dessa noção principal da questão, partem todas as outras inclusive a relação do homem com a sociedade humana. E disso vem a noção de uma sociologia cristã, de uma economia e de uma moral. Em seguida vem o problema da família, o problema do Estado, o problema profissional, problema econômico e direitos como o de associação; as relações internacionais e os temas eternos da vida sobrenatural.

Deixemos muitos desses assuntos importantíssimos e olhemos para aqueles que se relacionam com a vida material dos povos, aqueles mais sentidos pelos homens, isto é, voltemos nossos olhares para alguns problemas econômicos.

Deveis, antes de mais nada, compreender que quando a doutrina católica foi divulgada pelos documentos pontifícios e outros importantes, — foi logo por muitos capitalistas, considerada como doutrina socialista, fato esse, que por desconhecermos a doutrina cristã sobre essas questões, acusamos uns aos outros, ainda hoje, de comunistas. A maldade humana é assim mesmo. Todos os que rompem ou lutam contra os que são indiferentes ante a miséria humana, são acusados de socialistas ou comunistas.

A Igreja luta por justo preço das coisas, por um justo valor da produção contra a exploração e o enriquecimento acelerado dos homens. A Igreja não concorda com a especulação sobre os valores, títulos cambiários e mercadorias. A Igreja é favorável á nacionalização das empresas; quer uma organização de organizações e sindicatos livres. A Igreja é contra a greve; quer a arbitragem justa em que os patrões e operários se compreendam.

A Igreja quer salários justos, subsídios familiares, seguros sociais.

A Igreja quer uma assistência geral para todos, fundada no direito á vida, no direito á alimentação boa, á habitação, á saúde, á educação, ao divertimento honesto. A Igreja quer justiça e caridade para todos; quer um nível mais elevado de vida,

em que todos tenham conforto, paz, tranquilidade.

Brademos daqui, em nome do catolicismo social (que nada tem de socialismo) por um justo salário para todos. O trabalhador mal pago está sendo roubado. Do seu esforço mal compensado, vem o esgotamento, a tuberculose que devasta as populações amazonenses, em face de uma alimentação deficiente, mínima, que quer dizer: a morte lenta pela fome lenta. Os lucros se multiplicam e o homem desaparece da Amazônia. É uma extorção regulamentada, protegida, realizada com o silêncio da sociedade, embora haja um brado profundo levantado pela Igreja contra este estado de misérias sociais.

Eu falo porque sinto entre as massas esses problemas terríveis. Vai nesse meu grito desesperado, o desejo de ser útil, aos capitalistas e ao proletariado. Falo depois de ter bem meditado e estudado o ponto da doutrina católica, para não cair em heresia. Mas a verdade deve ser dita francamente. E o que digo aqui, é a voz da Igreja, do seus Papas, através das encíclicas. O que eu digo está escrito pelo Cardial Mercier no seu celebrado Código de Malines.

Donoso Cortés, católico de fama, no célebre memorial à Rainha Maria Cristina, dizia: "A enfermidade do século que é con-

tagiosa, endêmica e única, reduz-se a uma sublevação geral de todos os que sofrem fome contra todos os que sofrem fartura... As classes trabalhadoras não se levantam hoje contra as abastadas senão porque estas resfriaram na caridade para com aquelas. Se os ricos não tivessem perdido a virtude da caridade, Deus não teria permitido que os pobres perdessem a virtude da paciência. Deus não permite a impaciência criminosa dos pobres senão para castigar o egoísmo insolente dos ricos.”

Isso é puro cristianismo, vendo a questão pelo prisma do Cristo Eterno.

Sabemos que não pode existir capital sem trabalho, nem trabalho sem capital. Queremos a união de ambos, para uma compreensão melhor de vida cristã. O trabalho e o capital unidos, darão fatalmente uma empresa de comércio ou indústria, produzindo a riqueza que deverá ter em consideração o capital que a ajudou em sua multiplicação esquecendo os braços rústicos e abençoados que fizeram essa multiplicação. Dentro do Cristo, não podem existir uns, ultra-ricos; e outros, ultra-miseráveis. Di-lo o Santo Papa Pio IX, quando nos fala da necessidade atual de repartição da riqueza, naquela memorável encíclica Quadragesimo Anno, um dos mais sagrados documentos católicos de todos os

tempos.

Pio XI diz: "A justiça social proíbe que uma classe seja pela outra excluída da participação nos lucros". E Angel Herrera, afirma que, pelo pensamento do Papa, parece evidente que não se satisfaz toda a justiça com a simples entrega ao obreiro do justo salário.

É que na questão social, todo homem de mediana cultura deve ter em alta conta a personalidade humana. O produto do trabalho traz em si algo do homem que produziu esse trabalho. O que coletivamente se produziu, em uma empresa, coletivamente deve ser dividido. O máximo da produção não visa o máximo lucro, somente; visa também o máximo benefício para todos. O bem ético (dignidade da pessoa) não será sacrificado pelo bem econômico (dignidade da empresa). É a incontestável doutrina católica essa que aí está e que ninguém me contesta, a não ser aqueles ignorantes que não lêem ou não querem ler a doutrina social da Igreja, aquela doutrina que eu medito todas as noites, através das páginas ultra-humanas de São Tomaz de Aquino, de Monsenhor Keteller, de Leão XIII, de Código Social de Malines, do grande Pio XI e do admirável Pio XII.

Dentro da questão social, um ponto muito sério e que leva a certas incompreen-

ções é o da propriedade, assunto fundamental nisso tudo.

Enquanto a Igreja concede o direito de propriedade fundiária a todos, o liberalismo o nega. E foi por isso que o liberalismo dividiu a sociedade em capitalistas e proletários, criando a "escassa minoria dos ultra-ricos" e a "miséria imerecida da multidão" nas benditas palavras de Pio XI.

A Igreja quer que a propriedade constitua um benefício de todos. O individualismo do século combate isso.

Um dos grandes comentadores do Código Social de Malines, Silva Dias, católico praticante, diz que três são as atitudes humanas em face do direito de propriedade:

- 1 — propriedade, direito absoluto do proprietário (*jus utendi et abutendi*);
- 2 — propriedade comum;
- 3 — propriedade social.

A primeira posição das três, é a do individualismo. A segunda, a do comunismo; a terceira, a do cristianismo.

O individualismo considera a propriedade um direito de gosar e de dispor das cousas da maneira mais absoluta. É a idéia romanista da vida. É o código napoleônico; é o código civil de Bevilaqua; é a maioria do pensar retrogado de muitos dos nossos juristas.

O comunismo pensa diametralmente oposto a isso. É Proudhon considerando a propriedade privada um roubo; é Marx querendo expropriar os expropriadores.

A teoria da propriedade social é a tese cristã da verdade. O bem está em conjunto dos homens.

Santo Tomaz de Aquino ensina: "Em direito natural as coisas são comuns; não que o direito natural obrigue a tudo possuir em comum e a quasi nada possuir individualmente, mas porque a distinção da propriedade vem, não do direito natural, mas da intuição humana que se exprime pelo direito positivo."

A doutrina católica entende que se a propriedade é privada quanto à posse, é comum quanto ao uso, no sentido de que os seus benefícios devem aproveitar não apenas ao proprietário, mas a toda a coletividade, segundo Silva Dias.

Pela sociologia católica, o proprietário é um administrador. O que excede àquilo que ele precisa, — deve devolver aos pobres. A isso Pio XI recomenda: "os ricos estão obrigados a exercer a esmola, a beneficência e magnificência". É por isso que a propriedade tem uma função social e outra individual.

Enquanto o liberalismo só a concede a um grupo de homens e o comunismo a re-

tira de todos para entregá-la sómente ao Estado, — a doutrina social católica aspira que todos sejam proprietarios, tenham o suficiente para uma vida feliz, não tenham demais em detrimento dos outros. Recomendada pela doutrina cristã do distributismo a distribuição da propriedade fundiária, quer que essa propriedade fique sempre com uma função social. Desde que todos tenham, desde que todos possuam, ha um equilibrio na sociedade, e, em consequência disso, automaticamente, a propriedade passará a ter sua função social: o reequilibrio social pela posse do necessário para todos.

Convem transcrever este trecho do grande Pio XII, atualmente reinante, pronunciado na ocasião das comemorações do sexto aniversário de sua eleição:

“As associações cristãs aceitam a socialização sómente nos casos em que ela é certamente imposta pelo bem comum, ou seja como o único meio verdadeiramente eficaz para remediar um abuso ou para evitar uma derrota das forças econômicas do país, assegurando a ordenação orgânica destas mesmas forças e encaminhando-as em beneficio dos interesses econômicos da nação; quer dizr, com o objetivo de que economia nacional de todo o povo atinja uma propriedade tal, que constitua,

ao mesmo tempo, um fundamento são inclusivamente da vida religiosa e cultural.”

É a Igreja transigindo, em certos casos, para o bem geral, com a socialização, segundo a iluminada palavra de Pio XII.

Para certos católicos atrasados, isso é um absurdo. E acoimam de socialistas os que, como eu, assim pensam, baseados na palavra abençoada desse imenso e luminoso Papa Pio XII. É que os princípios de equidade, de justiça e caridade não têm limites nas ações humanas partidas pela iluminação interior de uma consciência que sente necessidade de ver o bem coletivo acima de tudo e de todos.

O referido sociólogo católico Silva Dias, sobre o assunto, mostra que já o direito de propriedades imperfeitas como a enfiteuse, o censo, o quinhão, são meios para facilitação do capital fundiário nas mãos de todos. A própria participação dos operários nos lucros da empresa já é uma desdobração do direito de propriedade por todos os pobres e miseráveis.

A questão social está viva e palpitante. O homem tem que resolvê-la, para o seu próprio bem. Cruzar os braços crendo que nada acontecerá, é uma imprevidência, uma falta de conhecimento dos fatos históricos, dos acontecimentos sociais, que se desenrolam, cada vez mais graves.

Só uma compreensão dos fatos por parte dos que estão bem na vida, poderá encaminhar a solução da questão. Mas poucos leem sobre esses fatos e essas cousas. Poucos ligam à dor alheia, à fome dos nossos irmãos, à dor dos desesperados, ao desespero dos miseráveis.

A miséria do povo, quer espiritual e material, toca aos pontos mais altos, raia aos infinitos do impossível.

Na desesperança dos povos miseráveis, dos famintos, dos nus, dos que vivem sem consôlo, dos que vivem esquecidos, esgotados, corroidos por todos os males, — é que se está formando a massa humana que espera por nós, pacientemente, apelando por pão, pelo alívio aos seus desesperos, aos seus sofrimentos.

Não podemos ficar indifentes a nada disso. Paliativos de nada mais servem. Um simples pedaço de pão, um trapo de pano, uma lata de resto de comida colhida à hora de nosso jantar, — não remediariam a miséria e a infâmia de viver, anos a fio, no mais doloroso dos sofrimentos não humanos, mas de caïnçada coberta de lepra, tiritando de frio, uivando de fome, — tal a situação dos pobres no mundo atual.

Todos compreendem isso. Mas precisamos de agir mais. Ir aos pobres. De barraca em barraca, de fábrica em fábrica, de hos-

pital em hospital, de bairro em bairro, — para levar ao menos uma palavra, até que chegue a hora dos que podem levar aquilo a que os pobres têm direito .

É preciso que constituamos grupos e mais grupos de homens e mulheres, que levem, por um ação consciete e bem orientada de Serviço Social, a salvação em espirito e em matéria, dos que morrem esquecidos dos homens na mais profunda das misérias sociais.

Penetrar no profundo das misérias, nesse “De Profundis” de infâmias sociais, é o nosso dever, até que sôe a hora para aqueles que guardam avaramente suas furtunas, — de marcharem, iluminados pela fraternidade cristã, para os nossos irmãos pobres, famintos, miseráveis, cobertos de chagas, doentes, triste e quasi mortos por uma civilização errada, criminosa que se esfragôa nesse fim de culturas materializadas, que esqueceram a Cristo Divino, o Cristo das dôres, o Cristo dos pobres, o Cristo dos sofredôres, o Cristo amigo das crianças e dos pequeninos, dos humildes e dos bons.

AÇÃO SOCIAL PARA UMA REFORMA SOCIAL

Antes de mais nada, a justiça de Deus, — Exmo. Snr. Arcebispo Dom Mario Vilas Boas, — transforma a maravilha desta festa numa cerimonia de laurea doutoral, para receber V. Excia. que é um luminoso milagre da intelligencia brasileira, para saudar a um principe da religião do Cristo, que vive semeando a palavra da misericordia, da justiça, do direito, da caridade e do amôr.

Sejam nossas palavras, nossos pensamentos, nossas orações para aqueles que se encontram, no turbilhão da vida, com as graves responsabilidades desta hora tremenda, — entregues, de um lado, aos misterios sobrenaturaes da missão sacerdotal, e de outro, atendendo aos clamores do desespero humano, bradando contra a miseria, a exploração, a irreligiosidade, a opressão, o abuso dos poderosos, — fonte da mi-

séria material e moral de nossa época.

A missão divina do sacerdote, desce de muito alto e se harmonisa com a missão do homem social. E' o esplendor do altar de uma catedral iluminando os casebres humildes dos pobres de Deus. E' o Cristo batendo de porta em porta, entregando o alimento do corpo, pelo misterio da misericórdia divina, para depois tocar o coração pelo fogo da graça e chamar o homem pela fé, à comunhão frequente. É o sacerdote sociologo que compreende a fraquesa do homem incapaz de pairar acima das miserias e das contingencias extritamente materiaes da vida, e compreende tambem a dificuldade desse homem encontrar na religião, — a luz, o repouso, a paz, a força para amparar homens na miseria da vida materialista, egoistica, infeliz, concupiscente da época em que vivemos, onde o sensualismo, a ambição, o egoismo, a falsidade, o odio, a vingança imperam dolorosamente.

É o sacerdote filosofo que penetra fundo nas causas das questões, dos conhecimentos, das ciencias, e faz, do humanismo tomista, o centro de uma antropologia filosofica, baseado no cristianismo evangelico.

É o teologo profundo, de onde emanam notaveis pastoraes, como aquella imortal sobre a "Ação Catolica", joia rarissima que

se destaca no relicario das publicações de V. Excia.

E' o sabio que tem sobre seu dominio os problemas da questão social, e, como doutor da Ação Catolica, (a organização gigantesca do genio de Pio XI) doutrina na sua Arquidiocese as regras da justiça e da caridade, para combater os males da opressão materialista.

E' o orador consagrado que luta contra a mentalidade egoista contemporanea, para mudar os rumos por onde segue o mundo materializado. Conhece V. Excia. homens como aquele socialista a que se refere o capuchinho Crisostomo Schulte e que interpelou o proprio Schulte numa das suas conferencias, dizendo que não acreditava no poder da palavra dos que pregam por nova ordem cristã, porque sabia que, se numa "noite circulasse pela cidade uma familia de operarios sem recursos e abrigo, ele não acreditava que entre os catolicos houvesse um que partilhasse sua casa com aqueles pobres mendigos, mesmo incluindo aqueles que ouvem missas aos domingos festivos. E perguntava ainda o socialista se o padre Schulte conhecia algum industrial que estivesse envolto em três cobertores e se esse era capaz de tirar um dos seus agasalhos e dar áquela gente misera-

vel que andava a pedir abrigo e pão pelas ruas da cidade”.

Mas V. Excia. sabe também da resposta do padre Schulte ao comunista quando esse dizia que, “em assim sendo, eles e sus companheiros tinham a missão de entrar no quarto do industrial à força, para tomar os cobertores”. V. Excia. sabe daquela memorável resposta do padre ao comunista: “Sim, e amanhã de noite, haveria um comunista agasalhado com três cobertores no leito, e, simplesmente, ficaram trocados os papéis”.

Queria dizer: não houve solução na questão, evidentemente.

Posições trocadas e nada mais, porque as causas dessas miserias sociais do enriquecimento exagerado são múltiplas e muito profundas.

Como o pobre homem que interpelou o padre Schulte, nós sabemos que uma grande maioria acusa a Igreja de não se interessar pelas questões operárias. O que é falso. E dizem que os operários foram vítimas de explorações de trabalhos, de salário miseráveis e não tiveram a voz da Igreja a seu favor. E que a nossa doutrina sobre a propriedade é latifundiária, individualista .

Nós sabemos, é verdade, que existem

homens que, apesar de catolicos, esqueceram-se da lei da justiça e da caridade e mostram uma ganancia extraordinaria pelo lucro, oprimindo os pequeninos da terra, os fracos de Deus, criando, pela ançia da ambição, multidões de indigentes, de famintos, de nus, de homens sem abrigos, porque as fortunas se acumularam nas mãos de poucos em detrimento da humanidade inteira. E' que esses homens esquecem-se, na sua maioria, que são dispenseiros de Deus, administradores daquilo que Deus lhes deu. Mas apesar de tudo isso, é calunioso dizer-se que a Igreja tenha sempre contemplado esse estado de cousas, indiferentemente. Abram as paginas da historia e veja-se a contribuição da Igreja à civilização humana. Melhor seria até dizer que, o que a civilização tem de bom é tudo cristão. A historia das lutas politicas, a historia das religiões, a historia da caridade, a historia da assistencia social, a historia do serviço social, a historia da paz, a historia das nações estão cheias de paginas imortais da historia da Igreja.

Nós não somos responsaveis pela natureza e estrutura dessa ordem economica politico-social do capitalismo moderno, a separação entre capital e o trabalho. Que leiam nossos opositores as pesquisas de Schulte, de Max Weber e de Max Scheler e

vejam que, em plena Idade Media existiam um comercio e uma burguesia que praticavam o capitalismo, nas suas formas atuais, contra o espirito de paz e de ordem da idade medieval. A teoria, — hoje tão em moda do objetivo valorizado como mercadoria, partiu dai. Moeda, comercio, parcimonia exagerada contraria ao espirito de caridade; poupança acentuada, nas suas grandes formas de organização, — poderosas formas indestrutíveis ou, inamoldáveis a um novo espirito de humanismo cristão: o cartel, o trust, as sociedades em conta de participações, ou sociedades Holding, o consorcio vertical, o consorcio Stinnes e suas sociedades de interesse.

Presentemente, violenta crise solapa o capitalismo individual. Depois da guerra de 1914, o socialismo marxista, aproveitando o esgotamento das forças moraes, creou esperanças para desesperados.

De fato, um bifrontismo social do capitalismo, favoreceu a tudo. As doutrinas falhas da economia liberalista, fizeram desenvolver o socialismo científico e o materialismo histórico. Visando a eliminação completa da propriedade privada, os socialistas do século XIX, traçaram os planos tremendos no campo teórico, e que estão sendo aplicados hoje na realidade prática. Dentre desses, os socialistas utopistas, —

porque eram mais humanos e sonhadores, — foram alijados. Entre eles Louis Blanc e Fourier. Lassale o verdadeiro pai das cooperativas de produção, influe um pouco nas doutrinas do grande e imortal Bispo Keteler, o homem que, ao tempo de Max e Engels, já bradava em nome da Igreja, por uma nova ordem social cristã.

A atmosfera, dentro da qual se formava o ideal que hoje domina a mentalidade da nossa epoca, — era toda cheia da Voltaire, Locke, Hume, Bakounin, Proudhon, Hegel.

Mas dentro dessa efervescencia tremenda, a Igreja, sem forças materiaes, pela palavra de seus sacerdotes, pela reespiritualisação do homem, — luta pela defesa do homem como pessoa humana, contra todos os excessos da direita ou da esquerda; combate a doutrina da luta de classes exposta pelos partidos socialistas da Alemanha; combate o bolchevismo russo; guerreia o socialismo religioso e espiritual de Adler, Radbruch, e dos homens das escolas filosoficas de Kant, de Marburg, de Cohen e Natorp.

É doloroso o estado do espirito contemporaneo, para quem conhece sociologia atual, a filosofia moderna...

A Igreja sofre dolorosamente, na sua angustia; para unir e religar tudo a Deus..

Mas a hora é tremenda. A angustia é incomensuravel. Ninguem quer crer mais em nada. A Igreja monta guarda pela perenidade da filosofia; combate o capitalismo como concepção anti-natural da economia considerada como uma finalidade em si mesmo; investe contra esse coletivismo exagerado que não admite nem a propriedade com uma função social.

E os que não conhecem a doutrina social da Igreja, contida na "Rerum Novarum" e na "Quadragesimo Anno" dizem que somos os responsaveis pelo estado de cousas que impera no mundo; dizem que nada temos feito para a solução dos problemas sociaes.

É uma injustiça contra a qual protestamos veementemente. Basta que se veja a nossa doutrina sobre a propriedade para que se compreenda a distancia que vai entre aqueles que desejam a extinção da propriedade privada e a Igreja que aspira a propriedade privada para todos. Aí está o distributismo de Chescherton que desejava, pelo menos, tres alqueires de terras e uma vaca para cada homem.

Enquanto o liberalismo deseja a propriedade para alguns, e o comunismo aspira a extinção da propriedade para todos, isto é, pequenas propriedades; uma distribuição equitativa da propriedade entre to-

dos, sem prejuizo de ninguem, e assim será extinta a maioria dos ultra-ricos e a miseria dos ultra-miseraveis.

A doutrina individualista da propriedade está erradissima. A enciclica Quadregessimo ano a corrige.

Nós não compreendemos a noção de propriedade como direito absoluto do proprietario (juz utendi et abutendi) do antigo direito romano, consecuencia da posição errada do individualismo. Não aceitamos a propriedade comum. Queremos a propriedade social, como exige o cristianismo.

Dentro da noção individualista de ser a propriedade o direito de usar e abusar, de gosar e dispor das cousas da maneira mais absoluta, — a propriedade se torna um crime porque perde sua função social. O proprietario não só é o detentor como também o beneficiador exclusivo do patrimonio que possui. Assim a coletividade perde tudo ante esse individualismo.

Diametralmente oposto a esse ponto de vista, é a noção de propriedade, no comunismo, a qual se refere a um bem e ao conjunto dos homens.

Disso, parte a noção deles sobre a questão da coletivação dos meios de produção e dos rendimentos. É Proudhon afirmando que a propriedade é um roubo; é Marx de-

terminando a expropriação dos exploradores.

Um e outro estão em erro: o liberalismo que criando a noção de propriedade privada absoluta, também criou a miséria extrema e dolorosa que hoje vemos entre os trabalhadores e os pobres dos bairros pobres, e o comunismo que terminou na escravidão intolerável de que dá notícia esse livro extraordinário de *Victor Kravchenko*, sob o título "ESCOLHI A LIBERDADE", livro notável que precisa ser lido e pensado.

É tão falha a noção de propriedade em comum que a própria Rússia já vive seu sistema de propriedade privada.

A tese cristã é de que a propriedade tem sua função social, isto é, todos os bens estão em relação com todos os homens.

São Tomaz diz que, em direito natural, as coisas são comuns; não que o direito natural obrigue a tudo possuir em comum e a quasi nada possuir individualmente, mas porque a distinção da propriedade vem, não do direito natural, mas da instituição humana que se exprime pelo direito positivo.

Toda a propriedade tem dois ângulos faciais: o da posse e o do uso. A propriedade é privada quando a posse, é comum quanto ao uso. O proprietário nada mais

é que um bom administrador no conceito da sociologia católica.

Tem direito ao necessário para sua subsistência. Quanto ao resto deve devolvê-lo segundo melhor lhe parecer, à sociedade a que pertence, segundo Silva Dias, o notável comentador do Código Social de Malines, excelente obra da autoria do Cardeal Mercier. Aristoteles, invocado por S. Tomaz de Aquino, ensina que os bens são exclusivos quanto à exploração e comuns quanto ao uso. É por isso que Pio XI dizia que os ricos são obrigados a exercer a esmola, a beneficência, a magnificência. A propriedade tem uma função social e uma função individual. O direito de propriedade existe para secundar o bem comum humano, e não apenas o bem de alguns homens, ensina a sociologia cristã.

A propriedade confere direitos e deveres. É por isso que a Igreja combate tanto o marxismo leninista, como o capitalismo, porque ambos são inimigos da propriedade, cada qual a seu modo, segundo diz o grande Mercier.

E diz o notável *Silva Dias* que as razões poderosas de ordem social que justificam a existência da propriedade privada, impõem o dever de se procurar o acesso a ela para todos os trabalhadores. Pio XI disse que o regime de propriedade não

é mais imutável do que qualquer outra instituição da vida social. Essa passagem do grande papa, na "Quadragesimo Ano", confirma outras de Leão XIII, segundo o qual a divisão da propriedade e o seu regime são deixados à iniciativa privada e aos poderes públicos.

O santo Papa Pio XII, no dia do sexto aniversário de sua eleição, disse: "As associações cristãs aceitam a socialização somente nos casos em que ela é certamente imposta pelo bem comum, ou seja como o único meio verdadeiramente eficaz para remediar um abuso ou para evitar uma derrota das forças econômicas do país, assegurando a ordenação orgânica destas mesmas forças e encaminhando-as em benefício dos interesses econômicos da nação"...

Essas cousas, Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano, relativas ao corpo social, concernentes ao corpo coletivo humano, vivem relacionadas ao Corpo Místico, entram na programação de nossas cogitações no campo da Ação Católica. Poderá parecer exdruxulo que em assunto que me foi dado a falar hoje tenha tocado muito de perto à espécie animal, à humanidade corporea. É que enquanto pertencemos ao Corpo Místico da Igreja de Cristo, na qualidade de batizados, isto é, de incorporados

ao Verbo Divino, somos membros da sociedade cristã, somos partes do corpo social. Como cristãos não vivemos isolados. Interessam-nos as angustias humanas. Nossas ações não morrem em nós. Todos os nossos movimentos repercutem na comunidade cristã. E vice-versa. Somos homens no corpo social e cristãos no corpo místico.

É santo Tomaz que, como sociólogo, reduz a quatro os traços da sociologia pauliana:

- 1 — corporis unitas (in Rom. 12, 1)
- 2 — membrorum pluralitas (in Rom. 12 1)
- 3 — officiorum diversitas (in Rom. 12 1)
- 4 — mutua sollicitudo membrorum (in Cor. 12 3)

Vê-se que a ação católica, corpo místico, corpo social, ação social, são questões palpitantes da Igreja Eterna, imortal, do Cristo. Ha uma unidade profunda que caracteriza a vida da Igreja que é seu fundamento. Eis porque tratei desse assunto importante para a questão social, dentro da sociologia católica.

Vivemos num vulcão. Homens ha que nos consideram atrazados seculos, pensando que não estamos senhores das angustias humanas, deste vasio de ançias, desta

désintegração humana, consequente da supressão de Deus nos corações, nos lares, nas escolas, nas oficinas, nas repartições.

O mundo nega tudo. O ateísmo é quasi absoluto.

Estamos conscientes de nossas responsabilidades. Não recuaremos nunca. Estamos com a Igreja, com o Papa, com os Bispos, com o Clero, porque estamos com a Ação Católica.

Nihil sine Episcopo.

Sob o sinal de Cristo Rei, na unidade fundamental da lei de caridade, a Igreja desangustiará a hora presente. Deus tudo pode.

Aos males da sociedade moderna, anteporemos a caridade fraterna, o respeito á autoridade da Igreja, a fidelidade á Santa Sé Apostólica, a reforma do lar Cristão e a reforma dos costumes publicos.

A calamidade profunda e universal desta crise social e religiosa, passará por força da crusada de amor e socorro, recomendada por Pio XI, para minorar as terribes consequências da crise economica, cujos pontos fundamentaes giram em torno da questão da propriedade privada, a que acima me referi, pretendendo esclarecer a posição da Igreja em face do magno assunto, para que cessem, entre nós, as injustiças que os que não conhecem a ques-

tão, lançam contra os catolicos.

Diga V. Excia., Dom Mario Vilas Boas, a palavra de ordem pela união de nossas forças, na Ação Catolica, na luta contra os males sociaes, principalmente contra a fome execranda de ouro, ao serviço da cobiça, da ambição dos homens que esqueceram a caridade ao proximo, o amor de Deus.

Fale Dom Mario. V. Excia. é a personificação da sabedoria, da Fé; é a individualização da loucura da Cruz; é o oraculo da ação catolica; é um mestre dos tempos atuaes pregando o verdadeiro humanismo, que é o centro de unidade religiosa, na grandesa de uma herança espiritual que reside na Cruz, que brota do Cristo, que ressuscita nos altares, que resplandece nas cathedraes e que se transverbera de iluminações imortaes no peito e no coração dos apóstolos hodiernos do Cristo Eterno.

A AÇÃO SOCIAL DA IGREJA

Só percorrendo as páginas da história da civilização, é que se poderá compreender o papel da Igreja Católica através de todas as idades, no campo cultural, e especialmente, na sua obra social de defesa e amparo ao homem.

No profundo daquela noite imensa que era o mundo antes do advento do Cristianismo, a obra do homem, no seu aspecto material, e, em alguns pontos espirituais, podia fazer admirar a civilização moderna. Mas, em relação às instituições sociais, — os sábios, os filósofos, os pensadores quasi nada realizaram em face da vida do homem em geral. Seis milhões de romanos, num mundo pagão, escravizavam cento e vinte milhões de pessoas desgraçadas. O número dos que eram livres era

insignificante em relação ao número dos escravos, que era aterrorizante. Entre cento e vinte milhões de escravos, dominados por aqueles seis milhões de senhores, — a fome, o abandono, a miséria, as moléstias mais dolorosas arrazavam o homem, além da malícia, da iniquidade, da maldade, da avareza, da corrupção sexual, da inveja, do homicídio, da injúria, da deshonestidade, como nos fala São Paulo em memorável epístola.

É que o escravo era um capital; e o trabalhador era sempre escravo, porque o trabalho manchava a dignidade do homem. A civilização antiga era uma civilização de aparências, porque o coração daquelas eras passadas, vivia corroído de misérias humanas. Brilhava a filosofia num ou noutro gênio admirável, mas a moral e os costumes permaneciam mergulhados no mal de tôdas as indignidades. Os mistérios da personalidade humana não tinham ainda sido desvendados. Os mais notáveis filósofos da época defenderam a escravidão. O trabalhador, que era sempre escravo, que se vendia e se dava, que se martirizava, — só começou a ter vida livre, com o aparecimento da Igreja, depois que Cristo lançou na terra a semente da obra divina. No princípio, ao tempo das perseguições, os apóstolos e os primeiros cristãos, quasi na-

da conseguiram realizar de concreto, porque a luta contra a pregação evangélica foi tremenda, exigiu sacrifícios até de vidas.

Mas a pregação sôbre a fraternidade começara. O grande dogma que estabelecia serem os homens irmãos entre si, porque são todos filhos de um só Deus, — brechou o campo inimigo dos que admitiam a escravidão. Essa luta, primeiro foi com os senhores feudais do pensamento grego e romano. São Clemente de Alexandria, São Basílio e São Crisóstomo terçam armas com a filosofia de Aristóteles e negam que seja a escravidão um direito natural, e, no campo social, as páginas mais brilhantes da Filosofia Patrística, em humanismo pedagógico, são aquelas em que os doutores da Igreja Primitiva condenam a escravidão. E a voz católica da verdade, não era uma sementeira de guerra intestina nos países que dominavam tôdas as terras do mundo. A Igreja não aconselhava a revolta dos escravos; bradava aos senhores dos homens trabalhadores, para que êles compreendessem a filosofia da igualdade e fraternidade.

Os escravos, (e piores do que êles,) os gladiadores, tiveram sempre a seu favor, a voz dos padres católicos. O espírito do ato promulgado em 392, pelos imperadores

Honório e Arcádio, — proibindo a matança de homens por homens ou por feras, nos circos de Roma, — foi o da pregação dos sacerdotes católicos em bem da liberdade do homem.

Na luta pela liberdade dos homens escravos e dos gladiadores (êsses homens que eram sevados para lutar com atlétas e feras), começou aí a obra sócial da Igreja em bem do Trabalhador, do operário do pobre, do oprimido, do faminto, do desgraçado, do miserável, do nu, começou aí, repito, a obra social de redenção das mulheres, das crianças abandonadas, dos orfãos.

Nós só exigimos de vós a justiça meditada, mas protestamos, quando, sob a influência de leituras escolhidas propositadamente, e, por outros, adredemente preparadas, — assacais contra a Igreja uma série de teses injustas que a grande maioria não conhece, mas que o estudo e a investigação dos sábios desapaixoados já destruíram conscientemente, ante as investigações que fizeram em documentos suspeitos, submetidos à mais rigorosa análise lógica, histórica e até paleontológica.

Dizer como dizeis, por exemplo, que a Igreja nunca se preocupou com o operário, com o pobre, eu vos contradigo, por exemplo, daqui, com o que dizia Michelet,

na sua notável "Histoire de France":

Na idade média, a Igreja era o domicílio do povo, a casa do homem; essa miserável cabana, para onde ele voltava à noite, não era mais que um abrigo momentâneo; para dizer a verdade, senão um abrigo: a casa de Deus; não era em vão que a tinha o direito de asilo, por isso era então asilo universal."

A caridade é a grande tática que a Igreja sempre empregou. Sem ser sanguinolenta ou revolucionária por armas homicidas, — ela é a base de nossas obras sociais, desinteressadas, benéficas, sacrificantes — queiram ou não queiram os maliciosos, os invejosos, os homicidas da boa fé dos que querem trabalhar pelo bem dos homens.

A má fé não fará encobrir a obra social da Igreja. Ela aí está desde os tempos primitivos. Obras da misericórdia de Deus; obras de apostolado cristão que o paganismo não conheceu, e que, quasi todos os movimentos sociais que surgiram contra a influência e o desenvolvimento do espírito cristão, vieram encontrar criadas ou acimentadas pelos católicos.

Os hospitais, os asilos, os orfanatos, e outras obras assistenciais, — o paganismo

não conheceu. A proteção aos doentes e pobres surgiu com os cristãos. A luta contra o infanticídio, na defesa da vida da criança, foi outra obra da igreja de Jesus. Na idade dos apóstolos, foi instituída a assistência aos desamparados, com a criação de sete diáconos, para distribuir esmolas aos fiéis necessitados. A fraternidade era a vida das comunidades cristãs. Cada cristão oferecia o que podia dispôr, afim de que fôsse isso distribuído entre os pobres e doentes.

Entretanto, o ódio dos perseguidores asfúxiava a caridade, até que Constantino, em 313, libertou a Igreja da opressão desesperadora.

E aí começa o trabalho da fundação de hospitais, de abrigos e hospedarias de emigrantes. O Concílio de Nicéia determinou que cada povoação construísse ou fundasse um ENODOCHIUM ou simples XENON. E surgiram os ORPHANATROPHIUM, asilos para desamparados; os BREPHTRIUM, espécie de crèches onde se nutriam criancinhas; os GERONTOCOMUM, asilos par avelhos; os PTOCHOTRÓPHIUM, espécie de asilo para mendicidade e os NOSOCOMIUM, cujo desenvolvimento deram os grandes hospitais e as imensas policlínicas do mundo.

E dizem certos homens... a Igreja nada fez pela solução da questão social...

A casa de Fabíola, contam os historiadores, foi o primeiro hospital de caridade e afirmam investigadores como Lallemand, em sua "História de Caridade" e J. Cabral em sua "Ação Social da Igreja", que depois de exemplo de Fabíola, cada quarteirão tinha sua casa de caridade, e, ao descerrar os veus do quinto século, tôdas as cristandades da Europa tinham os seus abrigos e hospitais, fundados e mantidos pelos bispos e sacerdotes.

Na idade média, o problema se desenvolve amplamente. A igreja dispunha de inúmeras instituições de benemerências, para todos os casos individuais, para todas as moléstias da vida. Dos leprosários, aos asilos, orfanatos, crèches, maternidades, sociedades para sepultamento dos mortos, tudo, a igreja possuía admiravelmente. Alguns estudiosos da história, negam tudo isso. E a obra de humanização do homem, pela Igreja, continua, pela idade média, a dentro (tão injustiçada por alguns historiadores,) baseada nos princípios de caridade e justiça.

A profissão, como dignidade do homem de trabalho, foi na época mediéval, sublimada. A semana inglêsa de hoje, vem dessa época. As corporações, tão necessárias

ao bem do operário, — eram prolongamentos da família, pois desenvolviam a consciência, a noção de honra e dignidade do trabalho e do espírito social do homem, mas sem que esse espírito asfixiasse a noção de dignidade da pessoa humana.

Só com o advento da civilização atual, — em que a barbárie da máquina, gerou o ódio, o egoísmo, a usura, a exploração, o capitalismo sem freios, a exploração deshonesta do trabalhador, bem como o exagerado individualismo criado pelos protestantes, tudo isso baseado em noções falsas do trinômio — Liberdade, Igualdade e Fraternidade — da revolução francesa, — é que começou a escravidão novamente para o homem.

Abram-se as páginas da história imparcial, — da Revolução Francesa até nós, no campo daquilo que hoje se conhece por “Direito Social”, — e sentir-se-á a que grau de desesperação chegou o homem, mesmo com o sufrágio universal, mesmo com a chamada liberdade de trabalho, mesmo com a conhecida liberdade de contrato, para que desse melhores salários; mesmo com a interessante liberdade de associação que começou extinguindo as corporações da idade média.

Tangida a Igreja do Direito Divino de se preocupar com essas cousas sociais, —

o homem voltou a sofrer demasiadamente, porque a humanidade não mais teve um S. Nicolau, bispo de Mira, chamado outrora o tesoureiro dos pobres e oprimidos; um S. Paulino, bispo de Nola que quando nada mais tinha para dar, vendeu-se a si mesmo para resgatar o filho de uma viúva pobre, tendo sido levado como cativo pelo godo; um S. João, o esmolero, que deu tudo o que tinha; um S. João Gualberto, conhecido por escravo dos pobres; Santas como Isabel de Portugal e Isabel de Hungria que deixaram tudo e foram aos indigentes cheias de caridade cristã; um S. Francisco Xavier, senhor espiritual das Índias, Ceilão, Malaca e Japão. E aí estão outros exemplos da grande alma social da Igreja: São João de Deus, o fundador da ordem chamada "Irmãos de caridade", que foi um apóstolo dos pobres atingidos por moléstias contagiosas; S. José de Leonissa; S. João Eudes; Luiz de Gonzaga que foi apóstolo dos pestilentos e veio a morrer de peste, aos 23 anos, contraída de doentes. São Vicente de Paulo, — nome sagrado para todos nós, — o santo das misérias humanas, o fundador da Congregação das Irmãs de Caridade; São João Bosco, o apóstolo máximo da infância abandonada, o apóstolo das escolas profissionais, dos ora-

tórios festivos que são meios de reação contra a corrupção dessa juventude que é arastada pelo mau cinema e miseráveis divertimentos pagãos; São José Cotolengo, o homem que é um pródigo da caridade, com a chamada Pequena Casa da Divina Providência; Rosa Gatorno, de cujo Instituto das filhas de Sta. Ana, saem exércitos de virgens para os hospitais e educandários; o Instituto do Bom Pastor, com a obra de regeneração do mundo; Beata Paula Frassinetti, com as santas e abnegadas irmãs Santa Dorotéia; Madre Maria Mazzarello, com as suas maravilhosas educadoras Salesianas.

E tôda essa imensa obra social que brilha maravilhosamente, não faz esquecer uma outra menos maior, a dos missionários Beneditinos, Franciscanos, Capuchinhos, Carmelitas, Agostinianos, Jesuitas, dos Frades Pregadores, dos Salesianos, Redentoristas, Salvatorianos, Barnabitas, dos Oblatos de Maria Imaculada, das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, que se espalham por todo o Mundo e fazem o maior trabalho social da Terra, porque civilizam, amparam, protegem e educam nas selvas dos cinco continentes do Mundo e dão apóstolos, mártires e Santos como Padre Damião, o leproso, exaltado pela loucura da Cruz nas terras de Hawai, o apóstolo-martir do

Leprosário de Santo Angelo o padre redentorista Martinho Forner, o padre cearense Joaquim Severino, todos vítimas da lepra porque entenderam levar aos pobres lázaros do mundo a maior assistência social possível.

Queremos Justiça para Igreja, meus queridos irmãos dissidentes-!...

Conta a história, que nas reuniões da "Société des bonnes études", fundada para combater os males que os professores das escolas secundárias e superiores de Paris desseminalavam com o laicismo e o ateísmo, — Frederico Ozanam e M. Baily quando discutiam, certa vez, sobre a posição da Igreja em França, — um garçon de tendências voltairianas, lançou uma bomba no meio da assembléia católica ao pedir com insistência: "Mostrai-nos vossas obras".

Nós atualmente não faremos o que fez Ozanam, ante aquele grito do garçon, a respeito do que estava fazendo a Igreja pelos pobres, pelos infelizes, pelos doentes, o que forçou Ozanam sair cabisbaixo e dar o grito: "vamos aos pobres", fundando as conferências de S. Vicente de Paula, porque o que fez a Igreja e o que ela vem fazendo, mesmo através dos vicentinos de Ozanam, — convertendo comunistas, saint-simonistas como Clare, — é o que fez com todas as obras que criou e que, em

resumo, aqui, rememoramos em relação à assistência aos órfãos, à infância, aos mendigos, aos doentes, aos loucos, aos leprosos, tuberculosos, detentos, pobres decaídas e organização de hospitais, crèches, maternidades, leprosários, colégios, escolas, patronatos, ginásios, faculdades, universidades, lactários, aulas de todos os efeitos e tipos, escolas profissionais, institutos de tôdas as espécies, e naturezas.

O espírito social da Igreja é uma reação ao individualismo protestante e à revolução francesa de 89. A Igreja não cessa de trabalhar pelo homem.

Na questão operária, ai estão as encíclicas "Rerum Novarum" e "Quadragesimo anno", "Divini Redemptoris" onde se apresenta o meio de solução da chamada questão social, sob os fundamentos eternos da caridade e da justiça, não dessa caridade que os materialistas entendem, que humilha, mas da caridade cristã que é a propria vida divina animando o homem no reino imenso da fraternidade, da solidariedade. Na carta magna dos direitos operários, Leão XIII, considerando que o Estado é posterior ao homem, garante a propriedade em face da dignidade do homem; traça o regime do trabalho; aprecia a questão dos rendimentos livres; do capital; do capital e do traba-

lho; das injustiças do capital; cogita das magníficas soluções do distributismo ;assegura a redenção dos proletários, devendo os operários poder^{em} formar um patrimônio; assegura o justo salário que possa manter digna a dignidade da família.

E assim falando da restauração da ordem social, afirma a evolução da economia, prediz a necessidade da reforma dos costumes, para evitar a ruína da alma e traz os remédios: a cristianização da vida econômica, a lei da caridade, tudo dentro da união das forças católicas.

E assim, afirmamos, a Igreja nunca despresou nem despresará os pobres, os operários, os que sofrem opressão, os que gemem de dor e entristecem de angústia. O catolicismo social reivindicou para as classe proletárias, infinitos direitos, entre os quais o respeito à dignidade do trabalhador, a utilidade das corporações, o salário justo e de família, limitação de horas de trabalho, descanso dominical, regulamentação especial para mulher e criança trabalhadoras, sindicalização cristã, justiça social, abono familiar, participação do operário nos lucros do capital .

A Igreja nunca cruzou os braços ante a questão operária, ante a questão dos que sofrem. Estude-se a história: na idade patristica, vejam-se a *DIDACHE*, Justino, Cle-

mente de Alexandria, Tertuliano, Cipriano, a *DIDASCALIA*, Basilio, Agostinho, Ambrósio, os livros penitenciais e as coleções canônicas. Na idade média, vejam-se as *SUMAS*, as *SENTENÇAS*, Tomaz de Aquino, as corporações de ofícios. Nos tempos modernos, vejam-se Charles Coux, Villeneuve Bargemont, Montalembert, Belun, Legrand, Charles Dupin, Kolping, Keteler, Leão XIII, Pio XI, e o Cardeal Mercier, com o notabilismo Código Social de Malines.

A obra da Igreja é imensa e fecunda, só exige e pede que os homens a conheçam e meditem-na, para fazerem a justiça à maior e à mais santa e profunda, à mais sagrada e divina das instituições que iluminam a Terra.

A ação social da Igreja Católica, no mundo, é a maior obra de proteção, de assistência, de amparo que o homem tem tido desde os tempos imemoriais do século 1, até a hora presente, pela luta da restauração de tudo e de todos em Cristo.

SI SUSTINÉBIMUS ET CONREGNABIMUS: si soffremos com Êle, com Êle reinaremos.

POR UM PRIMADO ESPIRITUAL DO TRABALHO

Não se pode negar o advento de uma nova era social no mundo. Já S. João Crisostomo previa tudo isso que estamos contemplando no mundo atual, de tão exagerado capitalismo. A Igreja em todos os tempos clamou pela misericórdia e pela caridade e não foi ouvida. Não respeitaram no homem nobre a sua dignidade humana, de origem cristã, e, portanto, divina. E o homem escravizou o homem, transformando o próprio homem num pária desgraçado, sem direitos a não ser o de ser escravo de seu senhor. E a escravidão trouxe a dor, a agonia, o sofrimento, o suor, o cansaço, a lágrima, o ódio, a revolta, a revolução.

Retemperado pelo sofrimento, o homem pela natural tendência filosófica de seu espírito, traça sistemas para as soluções das

imensas lutas sociais. Voltaire, Holbach, Dupuy, Feuerbach, Marx, Lenin doutrinam em todos os setores, para arrastar a massa dos trabalhadores ao materialismo histórico de um Hegel. Mas, enquanto isso, a mente mística da humanidade, atinge as mais elevadas culminâncias, por força de uma destinação oculta, difícil de se explicar, desde que se não creia na força de uma predestinação, que envolve o mistério da Graça Divina.

Santo Agostinho, Santo Tomaz de Aquino, Buchez, Laménais, (o verdadeiro creador das cooperativas de crédito) — Keteller, Leão XIII, Antoine, Loesewitz, Alberto de Mun, Pio XI, La Tour Du Pin, são os maiores exemplos dêste reajustamento social, propugnam a recristianização do homem pobre e esquecido, vilipendiado, atirado à margem dos acontecimentos históricos, como um relegado inútil, como se a condição econômica ou social fôsse o crivo por onde os homens se distanciassem e se separassem, divididos por tipos de classes de acôrdo com a fortuna de cada qual, o palácio ou a tapera de cada um, quando sabemos que o homem, — em si, — na sua essência divina é igual aos outros homens, veio do mesmo tronco celeste, é irmão do homem.

Essa dignidade humana, base mais im-

portante da filosofia católica social, — se requinta, presentemente, em face da hegemonia da mística mental de homens que compreendem a necessidade dêste trabalho de reespiritualização do operário e do pobre.

Ruskin, Tolstoi, Carlyle, discordando da verdadeira exegese cristã, também tentaram restabelecer, em bases novas, o imperativo bíblico do trabalho, como uma categoria social de ordem econômica, porque a folga, a vadiação são vampirismos, porque só o trabalho dá um alto sentido á vida humana, embora seja o homem superior ~~que~~ ao seu trabalho.

Todo o esforço dêsses espíritos admiráveis teve como consequência um novo conceito de trabalho. O trabalho passou a ser uma inergia corporal e animica transfigurada, na expressão feliz de Cruz Malpique. Um direito novo surgiu, uma nova disciplina jurídica appareceu, embora ainda não uniformemente denominada Direito Operário, Direito Social, Direito Corporativo, Direito do Trabalho como quer que a chamem, ela existe como um perfeito corpo de doutrina, tendo um objeto seu, com uma aplicação especial no campo juridico, com características juridico-sociais proprias.

Não há homem de régular bom senso

que se não preocupe com os complexos problemas sociais do trabalhador e do pobre. O trabalho, como lei fundamental da vida, exige do homem sacrifícios em seu benefício próprio e em benefício da coletividade. Se uma disciplina não regular, com leis humanas, essa função pessoal, a exploração, a miseria, a malandragem, creará problemas gravíssimos de soluções difíceis.

Nunca o Direito foi tão bom e tão belo como agora em que há leis especiais para proteger todos os miseráveis, todos os pobres, todos os famintos de justiça. Justiça barata, justiça rápida, moralidade processual, registro civil gratuito, Justiça para o trabalhador, Justiça para menores, Justiça de alimento para crianças abandonadas pelos pais. Nunca o Direito foi tão amigo dos fracos. Nunca o direito concedeu tantos bens ao homem, embora ainda com pequenas dificuldades que se destruirão: indenizações por acidentes de trabalho, assistências de todos os tipos, umas amparando os pequeninos que forem corrompidos, as famílias que forem abandonadas, punindo o contágio venereo, condenando o ato de libertinagem do libertino. Nunca o direito foi tão do povo como agora.

E é por isso, porque o direito é do povo e para o povo, que os tribunais abrem os seus mais sagrados salões e abraçam o povo

e exaltam o trabalho ^{do} da Nação: os mineiros e os sábios, os ferreiros e os fundidores, os tipógrafos e os escritores, os construtores e os lenhadores, os maquinistas e os aviadores, os comerciários e os portuários, estivadores e carris urbanos, borracheiros e castanheiros, farmacêuticos e despachantes, bancários e madeireiros, magarefes e metalúrgicos, marinheiros, moços e práticos, tailfeiros e fogueiros, sapateiros e industriais, empregados e patrões.

O direito é para o povo. É porisso que Dabin de uma feita asseverou: "O povo não pode viver à margem da ciência do Direito. O povo tem necessidade de juristas".

Essa civilização industrial, tôda em mudança, para bases cristãs mais sólidas, é a preparação de um reinado de Cristo maior ainda, baseado nessa concepção nova do direito: um direito mais humano, diferente do que se continha na lei das Doze Taboas, que Dionísio de Halicarnaso afirmava que só ao patriciado era permitido conhecer e ao povo não era dado tempo de o sentir.

Direito que mergulha na idéia da pessoa humana; direito dinâmico de concepção nova que estabelece que a sociedade é um agregado humano que vive do trabalho como um imperativo ético-religioso e esta-

túe que, sendo o trabalho, em suas diversas modalidades, um fundamento social, tem êsse direito novo em vista o trabalho, suas relações entre empregados e empregadores, direitos e obrigações de ambos, no campo local do próprio trabalho em relação com a família, com a mulher, com o menor, com as condições sanitárias e higiênicas, com a saúde, com a educação, o divertimento bom, com o repouso, com os contratos, com o cansaço, com a velhice, com o salário, com a economia e alimentação do pobre, com a habitação, com o agasalho, com a aposentadoria, com as caixas de pensões, com os institutos de previdência.

Este humanismo do trabalho dará a redenção do homem pela dignidade do homem na sua vocação de trabalhador. O homem é um ser consciente que compreende a necessidade de trabalhar, fonte de uma alegria recompensadora. O trabalho não é uma mercadoria que se vende, que se regateia. O trabalho é uma dignidade que produz a riqueza e merece uma recompensa à altura da honra do homem, — aquilo que se chama o justo salário que dá ao homem o direito de uma vida perfeita: como o direito de manter esposa e filhos, dentro de um padrão social que livre o homem da fome e da miséria.

O trabalho envolve, portanto, proble-

mas de nossa liberdade e de nossa personalidade, porque a civilização é criação do trabalho e a civilização tem os traços indeleveis da personalidade do homem, e o espírito do destino da humanidade.

A contemplação, a mística, as ~~no~~ções eternas da ideologia, da filosofia perene, e mesmo das cosmogonias exóticas que animam ^{am} as bases éticas da idéia de trabalho fonte dêsse direito, — traçarão o destino do homem. Perlustrem-se os sistemas de Adam Smith, Malthus, Ricardo, Saint-Simon, Fourier, Stuart Mill, Lasalle, Marx, Le Play, Leão XII, Berdiaeff, entre os mais modernos, e se sentirá a verdade desta assertiva.

O trabalho é uma fonte de honorabilidade, quando se compreende que o operário, pelo seu trabalho, é maior que o seu ato de fabricar. Distinguindo-se escolásticamente, a "perfectio operis" da perfectio operantis", percebe-se o quanto sois grandes operários do Brasil, grandes em todos os momentos em que o vosso dinamismo cria o mundo de vossas atividades, pelo sonho de fazer nascer, através da ronda lenta das horas de cansaço e suor; — a redenção pelo sacrifício, pelo sofrer, pelo martírio, pelo desespero de não ser em muitas vezes compreendidos.

E na anônima expressão das fábricas, e no desconhecido das construções coletivas,

e no comum do esforço em conjunto, todos vós, se despersonalizando entre massas e aço, entre ferros e máquinas, entre polias e roldanas, entre fagulhas e brasas, entre turbinas e caldeiras, entre tórnos e bigornas, entre plainas e serras, entre cálculos e livros, — construí novas energias e novas civilizações na orquestração dos baques, das pancadas, dos chiars, dos ruídos, dos rinjares, dos tintintares, dos apitos, dos resfolegares.

É a glória epopeica das fábricas, dos gênios heroicos muitas vezes martirisados, escritórios, das oficinas, dos estaleiros, das alfândegas, dos pórto, representando a eternidade da civilização cristã, refletida e equilibrada. E nessa sinfonia de ritmos e contrapontos, onde tudo palpita, anseia e estremece, — o operário humilde é o Stocowsky que rege essa nona sinfonia beethoviana, nos assombros triunfantes do nosso gênio heroico muitas vezes martirisados, despresados, atirados pelos homens maus que não compreendem a grandeza de sua pobreza, de sua miséria cristã, de seu sofrimento, de suas dôres e de sua bendita irmã a fome, — companheira de tôdas as horas dolorosas de seu lar.

Os operários do Brasil, na sua inquietude centenária, madrugam para o século. É assim mesmo. A noite tremenda de seu

sofrimento foi o sinal de que a madrugada de uma nova consciência jurídica bruxuleava fecunda, para emancipação de sua alma em Cristo.

A terra tôda é um vulcão. E as lavas vermelhas dêsse incêndio tremendo, em sangue coagulado nos sulcos e fendas terráqueas, desceram das veias humanas para assinalar, gloriosamente, o início verdadeiro, do ciclo eterno do Reinado do Cristo no coração dos homens, porque o seu sacrificio centenário, porque as agonias dos que sofreram e dos que sofrem, porque as dores dos que gemeram e dos que gemem, porque as lágrimas dos que choraram e dos que choram, quase que impuseram à providência Divina fazer descer à consciência dos homens a luz bendita dessa nova iluminação que é o Direito Social Contemporâneo.

TÉCNICA E ESPIRITUALIZAÇÃO

Na contemplação do mundo contemporâneo, deparamos com os quadros mais impressionantes de uma civilização que se esborôa, em consequência dos erros e imprevidências cometidos pelos homens. O materialismo como o mais tremendo perigo dos nossos tempos, age contra a estabilidade da família, contra o homem em si, contra a religião, contra Deus. O hitlerismo, de tristes resultados, foi uma apologia da força inconsciente, da brutalidade primitiva dos germanos, cuja marcha invasora para ser reprimida causou uma das maiores guerras que conheceu a civilização. O fascismo foi um poder que caminhou para a paganização do cesarismo primitivo, contra a beleza do eterno espírito da latinidade. O yanquismo é uma cultura-cobaia, onde se faz a terrível experiência do domínio da

máquina sôbre o primado do espirito, materializando-se o homem com o pragmatismo de WILLIAM JAMES e com o falso pedagogismo de JOHN DEWAY, fundamentos da tecnocracia americana, geradora do apavorante fantasma que é a desocupação dos homens e o relaxamento dos costumes, como se depreende do livro profético de SANCLAIR LEWIS, *aquela notavel "BABBITT"*. As guerras de conquista na Asia, o esmagamento na China pelo poderio japonês; as questões internacionais da MANDCHURIA; as lutas dos árabes contra os judeus por questões religiosas entre o maometismo e o moisésismo; o caso da Abissinia; o da Austria; o da Tcheco-Slovaquia; o dos Suddetos; o da Albania são indices do final da civilização barbara.

Esses, são os grandes tumores cancerosos que arruinam a cultura de uma época. Mas, decorrentes desses, ^{há} ainda outros problemas menores que também contribuem para este estado de anarquia da civilização que se extingue. E entre esses ultimos, a maquina é o que mais se destaca. Disso, poderíamos até levantar uma tese angustiante: a maquina hoje como está sendo compreendida, constituiu-se a grande inimiga do espiritual.

Essa civilização tecnocrática, que ^v tenta transformar em sistema de filosofia, as-

pira substituir o primado espiritual pelo regime chamado "Estado de Energia" que se germina na "Energy Survey of North America", na "Columbia University" e na "Architects Unemployment Comittés".

A maquina tenta dominar o mundo de um modo absoluto, o que será de certo um grande mal, pois, a experiência russa, que se tornou fanatisada pelo maquinismo, era o suficiente como demonstração de calamidade. O que é verdade é que, por estas razões os adversários da maquina se multiplicam, numerosamente. Com as guerras, as revoluções, as crises, as misérias, as desgraças, a fome e os sem trabalho, vê-se que a maquina manejada, desespiritualmente, é um crime contra a nossa civilização.

Os homens, materialmente, desertam do espiritual e abraçam a maquina, que poderá ser considerada a mais perfeita manifestação científica do materialismo historico de KARL MARX e de STALIN, porque a máquina é, verdadeiramente material bruto para o melhor dominio material do homem.

Os males da máquina são profundos e causam convulsões, porque ela está perdendo a sua função civilisadora, para adquirir um aspecto de flagelo moderno. Sem ideal, o industrialismo quebra todos os veículos da espiritualidade que a máquina podia

manter com o humanismo integral, porque o bem que esse industrialismo moderno traz à civilização, é insignificante em relação ao mal que ele semeia. A desorientação e a má aplicação da máquina fizeram que ela perdesse aquele aspecto de utensílio que era o seu caráter, há meio século atrás. É esse aspecto de utensílio que ela precisa readquirir, qualidade essencial da máquina de escrever, da máquina de costura, das pequenas máquinas agrícolas e muitas outras industriais lacta, fabril, farmaceutica, etc.

Dentro do principio de que a máquina foi feita para o homem e não o homem para a máquina, é que se devia aplicá-la como objeto útil à humanidade, para que ela não absorva o homem, fenômeno que se está verificando na União Russa Socialistica Soviética.

As conseqüências do puritanismo inglez, a reforma luterana e a revolução francesa criaram a civilização mecanizada e dissolvente da hora que passa. A máquina creou a indiferença pelo homem como unidade de valor integral que paira muito acima dos interesses econômicos e industriais. Hoje não se pensa nos fins teológicos do homem. A máquina deu ao homem a razão de esquecer a DEUS. Da Renascença a esta época, os principais acontecimentos, são

élos que se vêem quebrando no sentido positivo da materialização que é a própria máquina, tal como é hoje compreendida, tal como é hoje aplicada na industrialização da vida. O taylorismo destruiu a beleza, mística do artificiato medieval.

Não combato o mecanismo propriamente dito, invisto-me, nesta hora oportuna, contra o industrialismo, contra essa concepção moderna da máquina, empregada como fator da desespirtualização humana.

Desse ponto de vista atual é que parte a conjura contra os eternos valores espirituais do homem. Nós não temos o direito de substituir o espiritual pelo material, porque nenhuma civilização foi feita distanciada de uma ordem espiritual, profunda. Uma análise das civilizações mais antigas demonstra precisamente essa assertiva. O Egito, a civilização caldaica-assiria, a civilização hebraica, a fenícia, a persa, a grega, a chinesa, todas, foram grandes, porque a ordem espiritual era integrada na vida com a sua função eterna.

A máquina de escrever, como outras dessa natureza, não perdeu a sua beleza no artificio equilibrado. Tem sua fidalguia radosa. Sua elegância, seu asseio, sua delicadesa, sua pequenez, sua humildade são brados de espiritualismo. Ela é a máquina que mais vive em contacto com a intelligen-

cia. Nenhuma outra se harmonisa tanto com o homem do que ela. Nos grandes escriptorios, nas viagens, nos silencias dos gabinetes dos sábios e dos humildes, nos cárceres, nos hospitais, nos lazaretos, nas noites profundas e nos dias ensolarados, ela, ao contacto leve dos dedos, reconstrói a civilização, consola os aflitos, dá vida ao pensamento, fogo à idéia, luz à imaginação. Se alguma vez ela é empregada para o mal dos anonimatos, das infâmias, das calunias e de outras calamidades, ela não se atingirá por essas misérias porque não foi feita para isso. Sua finalidade é servir ao bem geral.

Não é isso entretanto, que acontece com as outras maquinas que são feitas para destruir, como as de matar; que são feitas para explorar, como as de industrialização; que são feitas para economizar o trabalho do braço do homem como quasi todas as outras, creando assim a desocupação e, portanto, a fome e a miséria. As que têm o mesmo aspecto humano da de escrever, não têm, entretanto, o mesmo asseio, a mesma elegancia, delicadesa e humildade da maquina de datilografia.

A maquina de escrever poderá, de certo, contribuir para a verdadeira compreensão da technologia, dentro da civilização cristã, que será em breve reconstituída pe-

lo esforço dos que não perderam ainda a esperança do Eterno, porque das maquinas modernas, foi ela uma das únicas que não se aniquilou pelo problema do industrialismo absorvente e desarticulador.

PROTEÇÃO À INFANCIA NO AMAZONAS.

Para termos bem fiel, no espirito, a finalidade da educação começarei dizendo, com os maiores pensadores de todos os tempos e pedagogos de todas as idades, que a função da educação é vitalmente importante para o homem.

Não há sociólogo, político, estadista, psicólogo que não tenha a certeza disso. E, para se alcançar essa certeza, não precisamos ter grandes luzes. Um homem, por mais medíocre que seja, bem compreende tal verdade. O assunto é tão sério e de tal maneira se generalizou na consciência humana, que a ânsia para uma solução definitiva, redundou-se numa multiplicidade de sistemas educativos. Cada época, cada governo, cada revolução, cada povo, cada filósofo fez seu sistema, teve seu sistema

de educação.

Nêstes últimos quarenta e quatro anos, a ânsia atingiu a um estado quase desesperador, em busca das verdades que deveriam nortear a educação, em seus princípios gerais. O campo é vasto para tratarmos numa simples tése, em que se assinala a abertura de uma campanha a prol da infância brasileira.

Sôbre o assunto, milhares e milhares de livros foram publicados em todas as línguas do mundo por católicos, protestantes, espíritas, teosofistas, materialistas, comunistas, socialistas, liberalistas, maçons, ocultistas, budistas, bramã^{ny}ístas, mahometanos. Só uma pequena bibliografia sobre serviços sociais que possuo, é um livro de 467 páginas. As bibliografias sobre pedagogia pura não se podem calcular, com segurança, tal o furor das publicações.

As conferências mundiais sôbre educação, realizam-se com certa pontualidade, em tôdas as partes do planeta. Estamos vivendo a hora máxima, para ver se podemos melhor acertar os rumos a seguir. O assunto é grave porque envolve questão vital para o futuro do homem, e o homem ainda é um desconhecido, para falarmos a linguagem de Carrel, naquele livro notavel e às vezes paradoxal, livro que tanto se tem citado e pouco se tem meditado sôbre os

seus temas biológicos.

No princípio, quiseram, em face de uma compreensão mecânica do homem — estudar, observar e compreender o homem, como se êle fôsse puramente, ou melhor, quase puramente matéria. E daí as grandes fundações dos laboratórios de psicologia experimental; as enormes preocupações antropométricas sôbre o homem; o desenvolvimento da pedologia e de outras ciências experimentais. Era a influência do espírito do século passado, chamado século das ciências naturais.

Verificado o êrro do exagero a que queriam chegar, — hoje já retrocedemos muito, admitindo a unidade da pessoa humana e os mistérios insondáveis em que ainda paira o milagre da vida sôbre a face da terra.

E sabemos já, quer em educação, quer em serviço social, que a muita técnica não resolve a questão, antes, a afasta de sua solução e perfeita compreensão.

Os fundamentos do estudo do menino, sua natureza e extensão de seus problemas; — crescimento e desenvolvimento físicos; atividades motoras nativas e de ordem geral de desenvolvimento; instintos e movimentos dêsses instintos individualistas, sociais, imitativos (como os chamava Tarde) e lúdicos; instintos de curiosidade, morais, religiosos, expressivos como o falar, o ouvir,

o desenhar; e outros como os da inteligência, herança, anormalidades etc., — revelam bem como é complexo o problema da infância. E tanto isso é verdade que alguns sábios no assunto já disseram que é pobre a língua humana para expressar as verdades que se pressentem, mas que é impossível gravar enunciando as leis dos fenômenos e da evolução da pessoa da criança.

Eis porque é difícil se dizer, o que os homens já fizeram pela criança brasileira e o que poderemos ainda fazer em prol de tão sagrado assunto. Mas, falemos do que se fez.

— :: —

De 1848, data em que foi fundado, em Manaus, o primeiro estabelecimento para crianças, com a criação do Seminário São José, até hoje, quem estudar o trabalho que se vem realizando, em bem da infância, no Amazonas, há-de concluir que alguma coisa está realizada, embora sem muita unidade de vistas, e sem um plano geral, que ainda não foi estabelecido.

Em 1852, a 8 de março, organizou-se, no Amazonas, a instrução primária da Província. Em 1872 autorizou-se a fundação do Hospital de Caridade e a 2 de junho de 1884 creou-se o primeiro Asilo Orfanológico Amazonense, que depois teve o nome de Asilo Orfanológico "Elisa Souto", o qual,

com a sua extinção, creou-se em 15 de fevereiro de 1892, pelo decreto n.º 11, o Instituto Benjamin Constant.

Este instituto e o antigo Estabelecimento de Educandos Artífices (creado a 2 de fevereiro de 1855), foram, por muito tempo, os dois maiores centros de convergência dos olhares das administrações, porque encarnavam as duas maiores aspirações, no sentido de proteção à infância no Amazonas. Este último, (*Instituto de Artes e Ofícios*) passou por diversas crises, sendo substituído pelo *Instituto Agrícola Industrial do Amazonas*. Com a “Escola de Aprendizizes marinheiros”, com o “Instituto de Educandos Artífices” e o “Instituto Afonso Pena”, (creado em 1906, — resumia-se, além do “Instituto Benjamin Constant”, (que se vem mantendo numa norma de vida admirável, graças, de certo, às irmãs que ali administram e à assistência que os governos lhe vêm dando), tóda a obra de proteção à infância, no seu verdadeiro sentido, os governos passados. Não podemos, aqui, de deixar de fazer justiça a Araújo Lima, sociólogo e pedagogo; a uma Senhora como D. Alice Sales que foi alma da primeira “crèche”, em nossas terras.

A 17 de março de 1910, o governo de Antonio Bittencourt, — querendo recolher as órfãs nascidas na Santa Casa, — foi au-

torizado a fundar um estabelecimento de Assistência à Infância desvalida.

Em 1917 é instituída a Caixa escolar. Em 26 de outubro de 1920 é o govêrno executivo autorizado a crear e manter ou ajudar o Govêrno Federal, na criação e manutenção de um Patronato Agrícola, para menores abandonados. A 19 de Dezembro de 1922 fundou-se a Casa Dr. Fajardo que Maria Miranda Leão vem mantendo. Em Dezembro de 1927, creou-se a Crèche "Alice Sales", depois Abrigo "Menino Jesus", que Maria Miranda Leão, por tanto tempo, foi alma e vida, hoje transformado na beleza que é o Educandário "Gustavo Capanema". Até o advento da revolução de 30, êsses factos foram os mais importantes que ocorreram nêsse setôr. Não quero falar em admiráveis iniciativas como a "Liga da Bondade", a "Liga Protetora da Criança Pobre", a "Sociedade de Protecção aos Lázaros", a "Liga contra a Tuberculose". No período revolucionário que surgiu depois de 30, só em 1935, se iniciou a defesa dos menores.

Pela lei n.º 18, de 21 de setembro de 1935, — quando a natureza descerrava as cortinas maravilhosas da primavera, — o Dr. Álvaro Maia assinava a maior lei de protecção à infância no Amazonas, creando o Juizo Privativo de Menores, lei que revolucionou tudo, e que fez crear uma nova

consciência de amor e respeito pelos direitos da infância brasileira, em nossa terra. João de Paula Gonçalves foi o autor dessa lei n.º 18, a que nos referimos.

E não podia deixar de ser assim. Em todas as partes do mundo, a justiça especial para menores é guardiã das novas gerações. Helena Troyano Klein, Eduardo Juiet, Ernesto Nelson, Melo Matos, Vicente Piragibe, Sabóia Lima, e todos os mestres no assunto, assim afirmam.

Ao lado do governo Alvaro Maia, que creou o "Conselho de Assistência e Proteção aos Menores"; que regularizou a matrícula de vendedores ambulantes de jornais, doces, etc.; que instituiu a obrigatoriedade da gota de nitrato de prata ou argirol; que creou o serviço de assistência e proteção aos menores; que creou a escola "José do Patrocínio", hoje casa do "Pequeno Gazetiero"; que creou o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, o Instituto "Melo Matos", a Escola Premunitória do "Bom Pastor", o serviço Municipal de Parques Infantís (Hoje quasi sem expressão); que proibiu sessões cinematográficas impróprias; que puniu os seviciadores, os corruptores, os que vendiam alcool a crianças; que afastou menores que andavam em botequins, em pensões alegres, em bailes públicos, em cordões e pastorinhas sem moralidade; que

creou assistência dentária, os múltiplos serviços de saúde, de educação, cargos e muitos outros serviços só com a intenção de defesa, — da criança, — ao lado dessas forças que o governo de Álvaro Maia creou e fez expandir, estão as forças particulares, que, em conjunção com aquela interventoria, também servem à infância, como : o “Abrigo Redentor”, obra diocesana; o seminário “São José”, cuja construção vai para uns setecentos contos; as salas católicas de costuras; obra do Berço; obra do Tabernáculo; o Círculo Operário e este com a sua Crèche “Menino Jesus”. A Legião Brasileira de Assistência, com os seus múltiplos e admiráveis serviços, como dois Lactários; a Colônia de Férias “Darcy Vargas”, obra que custou mais de oitocentos contos; assistência à velhice desamparada. A Legião é um manancial admirável de benemerências : vitaminas para os fracos, remédios para os doentes, roupas para os nus, mosqueteiros, cobertores, calçados, livros, tudo tem feito a Legião. Ainda como obras particulares, olhemos para a Casa dr. Fajardo, em vias de mudança para o prédio, onde hoje, está a L. B. A. O Instituto Montessoriano Álvaro Maia, para menores cegos, surdos-mudos, oligofrênicos, com uma clínica médica de conduta. O Educandário “Gustavo Capanema”, com oitenta crianças filhas de

Lázaros. A Escola de Serviço Social que tem a função de preparar os técnicos para o serviço Social do Estado; o Ambulatório do Povo, nos Educandos; a Liga contra a Tuberculose, dirigida pelo Dr. Djalma Baptista; a Sociedade Amazonense de Professores; os Círculos de Pais e Professores, nos Grupos, — um mundo de obras amparam já a criança.

Não podemos deixar de fazer uma referência também às obras federais, aqui estabelecidas, as quais, direta ou indiretamente, muito concorrem para o bem de nossas crianças. A Escola Técnica de Manaus; o aprendizado agrícola federal, no Paredão; e outras estaduais como : a maternidade da Santa Casa, o Pronto Socorro sob a vigilância do Dr. Almir Pedreira.

Alguma coisa se tem feito em todos os setores da administração pública, pela infância : saúde, educação, assistência social, proteção. Poderíamos ter feito mais, não há dúvida. Porém alguma coisa já se fez. Por fazer, é que há muito ainda. Mas, para que a organização futura não se recinta dos defeitos e desorganização que se poderão notar, neste ou naquêle setôr, — urge que se trace um plano único, com finalidades únicas, entrosando, neste plano, tudo o que houver de particular, respeitando, todavia,

a iniciativa privada e ação também desse setor.

A coordenação e o esforço bem orientado de tôdas as fôrças são determinativos imperiosos.

—oo|||oo—

Assim façamos desde logo :

1.º — um *SERVIÇO DE PROTEÇÃO A FAMÍLIA, MATERNIDADE, A INFÂNCIA E A JUVENTUDE*, serviço que compreenderá uma secção de casamento gratuito (civil e religioso); uma secção de registro civil gratuito; uma secção de prevenção da ilegitimidade de filiação (investigação de paternidade).

2.º — um *SERVIÇO DE RELAÇÕES DOMÉSTICAS*, transformando o juizado de menores numa côrte de relações domésticas, para combater à criminalidade infantil, o abandono de menores, os conflitos entre cônjuges, tal qual as que existem nos Estados Unidos.

3.º — um *SERVIÇO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE*, com maternidade, casas maternais, cantinas maternais, serviço de assistência às gestantes, serviços pré-natais.

4.º — um *SERVIÇO DE PROTEÇÃO A INFÂNCIA*, com centro de puericultura; casas de crianças; socialização cristã da escola; parques infantís, o que não são difíceis fazer-se; colônia de férias, o que a

L. B. A. já está transformando na Estrada de Flôres; preventório o que já temos o de filhos de Lázarus; abrigos para menores abandonados, e delinquentes; escolas re-educacionais; clubes de menores; patronatos agrícolas; escotismo; bibliotecas infantís; escolas para débeis; escolas para cegos e surdo mudos (o que já existe).

5.º — um *SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL*, própriamente dito, divididos nos seguintes bureaux :

a) educacional e cultural (escolas, cursos, ensino religioso, bibliotecas, cinema educativo).

b) sanitário, compreendido em serviço hospitalar, domiciliar, atingindo tudo — doenças infecciosas, clínica médica, nervosas e mentais, venereas, dentárias, etc.

c) bureaux de economia com auxílios financeiros, empréstimos de colocação.

d) bureaux judiciário, para que compare os pobres com as injustiças de particulares nas questões de terras, em tapumes e divisões, nas questões de defesa da honra de mocinhas filhas de pobres, etc.

e) bureaux assistencial de proteção à família de detentos, inválidos, condenados libertados, mendigos, com um perfeito serviço de egressos para menores e adultos, que são devolvidos à sociedade e que, quando livres, não sabem como recomeçar a

vida depois de cumprida a detenção ou o recolhimento.

6.º — um *SERVIÇO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA ESTIMULAR* as sociedades mutuárias, as cooperativas de consumo, as caixas de pensões e aposentadorias, etc.

7.º — um *SERVIÇO DE HIGIENE* com os seguintes bureaux :

- a) de construção de habitações para pobres (como a L. B. A. tem);
- b) de educação sanitária;
- c) de alimentação para um campanha de vida pelo povo;
- d) de higiene escolar e mental.

8.º — um *SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO* com êsses bureaux :

- a) as agências de colocações;
- b) de seleção, preparação e orientação profissional;
- c) de psicologia do trabalho;
- d) de assistência ao trabalhador, com as seguintes secções :

1.º) educação e cultura, com organizações de bibliotécas;

2.º) sanitária;

3.º) económica;

4.º) judiciária.

e) bureaux de actividades sociais nas fábricas, para organização de clubes, recreios, organização de crèches, colónias de

férias por conta dos patrões, de vez que as leis a isso impõem.

9.º — um *SERVIÇO SOCIAL PERMANENTE DE PREVENÇÃO CONTRA AS CHEIAS E OUTRAS EMERGÊNCIAS*, dividido em :

1.º Previdências contras as enchentes;

2.º Previdências contra as pandemias e endemias.

10.º — um *SERVIÇO DE PESQUISAS SOCIAIS E ESCOLA SOCIAL* para realização de sondagens, inquéritos de todos os problemas sociais, preparando a Escola de Serviço Social, as assistentes técnicos sociais, para o grande trabalho que teremos de realizar, no após guerra.

Infelizmente ainda não se compreendeu o valor de uma Escola de Serviço Social. Vota-se a essa instituição, que há seis anos venho mantendo, o mais doloroso desprezo. Se não fôsse a subvenção de quatro contos de reis que nos dá o Estado e o prestígio que nos oferece a L. B. A., já ela teria encerrado seu ciclo de ação. Com ótimos professores, — médicos, bachareis e normalistas, — a escola vai tendo uma vida um pouco anêmica, apesar do interêsse, no Sul do País, que a ela se vota, pois é a única de Pernambuco para cá.

Sem uma Escola de Serviço Social não

é possível realizar-se um serviço social ou assistencial.



Termino as sugestões apresentadas com êsses dados sôbre o que desejaríamos fazer a prol da criança, obedecendo, mais ou menos, a um plano que acaba de ser publicado, em Pernambuco, pelo Dr. Rodolfo Aureliano e René Ribeiro. Como a tendência é para unificar tudo dentro do Brasil, especialmente nêsses assuntos de criança e assistência, aceitei alguns pontos do plano pernambucano, acomodando ao nosso meio, e, faço da estrutura apresentada, também coisa minha, porque as idéias se casam bem com o como eu entendo o serviço social, especialmente no seu sentido cristão de pobreza, contra tudo que fôr obra de fachada e que se revista de grandeza em conforto demais, para, amanhã, não criar novos desajustamentos nos nossos pobres desajustados.

O plano que apresento está entrosado com obras de adultos ou para adultos, porque o nosso é obra humana, e não se pode separar o humano da criança, as famílias da criança, o adulto da criança, como não se pode compreender criança sem idéia de maternidade de prenatalidade, como também não se pode compreender a criança

fóra da família, fóra dos braços de sua mãe.

O problema da criança é o problema do homem. É o problema da Família. É o problema da pátria. É o problema do futuro da humanidade.

A Escola Primária e suas relações com a Assistência à Infância

O ser humano ainda é mistério. Carrel e Uexkull abismaram-se ante a incompreensão dos segredos biológicos que a técnica pouco desvenda e a inteligência vacila, quasi na impossibilidade de serem creadas novas hipóteses que possam explicar fatos e fenômenos da Vida.

Ao que parece, é que tudo ali se passa como o "*como si*" da filosofia materialista de Vaihinger. Isso no campo da filosofia racional, e para os que não acreditam na cosmogonia cristã da Vida.

E, quando descemos ao reino das crianças, tudo se obscurece mais ainda. O próprio vocabulário humano vacila, torna-se imperfeito, perde-se, falsêa o sentido das cousas. E o homem se torna mais mistério ainda na infância.

Os estudos psicológicos, as investigações biológicas, os inquéritos, os testes, as autobiografias dos grandes homens, tudo falha, quasi nada se explica. Não conheço biografia de homem que se recorde, por si próprio, de haver nascido. E poucas são aquelas que, verdadeiramente, abrem o grande mundo de sua vida interna, ao estudo da psicogenese.

Decroly, nos seus admiráveis "Estudos de Psicogénese", analisa algumas adaptações de criança sobre o desenvolvimento das noções cromáticas; estuda as noções de quantidade contínuas e descontínuas em uma menina; estuda a noção do tempo em outros pequeninos, além de interessantes observações sobre certos fatos infantís. Mas, êsses estudos, com os de outros mestres como João Piaget, Claparede, Binet, Legendre, Arthur Ramos, Sílvio Rebelo, não desvendam o mistério em que ainda vive a infância, mesmo porque a infância é uma constante multiplicação de nascimentos que diferem em cada ser humano, nascimentos contínuos que sepultam, de momento a momento, infâncias que acabaram de nascer, para transformação constante do ser infantil.

Entretanto, o conceito de infância sempre vacilou entre dois pontos importantes. Para uns, a criança é um *homúnculo* e para

outros é um *infante*. O homunculismo que ainda predomina por aí afora, vem do filósofo alemão Locke, e considera o menino como um homem pequeno. Nêste ponto devemos a Rousseau a reação tremenda contra esta teoria lockeana. A idéia da substantividade especifica da infância ergue-se, para uma luta de melhor compreensão do menino. E Pestalozzi e o gênio profundo de Froebel prepararam os grandes estudos da psicologia infantil e da pedologia.

Hoje, já a noção que se tem de criança é esta : o menino é uma realidade viva, não é um homem pequeno nem tão pouco um ser a parte na escala biológica humana. Vermeulen, na sua notável "Psicologia Del Niño" defende admiravelmente êste ponto que é o mais verdadeiro no assunto.

Não é que a infância tenha atributos objetivos próprios, essenciais, imutáveis, como se fôsem fixos característicos de uma idade. Não. É que sendo ela um estado de vida, precisa ser melhor compreendida.

Hernandez Ruiz classificou-a como um processo que marcha para a madureza específica, que caracteriza todos os homens normais.

Êste estudo é grandemente importante e se reflete em todos os aspectos da vida humana. Hoje, felizmente, o homunculismo está desaparecendo, especialmente das

legislações penais, onde a responsabilidade penal, — outrora entre 7 e 14 anos, — passou para os que tem mais de 18 anos, como no caso de nossa penologia contemporânea.

Atualmente são mestres nesta matéria Barnés, Nagy, Ferrière, Claparede, Vermeylen, Stanley Hall, Kerschenteiner, Kilpatrick, Dewey.

Todos êsses mestres, estudando a infância, estão mais ou menos em acôrdo em diversos pontos de vista como sejam : que há um subjetivismo nessa idade; que essa é a idade do jogo; que essa é a idade do trabalhador; que nesta idade há falta de discernimento.

A infância é, como já se disse, um processo permanente de desenvolvimento e tendências, cuja principal é a de imitação. No menino tudo é imitação. E imitação é nêle um fenômeno assombroso, difícil de ser explicado, mesmo que se medite com pensadores como Tarde e psicólogos como William T. Harris e Henry Pyle (William).

A tendência criadora, a curiosidade instintiva, o jogo, a curiosidade, o período da interrogação, a vida mental, a vida efetiva, o egocentrismo, as vivências infantís, a escacez da atenção, a maravilhosa memória, o desenvolvimento das capacidades superiores, o verbalismo, o tardio entendimento, o desenvolvimento lento da faculdade de

generalisação, o hábito, a fadiga, os interesses, os sentimentos, a intuição, a evolução das idéias de número, tempo, o desenho espontâneo nas suas diversas fases de ideografia, de fisiografia, com as suas etapas de garranchos, garatujas, ciclos, transparências, etc., — são pontos de relação, tudo isso, por onde se vê o imenso problema que é a criança, — problema que ainda está tão descurado entre nós, porque não alcançamos ainda a altura e profunda desse assunto gravíssimo, para a vida de uma nação como a nossa que tanto precisa de imigração, de população, de defesa, de trabalho, de produção.

—oo|||oo—

Ante tão graves problemas, que a questão da infância nos oferece, a escola vem descurando-se deles, para sómente encarar o menino em face dos programas, dos métodos, e das próprias atitudes do menino, esquecendo-se do aspecto assistencial da Infância.

Os programas então são as grandes preocupações da escola. Por eles, a escola quer fazer a formação da criança, como se os programas fôsem tudo dentro dela, e só eles existissem, e, por eles, as crianças se tornassem verdadeiros cidadãos.

Nada mais errôneo do que isso. Para a escola paramamente intelectualista, o pro-

gresso é tudo, visto tal escola só querer a instrução da criança, esquecendo-se da parte de formação moral e social do homem.

E tal importância deu ao programa a escola intelectualista, que é dentro dêsse assunto que trava-se a grande luta entre as doutrinas pedagógicas contemporaneas. Os mestres da chamada escola ativa, numa extraordinária maioria, condenam a maneira de encarar os programas escolares como sendo êles a expressão mais verdadeira da escola. Outra ainda, coloca-se em mais termo, e faz dos programas um recurso transitório, um meio para desenvolver a técnica da educação, considerando sempre acima dos programas, a criança, tal como também faz a escola ativa, mas sem negar em absoluto qualquer valor ao programa.

A corrente que aceita o programa como o único recurso, como o centro da escola, — está vencida. Só uma escola passadista faz de seu programa uma norma inflexível de decoração, de obrigação memorativa dos alunos. Tal escola falha desgraçadamente, porque não compreende que uma escola deve preparar o menino para a vida. E a vida social onde êle vai agir, não se reflete, de maneira alguma, nos programas escolares. Daí a necessidade de u'a melhor orientação para alguns professores que têm tido a dificuldade de adquirir livros e es-

tudos para que possam desenvolver-se à altura de sua alta missão educativa.

Não quero estudar o assunto da infância em face da questão dos métodos e das atitudes que os meninos tomam, porque esse assunto não é considerado, estudado e visto como deve ser pela escola atual, pela maioria de escolas que existem comumente neste Brasil afora : escola puramente intelectualista, que visa rigorosamente a execução dos programas, tal como foram feitos, descuidando, entretanto, das recomendações preliminares que, muitas vezes, estão contidas na introdução dos mesmos, na parte em que se recomenda a adaptação do programa às condições, às necessidades, aos interesses da criança.

Uma escola assim, no campo social, o que tem feito pela comunidade ? Não argumentemos que foi essa mesma escola que nos deu Rui, Caxias, André Rebouças, Calógeras, Feijó, Andradas e outros homens notáveis. São casos isolados.

Quem nos dirá que essa escola assim não será a responsável pelos milhões de casos de desajustamentos sociais existentes em nossa Pátria ? Quem seria capaz de fazer um estudo de tamanha monta ? Não vejamos a grandeza de uma pátria pela facilidade com que se desenvolveram certas culturas que marcaram ou marcam ain-

da aspéctos admiráveis da fertilidade do sólo, da tenacidade do homem, do heroísmo brasileiro.

Somos incontestavelmente um povo de esperanças, protegido por uma natureza extraordinária, não faltando a nada disso as benções de Deus.

Mais seríamos ainda, se a escola primária, pelos seus órgãos mais ativos, isto é, pelos seus professores, vivesse verdadeiramente um ideal brasileiro, um ideal social, de trabalho, de reconstrução nacional. O esforço do govêrno só por si não é suficiente, apesar da orientação que já se está dando nêsse sentido, como se verifica, no campo secundário da recente reforma e da orientação por onde se quer encaminhar a escola primária. O que é necessário é despertar a consciência do professor nêsse campo de responsabilidade, dando-lhe também maior conforto, para que se possa exigir dêle mais trabalho como também fechando-se a porta larga do magistério, para que nêle não entre gente sem qualidades para a divina missão de mestre-escola.

Eu atribuo a êsse desequilíbrio, entre as finalidades da escola brasileira e a consciência do professor a maioria dos casos de desajustamentos individuais, familiares, trabalhistas, no Brasil.

Foi por isso que eu já clamei por um

melhor entendimento entre o Juizado de Menores, a Escola do Serviço Social e a escola amazonense, quando falando a professores, mostrei que o primeiro juiz de menores dos meninos brasileiros deve ser, depois dos pais, os professores primários porque as primeiras manifestações de descomportamento social, surgem na escola.

Devemos ser francos, porque não culpamos, nem acusamos. Estudamos problemas. Meditamos uma situação muito grave: o problema da infância nacional.

—oo|||oo—

Há mezes, passaram ante os olhos das autoridades, cinco mil menores pobres, miseráveis, arrasados, nós, doentes, desalimentados, que foram receber a lembrança de Natal que a Legião Brasileira de Assistência enviava. Ficámos todos meditando um dos maiores problemas brasileiros. Centenas e centenas de crianças amarelas, sujas, sem noção de nada na vida, desfilaram, dolorosamente, ante os nossos corações isso sem falar de outros milhares e milhares, nas mesmas situações físicas e morais, talvez até mais miseráveis, mais doentes, mais dolorosamente arrasados, que os que ainda podiam andar e resistir os apertos e repuchos da distribuição de brindes.

Cada menino dêsse que passava, encerrava uma infinidade de problemas indivi-

duais de saúde, higiene, alimentação, educação, habitação, economia, etc., etc. Mas aqui é o caso de cada um ver o que tem feito por essa gente. Analiso a questão em relação à escola primária. O que tem feito a escola primária por essa gente ?

Como a escola primária coopera para o trabalho de salvamento moral e físico dèsses nossos patriciosinhos ?

A escola muito pode fazer, porque, à fora a casa da família, a criança ou está na escola ou na rua. O que fazer para afastar o menino da rua ou para neutralizar os males que a rua e outros meios infiltram na alma da criança ? O que fazer para orientar a salvação da criança ? É possível, através da criança, modificar também o ambiente desordenado da família que descure da infância, escorraçando-a muitas vezes para as ruas ? O que a escola poderá fazer por êsses caboclinhos escravos que crescem sem roupa, sem pão, sem carinho, sem escola ?

Como reeducar as crianças-problemas das escolas ?

O menino chamado difícil de escolaridade, o menino brigão, tímido, turbulento, levado, fujão, gazeteiro, mentiroso, sujo, triste, amarelo, cheirando a peixe moído, de unhas grandes e lendias ou tiranas no cabelo, — não é êle mesmo um problema, por-

que em verdade, não há crianças problemas, mesmo porque alguém já disse que os problemas aí são os pais. Não há crianças-problemas, há pais-problemas. Deveis ler a "Educação dos pais" de Stekel, na tradução brasileira de Leme Lopes.

Mas êsses meninos que vos falo, só podem ser curados na escola e só podem ser curados por mestres. Segregá-los de seu meio, para tentar uma cura, é êrro grave, nós precisamos que êles permaneçam entre professores, no ambiente escolar que os prepare para a vida.

Se o govêrno pudesse ou quizesse deveria fundar uma Clínica de Higiene Mental nas escolas, Clínicas de Hábito, Clínicas Ortofrênicas.



Quem medita pensadores como Adler, Anna Freud, Stiller com os seus célebres casos de "*habitus Astenicus*", Bouchard com a "*bradytrofia*", Czerni, Kreibich, Heubner, aceitando-lhes as verdades e regeitando os excessos de técnica e os apaixonamentos de teorias, — sabe calcular quanto temos a realizar no campo da proteção à infância.

E o que fazer? Por onde começar? Onde melhor agir a bem dos pequeninos de Deus? Onde êles estão em maior número, para que melhor possamos agir, em seu bem? Na escola ou na rua. Para rua, urge

a organização de uma policia de costume, que previna os excessos, afastando a criança dos vícios e do mau caminho. Da escola, usando-se do professorado bom e esforçado, espera-se a defesa da infância nacional, na parte que compete ao campo escolar.

E como agir dentro da escola, nêsse sentido ?

Lançando mão de muitos meios de educação moderna.

Clubes agrícolas, pilotões de saúde, clubes panamericanos, escoteirismos, jornais manuscritos, visitas a logares educativos, excursões, inter-correspondência. Fazer primeiro as crianças viverem uma vida de interêsse, transformando a escola num centro de atrativos interêsses, dando ao menino maior centro de responsabilidade na organização da classe, na disciplina e liberdade da classe. E essa escola deve contar co massistênciã sanitária, dentária e merenda escolar bôa, além do ambiente à altura do problema.

Nenhum campo melhor para observar a infância que a escola primária. Podemos analisar a família, os defeitos dos pais, através das crianças, segundo Meng, e, o notável Stekel, no seu grande livro "Educação dos Pais", acima referido, faz um admirável ensaio sôbre os pais divorciados, separados

alcoolatras, infelizes, imorais.

Nêsse trabalho seríssimo que temos a fazer em bem da criança, devemos não nos esquecer que os "*Círculos de Pais e Professores*" prestarão infinitos serviços à santa causa da criança.

Mas devemos organizar os "*Círculos de Pais e Professores*" dentro daquêle espírito para que foram criados e não transformá-los em centros de cançonetas e declamações de meninos, o que se fará nos auditórios próprios dessas funções interessantes da infância.

Tenho a dolorosa decepção dêsse fato porque fui também diretor de educação.

Nos Círculos de pais e professores, são estudados êsses casos especiais de comportamento desajustado, casos dos filhos mimados, dos filhos escorraçados, de maus tratos, de sevícias, e, orientando a família devidamente, entra a escola primária nas suas altas funções de servidora social.

Vêde, pôrtanto, que inúmeros serviços sociais pode a escola prestar à criança, resolvendo os casos de crianças problemas e os problemas dos casos dos pais.

Para isso exige-se que os professores não sejam intransigentes, irascíveis, nervosos, desafetuosos com a criança, amedrontando os pequeninos com os célebres exames terroristas, inexpressivos, que nada repre-

sentam para a verdadeira vida social, para o equilíbrio da justiça social e da paz no mundo, porque, raramente, na vida pública, nos tem servido os arrouchos intelectualistas da escola primária, com suas vastas lições de história e geografia memorisada. O que vale na vida é a preparação do homem como homem em relação à sociedade, o homem na sua formação inteiriça de caráter, na sua disposição absoluta para o trabalho construtivo e construtor.

A socialização cristã da escola, na sua profundidade humanista, é o rebate mais verdadeiro à essa escola puramente intelectualista.



A instalação de "*classes fracas*", para certos atrasados pedagógicos, a fim de que o avanço dos mais normais, não afaste os mais atrasados e retardados, — é também outro meio bom de assistência social ao menor gazeteador que foge da aula por força das lições intelectualistas ou das chamadas sabatinas, cujo espírito só demonstra o meio horrível do atrazo pedagógico da escola.

Mas nunca se deve afastar um menor de uma classe normal sem se ter absoluta ciência de seu atrazo de inteligência. E quando se o fizer, faça-se com habilidade para que a classe não venha a saber a fim de não levar o atrasado ao ridículo, escor-

raçando do meio dos colegas com apelidos que diminuem sua personalidade.

Não devemos esquecer que também os trabalhos manuais atraem os menores verdadeiramente à escola. A cartonagem, o desenho, a modelagem, o teatrinho, a ginástica ritimica, a música, o canto, os jogos, prendem muito a criança.

Nada disso é difícil. Poderá exigir trabalho, dedicação, mas tudo é fácil, desde que se tenha o espírito de professor perfeito.

Os jogos são ótimos meios de correção do comportamento. Correr, saltar, pular, jogar foot-ball, basquet-ball, volley-ball, natação, bivaques, tudo isso são meios por onde escapam os recalcamientos, desaparecendo os defeitos morais, a imoralidade, os vícios, o palavrão. Todos os jogos são válvulas escapatórias, de segurança mesmo do comportamento da infância. Agora é preciso sómente aproveitar a expansão, para melhor orientar a criança.

Amar as crianças e preveni-las do erro pelo assistência direta, — é a grande fórmula de vencer, na infância, a maioria dos desajustamentos sociais do escolar.



As diferenças individuais de sexo, raça, personalidade, comportamento, emoções, interesses, inteligência, hábitos, impulsos,

desejos, atitudes, raciocínio fazem que reflitamos bem o problema da infância brasileira com as suas relações com o meio familiar, escolar, trabalhista e social em que ela vive, suas dificuldades e seus desajustamentos.

Todos êsses aspectos, com a soma infinita de vícios e imoralidades que polulam em torno da criança, fazem pesar mais ainda a carga de responsabilidade que pesa sobre todos nós, especialmente sobre os educadores e sobre os pais.

O desregramento é enorme. Mesmo em ambientes como o da família e o da escola, a criança encontra facilidades para o descaminho, porque a família bem equilibrada é ambiente de condução perfeita da infância, como o é a escola bem constituída.

Lombroso estudou bem o assunto e Ferriani bradou contra a preocupação intelectualista da escola, que se descarta da formação moral da criança, dando em resultado o aumento da criminalidade infantil.

Vejam os de relance alguns defeitos da escola primária, no mundo inteiro, para justificar nossos pontos de vista, defeitos apontados por Ernesto Nelson :

1.º — A escola envez de nivelar as classes sociais, disnivele-as, com a preocupação de preparar os homens futuros para galgarem posições mais altas que as dos outros,

contribuindo para a luta de competência, na busca tremenda de emprêgos por onde se possa viver em cima dos pequeninos, dos humildes, dos escravos desta civilização burguesa.

2.º — A escola primária, tal como está constituída, na maioria dos estados modernos, só difunde idéias de ciência e hipóteses, não se preocupa com os sentimentos que formam o caráter, a personalidade do menino;

3.º — O caráter leigo de que se enche a escola primária, infunde-lhe o direito de combater a religião, o que não é justo, porque laico quer dizer neutro e quem é neutro não combate qualquer que seja a religião, em face do respeito ao imperativo constitucional e das leis que permitem o ensino religioso nas escolas brasileiras;

4.º — a escola precisa velar melhor pela sua moralidade interna, a fim de prevenir que dentro dela se fermentem os primeiros germens da criminalidade infantil, quando a criança já não os leva de casa. É de grande necessidade a fiscalização dos grupos que se formam entre crianças de tendências que se equiparem, porque são focos anti-sociais que se preparam contra o meio social futuro.

5.º — a escola deve extinguir o regime

das recompensas aos que conseguem, (muitas vezes levianamente), sobressair aos demais membros da coletividade. O cumprimento do dever entre os alunos da escola é, simplesmente, um dever e mais nada. Os que conseguem avançar, os que conseguem sobressair aos demais pelo talento, pelo esforço, pela dignidade, devem compreender que suas qualidades de aptidões foram dadas por Deus, para que êles melhor se possam colocar aos serviços da coletividade.

6.º — É preciso transformar a escola num pequeno reino social, numa sociedade pequena, onde a vida social se reflita perfeitamente, no ambiente de simples aprendizagem em que vive o aluno, dando-se à escola uma forma de govêrno democrático, puramente cristão, onde a liberdade (não a licenciosidade) nasça de dentro de cada um dos membros da escola.

7.º — A escola deve ensinar, despertando o interêsse da criança, para que seja ela mesma atraída às lições, se predispondo dentro de si mesmo a receber a palavra do mestre sem a imposição de uma autoridade violenta. O ensino dogmático da ciência é feito com uma preparação anterior, a fim de que a criança se disponha a receber os princípios, porque partiu de dentro de si mesmo, a simpatia e a compreensão indispensáveis para a assimilação.

8.º — A escola assim feita destroe a egolatria e extingue a soberba humana.

—oo|||oo—

Se não acreditam nas minhas ponderações, analisem o que a escola tem feito a prol da infância brasileira. Das centenas de milhares de crianças que se matriculam nas escolas primárias, quantas fazem seu curso elementar bem feito e quantas concluem êsse curso ?

Os meninos vadios, abandonados, viciosos, delinquentes, corrompidos, mendigantes, porque abandonaram a escola primária ?

Nudez, necessidades, faltas de livros, doenças, mudanças dos pais da zona escolar, orfandade, miséria, necessidade de trabalhar, impuseram isso ?

E o que fez a escola primária para reajustar êsses desajustamentos ? Por acaso não deveria a escola trabalhar para que essa gente pequenina que lhe pertence, continuasse seu curso, assistindo-a, amparando-a, clamando ao menos pela sua defesa junto aos homens de estado ?

O professor precisa não esmorecer nas suas dificuldades e angústias, porque sua missão é sagrada, é sublime. Não é só ensinar a ler, a escrever, a contar, como muitas querem e pensam. Sua missão é de velar, é de morrer, é de sofrer pelas crianças

do Brasil. Sublimar vossa missão assim, para que ela perca tudo de mercenarismo, — é do vosso dever.

As crianças brasileiras também clamam, tudo esperam, nesta hora em que o Brasil traça a salvação da melhor e da maior porção das gentes do Brasil.

O Espírito Tutelar dos Tribunais para Menores e o professorado primário

Dentro do espírito da ascese jurídica a que, por graça de Deus, dediquei minha vida humilde, num trabalho exgotante e quasi incompreendido, para ver se purificava vícios e imperfeições, tentando transformar, menores abandonados, velhos no vício, em menores novos segundo o Cristo, para os restituir à Sociedade que os corrompera, — a pedagogia correccional também deve interessar bastante o magistério, porque entre a escola pública e a justiça tutelar de Menores deve haver uma aproximação bastante intensa, como aquela que também deve existir entre a escola e o lar, de vez que sabemos como certo que o primeiro juiz tutelar do menor é sempre o professor.

O professor antes de tudo é, em sua escola, um Juiz; deve ter requintado espírito

de justiça, para que possa merecer do menino a confiança nas sentenças que são as ordens, as observações, os conselhos e as orientações, nas aulas, nos recreios, nas iniciativas, nos testes, nos exames.

O juiz tutelar de menores deve ser um sociologista, um psicologista, um pedagogo, tal qual o professor. Juiz e professor devem ser exemplos na sociedade em que vivem. Bondade, paciência para sofrer as injustiças, resignação, sabendo esquecer as ofensas, espírito de iniciativa, alegria cristã, coragem para morrer na sua missão, sacrificando a própria saúde; são essas as características da alma de um e de outro.

Ambos laboram no mesmo campo social. O professor, na pedagogia geral; e o juiz na pedagogia corretiva. Nada menos de oitenta por cento dos menores que vão ao Juízo Tutelar de Menores, são egressos das escolas e vão ao Juizado por múltiplas causas: influxos do ambiente social e geográfico, influxo da degradação do ambiente familiar, pobreza, ambiente extrafamiliar, ruas, diversões, leituras, trabalhos impróprios, inadaptação à escola, vagabundagem, abandono, vadiagem, etc.

Que grandeza de campo para uma colaboração inteligente entre eles!... Que maravilha para um grande trabalho de sacrifício e de inteligência!

O magistério tem nas suas mãos maravilhosas, grande totalidade das crianças do Amazonas. Devemos pensar nesta cousa divina. Pois bem, dessa grande totalidade, uma parte, pelas causas que me referi, vae à Justiça Tutelar de Menores, — que é a organização que melhor se aprofunda, buscando as causas e aplicando os remédios morais e espirituais, aos que fogem dos princípios do comportamento estabelecido.

Mas para isso, precisamos ter em mente, que a missão do juiz como a do professor não termina com o encerrar do ponto no juizado ou na escola.

Professor e juiz têm, na sua própria sombra, o fantasma de sua sagrada missão. Onde estivermos, aí estarão o juiz e o professor sempre cumprindo sua missão, orientando, advertindo, aconselhando, encaminhando, assistindo aos menores. Nós não damos um passo dentro desta cidade, sem encontrarmos uma criança que não esteja cometendo excessos, êrros. Crianças que fumam, que *morcegam* bondes, que atiram pedras às mangueiras, poderiam ser corregidas, se todos aqueles que vissem tais êrros, advertissêm a êsses pobres incautos. Já que não contamos com a educação do povo, em geral, já que não contamos com o interêsse da maioria dos pais que residem nas estâncias infectas, nos mucambos e

também em casas confortáveis, unamo-nos, — Escola e Juizo de Menores, — para o complemento da obra que nos foi confiada.

O sacrificio do professor dentro da escola e o nosso sacrificio no campo social, talvez contribuissem para menos desastres morais e desgraças fisicas se fossem mais decisivos. Sem falar da corrupção moral, dos atentados ao pudor, da consumação dos crimes sexuais que chegam ao conhecimento do Juizado, — talvez esse entendimento, entre nós, diminuisse o número de esmagamento de crianças pelos carros da Tramways, de autos, e, ultimamente, os casos de morte pela voragem das águas dos rios e igarapés.

Os círculos de pais e professores, que, para mim sempre os considerei uma das obras sociais de maior alcance possível, — podem, renascidos por um vivo interesse de amor às crianças de nossa Terra, realizar essa obra de caridade, de profunda caridade cristã.

Nós precisamos defender esse *patrimônio-menino* da Nação. Nós não valemos nada, ante a esperança que encerra a vida fisica e moral de um menino.

Todo sacrificio é pouco, porque as pátrias só marcham para a grandeza de seu futuro, pelos pés das crianças, segundo conceito geral.

O problema dos menores é dos maiores problemas. O interesse coletivo que tem despertado na segunda metade da centúria passada a esta parte, especialmente a juristas e pedagogos, a juizes e a professores, — é enorme.

Beccaria, Howard anunciaram a nova era das redensões humanas no campo da penologia, enquanto Lombroso levantava a ponta de um véu desta colossalíssima ciência moderna que se conhece pelo nome de Biotipologia.

Depois, Shafterbury, Crofton, Mary Carpenter prosseguiram a campanha que empolgou as mais notáveis figuras inglesas e Norte Americanas.

É que se havia despertado o espírito tutelar a prol da infância e da adolescência. Os castigos expiatórios e repressivos, haviam sido substituídos pelas medidas de educação e de reforma. A pedagogia substituiu a penologia. Auspiciase para a humanidade uma nova faze de compreensão destes problemas. As avançadas foram tão grandes nesse terreno que, alguma coisa de sentimentalismo havido, no princípio, passou, e os princípios se impuseram na ordem científica dos estudos sociais, psicológicos, sociológicos, pedagógicos, biológicos.

Healy, Bronner, Burt, Eugênio Calon,

Elemer von Karman, Bugallo Sanchez, Elizabeth Huguenin, através de investigações chegam a conclusões transcendentais, no campo da experimentalidade social.

Analisa-se profundamente a criança. Somaticamente nada ficou que merecesse uma investigação verdadeiramente anatômica; desde a altura, pêso, pigmentação, cabelos, diâmetros, circunferências e alturas do crâneo, do torax, fôrça, fadiga, acuidades visual e auditiva até a inteligência, vontade, sono, tendências, aptidões, comportamento, hereditariedade, molestias, transtornos psíquicos, desvios, vícios, manualidade, e, para tudo isso, aplicando-se os mais modernos métodos, questionários e aparelhos científicos como ergógrafos, estesiômetros, dinamômetros, mesas de Viola, antropômetros, audiômetros, visiómetros, tensiómetros.

Em todos os aspéctos, o menor foi estudado. E nêsse sentido a ciência avançou tanto que chegamos a esta glorificação humana, com a assertiva de que **O MENOR ESTÁ FÓRA DO DIREITO PENAL.**

No campo da pedagogia emendativa e do direito criminal moderno, êste é o maior princípio : para o menor não há direito penal, quer dizer, — aos menores não se aplicam os dispositivos do Código Penal.

Êste é o princípio básico de nossa peda-

gogia corretiva. Teria parado aí a ciência ? Não. A revolução foi tão grande e os efeitos tão admiráveis, que já os criminalistas de adultos querem estender aos delinquentes maiores os princípios da pedagogia, transformando as penitenciárias em instituições decalcadas e inspiradas nas instituições para menores. E estou certo que um dia, não muito longe os infelizes delinquentes adultos também serão vistos pelo mesmo prisma pelo qual nós, juizes e professores, enxergamos os menores quando infringem as leis comuns da conduta geral.

Não poderão eles um dia ser encarados como crianças grandes ? Quem sabe se nêles cresceu o corpo, ficando paradas a inteligência e a vontade ? Que idade mental terá essa gente que se amontôa, por crimes, nas prisões do mundo ? Ter-se-ia nessa gente completado a evolução espiritual tão necessária para um discernimento perfeito e para uso justo da vontade ? Não avanço mais daqui. O terreno é perigoso; recuo, para continuar a falar da criança que plasamos nas escolas.

Com aquele novo rumo, na doutrina penal, a América do Norte, Inglaterra, Bélgica, França, Alemanha, Tchecoslovaquia, Holanda, Itália, e outros países como o Brasil, Uruguay, Argentina encaminharam suas legislações, com relação a menores, no

mesmo sentido.

Muita gente ainda ataca a essa justiça e a considera, ignorantemente, como um órgão dispensável à nossa vida social. É triste essa mentalidade retrograda de um século que já passou.

Um vulto como Benjamin Lindsey, o grande juiz de menores de Denver; um Melo Matos, o maior dos juizes de menores da América do Sul e outros que pontificaram dentro dessa especialidade que é a infância culpável, — vêm suas doutrinas e teorias destruídas por certas sumidades que tudo destroem com quatro palavras ilógicas.

O Criminólogo americano Herbert H. Lou, autor de uma das mais completas classificações sobre menores delinquentes, abandonados e débeis, nos dá uma escala medonha das hipóteses mentais e físicas por onde resvalam a infância e a juventude de um país. Por ela calcular-se-á a vastidão dos distritos assistenciais, por onde temos de andar à cata daqueles entes que precisam de nós.

Assim, vejamos : são menores delinquentes, em síntese :

- 1 — os que violam as leis.
- 2 — os desviados, os incorregíveis, os desobedientes.
- 3 — os que se associam com ladrões,

criminosos, vagabundos, prostitutas e viciosos.

- 4 — os que vivem na ociosidade e no crime.
- 5 — os que frequentam cabarets, casas de jogos, bilhares, etc.
- 6 — os que frequentam casas de má fama.
- 7 — os que vagam nas ruas de noite.
- 8 — os que morcegam bondes ou penetram em carros sem autorização.
- 9 — os que empregam linguagem ou escrita obscena, vil ou indecente.
- 10 — os que se ausentam das escolas sem justa causa ou sem consentimento de seus pais ou professores.
- 11 — os imorais ou indecentes.

O mesmo Herbert Lou considera desvalidos ou abandonados :

- 1 — os que são desamparados.
- 2 — os que precisam de internamentos em institutos.
- 3 — os que foram abandonados.
- 4 — os que pedem esmolas
- 5 — os que precisam de contróle paternal ou tutorial.
- 6 — os que vivem em casa de má fama, com pessoas viciosas e de má reputação.

7 — os que vivem em casas que maltratam, descuram e depravam menores, mesmo que sejam os seus pais.

8 — os que são músicos, cantores, saltibancos ambulantes.

9 — os que moram em lugar perigoso para sua saúde, moral, bem estar.

Ainda o mesmo autor citado, considera débeis mentais, os menores que :

1 — padecem deficiências ou afecções mentais que justificam sua reclusão em instituições adequadas.

Por aí se vê como as funções do professor e do juiz se entrelaçam, se abraçam, se estreitam para uma compreensão mútua. Por aí se vê que muitos dos menores considerados delinquentes, abandonados ou débeis estão em nossas mãos primeiro.

Não seria possível iniciar o trabalho da justiça de menores nos bancos das escolas ? Pela classificação de Herbert Lou, é claro que sim. A função educadora da escola, ninguém contesta. Mas a função reeducadora da mestra é para mim indubitável. A mestra da escola e o juiz de menores têm funções paralelas de um mesmo mistér.

Em face ainda dessa classificação de Herbert Lou, nós poderemos ver o porque da elasticidade que dou às funções de juiz

de menores, quando a atividade do juizado alcança menores acompanhado pelos pais em porta de cinema, bilhares, fumando, praticando trabalhos excessivos, na convivência de pessoas duvidosas, etc.

No Tribunal de Menores do Amazonas, como em todo o Brasil, o Juiz é único, como o é nos Estados Unidos da América, na Hungria, Bélgica, Holanda, Uruguay. No Brasil não há tendência para criação desses Tribunais. Isso melhor estabelece este vínculo, que eu vejo entre o mestre e o Juiz de crianças.

Agora, vou penetrar, na parte mais grave deste assunto que eu escrevi e pensei com o coração nas mãos e a mente dirigida para Deus.

A escola é um fator de maior potência, entre as causas sociais, que determina a criminalidade infantil. Estas palavras, gravíssimas, eu as escrevo com o coração dolorido. Foram elas ditas por Armando Raggi, um dos grandes especialistas no assunto, no seu livro "Criminalidade juvenil e Defesa Social", pág. 111, 1 volume.

E isto é verdade. Muitos dos jovens delinquentes se originam pela desarticulação ou desajusto entre o sistema e métodos educativos e as necessidades e aptidões mentais do menino, que, assim vão desenvolvendo suas tendências criminosas, principalmen-

te, pela ineficácia ou insuficiência das atividades escolares e pela impropriedade dos métodos pedagógicos a que são submetidos, conforme a lição daquele mestre citado.

Não sei se estou alarmando com esta tese. Minha intenção é recordar que entre professor e juiz há um vínculo que precisa ser mais intensificado, para o bem de nossas crianças.

Se o ambiente escolar não atrair o menino, dê-se choque, entre o meio e o menor, nasce a carreira do delinquente, com a gajeta ou falta de frequência, o que o leva para as ruas, onde tudo de mau êle aprenderá.

As vezes, a inadaptação do menino ao meio escolar é devido ao atrazo de sua mentalidade. Si não fizermos, para êle, uma classe própria, à altura de sua idade mental, retirando-o da classe elevada, êle se encaminhará para a carreira do crime. O rigor disciplinário também o tange para lá, tudo devido ao desajustamento em que o menor se encontra.

É preciso que o honrado magistério do Amazonas continue a reagir contra êsses males, porque, assim o fazendo, não preparará menores para o juizado, preparará-los-á para o Brasil.

O caso típico no menino escolar, é a travessura, a atividade torturosa e quase

inesgotável. E essa atividade tremenda dá ao menor um fortalecimento para uma independência do EU infantil.

E como a escola forma na vanguarda dos sistemas de defesa de uma sociedade, — é natural que a mestra compreenda melhor suas responsabilidades. A maioria dos casos de fugas domiciliares, são estimulados pela má vontade com que os menores vão às aulas. Este enfatiamento com que o menino segue para a escola, é um estímulo para despertar, ao primeiro aborrecimento que encontre em casa, a idéia de fuga.

E se encararmos que a escola tem o dever de educar o menino socialmente, prepará-lo para a sociedade e não somente instruí-lo intelectualmente ou cerebralmente, — mais uma vez vemos como as nossas funções se irmanam e nos tornamos cooperadores da obra da regeneração humana e não somente educadora.

Na idade escolar, o menino cresce fisicamente a ponto de, às vezes, se tornar um monstro em desageitamento. Sua inteligência torna-se mais aguda, êle tende para neoformação de comunidades infantis de camaradagem, de clubes, bandos, nos quais êles estabelecem hierarquias, caudilhismos, guerreiros, batalhões que se levantam em pé de guerra para as batalhas de pedra. Essa gente tôda, é gente escolar, que precisamos

prescrutar para orientá-la, evitando que sigam o caminho do furto, da malandragem, da valentia dos cow-boys cinematográficos.

E a puberdade dessa nossa gatinha das escolas e das ruas? Que orientação tem? Essa idade crítica da juventude, em que psiquicamente, no mundo interior, há revoluções tremendas, — quem as prescruta, aconselha, orienta? A depravação sexual dessa gente abandonada dos próprios pais, em hora tão tremenda, quem a detém?

Idade perigosa essa, em que o jovem descobre o seu eu, na observação de Eduard Espranger!... Ai, os pais, depois os mestres, poderão orientar muito para o bem da juventude. E, nessa faze, quando eles vão ao Juizado de menores, já vão um tanto corrompidos. E que trabalho dão!... Quantas vezes tenho fracassado, porque o mal já é profundo, já mergulhou suas raízes no subconciente do jovem!...

Pelos traços gerais com que o apresentei o problema é grave. A escola não cabe somente instruir intelectualmente o menor. Muito maior que essa missão, é a de orientar a juventude no campo moral, para que ela não naufrague e não venha a ser amanhã um peso morto para a Pátria.

A missão do professor e do Juiz, é criar *homens-standard* com personalidades

próprias. E creio ter ressaltado que uma compreensão mais íntima, redundará em benefício dos menores amazonenses,

Somos cérebros e corações trabalhando pelo Brasil, para a grandeza da humanidade. Esforços e sacrifícios nos esperam nessa grande luta que nós traçamos, conscientemente. Se tombarmos feridos pela incompreensão dos homens injustos, valhamos a consciência do dever cumprido por amor de Cristo e pelo bem da humanidade.

A função que exercemos é das mais dignas e das mais nobres. Elas são estradas que nós abrimos a nós mesmos, cuja meta final toca os infinitos azuis das mais altas idealidades.

Com um entusiasmo e uma fé vividas assim pela consciência e pelo coração, nós lograremos educar uma juventude no conhecimento de seus deveres cívicos, morais e culturais na escola da coragem necessária para se viver essa hora tremenda da história da civilização, no amor à justiça cristã de que necessita a humanidade, no culto ao bom e ao bem, à honra e à dignidade.

Pelo exemplo que dermos às gerações provindouras, nós ouviremos assim, no repouso do túmulo que se abrir para receber o nosso corpo fatigado, as vozes dos que passarem após nós, felizes e bons, transmitindo à imortalidade de nossas almas, as

benções da paz que se estabelecer num mundo melhor e mais humano, num mundo mais feliz e mais cristão!

Eu estendo as mãos, com o coração em dôr e os olhos humidecidos em lágrimas conclamando para obra de salvação dessa nossa gente pequenina que não pensa, não sabe, não vive a vida ainda nos seus aspéctos integrais.

Abro meu coração, e derramo minha alma triste e profundamente sofrida aos pés dos que trabalham pela infância e pela adolescência de todas as pátrias.

Os menores de idade em face do direito penal

Tentando o estudo desta tése, chegamos à conclusão de que, em todos os tempos, segundo os documentos e os autores que compulsamos, os menores de idade tiveram, mais ou menos, justificativas nos erros ou delitos que praticavam, tudo em face da circunstância especial de falta de desenvolvimento completo, quer físico, moral ou intelectual.

Sobre isso, de certo, a maioria dos documentos antigos existentes nos anais da cultura humana, não teria chegado à conclusão a que chegaram os sociólogos, os juristas, os pedagogos, os biólogos, os psicólogos de hoje, relativamente à absoluta certeza da diferença existente entre o homem e a criança.

Os estudos mais modernos de analyse,

como os de Gabriel Compyré,, Marcel Foucault, P. Secelle et A. Dekock, Frederic Queyrat, Maucourant, W. James, Domingo Barnés, Robert Gaupp, Eduardo Spranger, O. Decroly, Adolfo Ferrière, Buford J. Johnson, Roy M. Dorcus, G. Wilson Shaffer, Lawrence Augustus Averill e Florence C. Kempf, Ed. Claparède, G. Wermeylen, Charlotte Buhler, Hildegard Hetzer, Alfred Strauss, Leo Kanner, Adolf Meyer, Edwards A. Park, e inumeros outros autores, experimentalmente positivaram, em bases científicas, não somente a inferioridade do desenvolvimento da inteligência, como também da vontade, da abstração, da memória, e de muitas outras maneiras de conduta social, familiar.

Cêrca de mil tresentos anos antes da éra Cristã, já a famosa legislação Indú, marcava maravilhosamente, no "Manáva-Dharma-Sastra", bem como o código de Manú, os primeiros traços dêsse respeito natural pela fraquesa e pela falta de desenvolvimento comuns das crianças e dos adolescentes. Essa vastissima e preciosa legislação oriental, limitando a infância aos dezeseis anos, equiparava a criança ao velho, aos doentes e quando se era obrigado a castigá-los, só o permitiam, nas partes baixas do corpo e nunca nas partes sagradas como o rosto e as mãos. Só podiam

ser batidos com cordas ou vergas de bambú. Os castigos applicaveis aos adultos eram prohibidos applicar aos menores.

No direito israelita, quer no Pentateuco, na Mischna e nos dois Talmuds, — o da Palestina e o da Babilonia, — direito que representava a palavra divina, e cuja synthese de consciência jurídica dos hebreus era o Decalogo, — o respeito pela personalidade humana culmina na caridade e no amor, e, só muito excepcionalmente, se admitia o sacrificio de vida de crianças. No Levitico se vê a preocupação moral pela salvação de meninas, afim de evitá-las da prostituição. Há casos raros de vendas de menores, de sacrificios de crianças, mas não se pode negar um certo respeito pela vida e pela personalidade dos menores.

A Grécia, ruma sua expressão jurídica de proteção em outro sentido. É Esparta, por exemplo o país da eugênia. Pelo bem das crianças sadias e pelo futuro da pátria, sacrificam os espartanos as crianças mal conformadas no tremendo matadouro *Taygêtes*. Essas crianças sadias ficavam com os pais até os sete annos, e depois dessa idade, seguiam para o ginásio ou para o *fanlansterio*, onde aprendiam a ser bravos e heróis.

O direito grego tinha uma sagrada noção de filho e de família. O pátrio poder

acompanhava o filho até certa idade.

No Direito Romano, onde toda a humanidade atual foi beber as fontes que animam as instituições jurídicas contemporâneas, — com a lei das XII taboas e os imortais fundamentos do Jus civile, Jus gentium e o Jus Naturale, — vamos encontrar culminando, mais que em qualquer outra legislação anterior, o *Patria Potestas*, a que Vico, um dia chamou de direito ciclopico, pelo seu aspecto geral de proteção e amparo, segundo o sentido das palavras daquele genio da filosofia da história.

O gênio de Justiniano, condensando no *Corpus Juris Civilis*, o *Digesto*, as *Institutas*, o *Código*, e as *Novelas*, mostrou aos povos provindouros a grandeza das concepções jurídicas romanas em todos os seus aspectos gerais, inclusive nas suas grandes tendências assistenciais a prol da infância e da adolescência.

É Justiniano que afirma : o impúbere é equiparado ao louco furioso.

Lá, quando o romano ditou os princípios gerais da capacidade de obrar, e dividiu essa capacidade em absoluta e limitada, chamou de “*infans*” aos infantes que completavam os seus sete anos de idade, — êsses os absolutamente incapazes; e de “*impubes infantia major*”, aos meninos entre sete e quatorze anos e às meninas até

doze anos, bem como aos pródigos sujeitos à tutela e às mulheres.

O patrio poder, a adoção, o paterfamilias, o *filiusfamilia*, nas suas causas e efeitos, tiveram no direito romano, como também a tutela, a curadela, o direito hereditário os seus maiores ramos protectoriaes, que reflitiram e ordenaram as cousas para uma nova compreensão em relação aos menores de idade.

As verdadeiras noções de púberes e impúberes, puberdade, puericia, nasceram no direito romano e daí passaram, na sua essência, para todas as legislações. No direito germânico, condensado na Lei Salica, bem como no Graças da Islandia, — o delicto cometido por menor de doze anos, devia ser reconhecido como um delicto involuntário. Entretanto, após esse avanço, a "Constitutio Carolina" é mais admirável quando exclue, pelo seu artigo 165, da pena de morte os ladrões menores de quatorze anos.

No reinado inglês de Aethalstano, a "Judicia Civilitatus Lundoniae" também excluía a pena de morte dos delinquentes primários que tivessem menos de quinze anos, surgindo nessa legislação, pela primeira vez, pelas noticias que temos, medidas de colocação de menores em casas de parentes.

A idade média seguiu também os mesmos rumos, tanto que o Direito Canonico já é claro nessa época, pelo seu critério sobre a imputabilidade penal dos menores. Seguiu, está claro, em muitos pontos, os traços apontados pelo Direito Romano.

Para mim é nessa época em que melhor se desenvolve o conceito de imputabilidade, quando ainda o direito penal de menores estava numa fase de lenta evolução. É aí que se assenta o período de irresponsabilidade plena para os menores de sete anos; é nessa época que surge mais clara a questão de responsabilidade relativa, que ia dos sete à puberdade e que, para se bem firmar essa irresponsabilidade relativa, indagava-se do discernimento. Aí, o menor de quatorze anos é excluído de responsabilidade, quando comete crime de adulterio ou de injúria. É nas "*Partidas*" que, positivamente, fica esclarecido o critério da imputabilidade penal.

E é no começo do século XVI que mais se acentuam as verdadeiras tendências da atual pedagogia correlativa, quando, naquela época longínqua, as determinações legais encaminham certos jovens delinquentes para reeducação e reforma. Em 1478, determina-se em Nuremberg, que sejam retirados os filhos menores de convivência de pais corrompidos e imorais, tal como se

faz presentemente, e, a celebre e imortal dieta de Augsburg, mandava que os menores delinquentes e abandonados fossem recolhidos aos hospícios e hospitais.

Entretanto, enquanto os homens iluminados assim procediam, há, aqui e ali, em outras legislações pontos mais crueis, mais severos. É que a mentalidade dos legistas e das épocas que vimos até aqui estudando, não tinha perfeitamente formada a sua consciência sobre o assunto. Carlos V e Francisco I mostram-nos como a idéia de amparo aos menores quando delinquiriam, não estava segura do ponto de vista geral, — consciencioso e científico. O primeiro mandava aos tribunais comuns os menores de delinquissem com discernimento. O segundo proibia os castigos corporais aos menores. Muitas vezes os mesmos legisladores e imperadores assumiam duas atitudes diferentes, em face desse problema. Na própria França de Francisco I, depois da determinação legal de se recolher menores abandonados aos hospitais onde eles podessem ter educação moral e intelectual, — veio, a seguir, o periodo das maiores brutalidades cometidas contra crianças, brutalidades em que eram elas surradas com os mesmos açoites e expulsão do território nacional, como se fossem condenados adultos, completamente perdidos e corrompi-

dos. Em alguns Principados e Ducados alemães, como o Bamberg e o de Wurtemberg, atingem os mais altos pontos da maldade, condenando crianças de oito a dez anos à pena do fogo, onde moreram, desesperadamente, nas chamas das fogueiras alemães do século XVII.

Também a Inglaterra aplicou pena de morte a crianças de dez anos de idade, até que surgiu o gênio de Beccaria, com aquele imortal "*Dei Delitti e Delle Pene*" em que fundou o direito de punir, no princípio da absoluta necessidade, fóra da qual, segundo o grande Montesquieu, citado pelo próprio Beccaria, — o direito de punir, — é tirânico. Cesare Beccaria Bonesane auscultando, como êle mesmo o diz, o coração humano e os sagrados princípios de *GIUSTIZIA*, revolucionou todo o direito penal, e, quanto aos menores, reduziu a vingança humana, relativamente à infância e à adolescência, pondo fim aos que havia de mais cruel na penologia daquela época, em relação aos menores de idade.

A escola Clássica, dividindo em etapas a questão da responsabilidade, foi encaminhando bem o assunto da imputabilidade dos menores. Carrara, com o seu notável livro "*Programme du Cours de Droit Criminel*", feito na Universidade de Pisa, mostrou, genialmente, a menoridade como uma

das causas físicas modificadoras da imputação penal. E tomando o problema no seu ponto de vista fisiológico, aplica-o no campo do direito penal, dividindo, com critério jurídico, o assunto em quatro períodos : 1.º — irresponsabilidade absoluta (do nascimento aos sete anos) —; 2.º — responsabilidade condicional e menos plena (impuberdade muito próxima da menoridade) de 12 e 14 anos, e menoridade (dos 14 aos 18 anos) —; 3.º — responsabilidade plena, maioridade, a partir dos 18 anos completos; 4.º — responsabilidade modificavel nos seus resultados, velhice.

Franz Von Liszt, Garraud viram o crescimento da criminalidade juvenil, e, alarmados, anunciaram a falência dos métodos empregados pelos juristas da escola clássica. Bernardino Alimena, nos seus notáveis estudos de filosofia criminal, bradou que as penas aplicadas e menores, eram inúteis, porque, dizia o citado mestre, é uma verdade a inutilidade das penas de adultos aplicadas a adolescentes que estão em vias de formação, sendo que tais adolescentes necessitam de mais cuidados e correção.

A Escola Positiva do Direito Criminal encarou o problema dos menores, verdadeiramente, com um novo sentido e recomendava que aos menores só se applicassem medidas de correção, ficando postergados

os princípios de Direito Penal que se applicavam aos menores de idade.

Vê-se, perfeitamente, como a passos gigantescos, a idéia de proteção evolúe e cresce na defesa dos menores abandonas ou delinquentes.

Lombroso, em opposição tremenda ao conceito de *Rousseau*, sôbre a infância; — afirmava que a loucura moral, bem como os germens da delinquência se encontram não raramente, na infância do homem, e, dada a fisiologia da infância, há na própria infância, segundo o gênio desse mestre, delitos fisiológicas como o de maltarto de animais, o de roubo, a de falsidade. E vendo daí um estado de verdadeira irresponsabilidade, condenava o uso de prisões a jovens de ambos os sexos. Em "*Luomo di Genio*", em "*L'Homme Criminel*", em "*El delito sus causas y remedios*" se refere sempre àquilo que o seu gênio chamava de "nutrição moral", — o encaminhamento de crianças para casas honradas e benévolas, onde elas fossem bem tratadas e tivessem sempre, pelo bom ambiente, a intuição do bem, tão fácil para a sua idade. E avançava mais a clarividência do espirito lombrosiano, quando dizia que elas fossem encaminhadas às instituições de caridade, às colonias agrícolas, a reformatórios como os de Elmira, o do Dr. Bernardo, com as suas técnicas psico-

lógicas, psiquiátricas, pedagógicas.

Garofalo também considera os meninos, nos primeiros anos de sua vida, desprovidos em senso moral e acha que a infância e adolescência, em relação aos crimes e delitos que venham cometer, têm sua responsabilidade limitada. Assim pensando, aconselhava métodos de educação próprios para os meninos delinquentes, especialmente o de *Froebel*, que ao tempo estava em verdadeiro destaque no campo da pedagogia.

Não há presentemente um só especialista e estudioso desta matéria, que não esteja inteiramente de acôrdo com as conclusões a que chegou a ciência penal contemporânea, excluindo o menor, das suas condições biológicas, psicológicas, sociais, pedagógicas, do campo do direito penal.

Enrique Ferri, o maior sociólogo do direito penal contemporâneo, bradava contra o absurdo, — como êle mesmo dizia, — das penas impostas aos menores abandonados, porque êle considerava, entre outras razões, que o menino, mui raramente, cometia grandes delitos, e, que, em regra, a infância e a adolescência só cometem crimes insignificantes. Afirmava que êsses menores necessitavam de amparo e assistência, porque os grandes criminosos começaram sua carreira delituosa na infância abando-

nada que tiveram. Ferri tinha um especial cuidado pelos menores abandonados e ainda hoje a sua classificação de : *infância materialmente abandonada, infância moralmente abandonada, infância viciosa e a delinquente*, — é a que ainda predomina, mais ou menos, no seu espírito orientador, na legislação moderna referente a menores.

Todas as legislações sôbre menores delinquentes seguem êsse rumo que lhe vem dando a Escola positiva de Direito Penal.

Todas as legislações modernas têm levado aos menores a proteção que êles merecem, por um respeito especial à sua idade e constituições somáticas e psicológicas. Em princípios do século XIX, uma idade mínima excluía o menor da responsabilidade penal. Depois, com os estudos psiquiátricos, psicológicos, biológicos e sociais da criança, essa idade teve de ser aumentada por um dever de justiça social. E a tendência geral é para admitir a idade de 14 anos, como o limite separativo para começar uma relativa responsabilidade pelos fatos delituosos que forem cometidos. .

Não há país hoje, no mundo que não tenha sua legislação especial proteção aos menores abandonados e delinquentes. Na Alemanha, a lei de Tribunais para Menores (*Jugendgerichtsgesetz*) é de 16 de fevereiro

de 1923, além da de proteção, à Juventude (*Jugendwohlfahrtsgesetz*) de 9 de julho de 1923. Na Austria, a lei de 18 de julho de 1928, visa levar o tratamento adequado ao adolescente delinquenté. Na Bélgica, a lei de 15 de maio de 1912, prescreve tratamento à infância delinquenté. Na França a lei de 22 de julho de 1912, é modificada pela alteração legal de 26 de março de 1927. Na Itália, os arts. 97 e 98 do Código Penal de 1930, amparam os menores que revelam tendências anti-sociais. Na Holanda, a lei dos Tribunais de Menores de 5 de julho de 1921, determinou puras medidas educativas para os de menor idade. A Tchecoslovachia, pela lei de 11 de março de 1931, tinha em alta consideração a situação dos menores. Na Inglaterra, o notavel "*Children Act*" de 1908, e, logo depois de alguns dias, o ato de 1932 que modificou aquele, — o "*Children and Young Persons*"; em Portugal os decretos de 27 de maio de 1911 e o de 15 de maio de 1925 que instituíram as admiráveis "*tutorias*" portúguêsas; a Noruega, com os decretos de 17 de junho de 1917, de 2 de julho de 1915, de 9 de junho de 1922 e de 20 de maio de 1927, e, recentemente, o decreto mais amplo na proteção, o de 20 de maio de 1927; a Russia, com a lei de 26 de março de 1926; o Japão com a lei de 1 de janeiro de 1923; os Estados Unidos da

América, com muitas e variadas leis promulgadas pelos Estados Americanos do Norte; o México com os arts. 395 do seu Código de penal; a Argentina, além de despositivos do Código Penal, com a lei de 21 de outubro de 1919; o Uruguay, com o seu Código del Niño; o Perú com os artigos 137 a 149 do seu Código Penal; a Espanha, com a lei de 3 de fevereiro de 1929 e o Decreto de 30 de junho de 1931; a Hungria pela ordenança de 17 de agosto de 1908; o Egipto, com todos os domínios e possessões inglesas, e o Brasil, com o seu notável Código de Menores, obra magnífica do grande juiz de menores do Brasil, José Cândido de Melo Matos, todos esses países, pela voz de homens notáveis, concluíram que a criança e o adolescente estão fóra do Direito Penal.

—oo||oo—

Verdadeiramente, do estudo que fizemos, poder-se-á concluir que a orientação científica de proteção à infância abandonada, ou infância delinquente, — é muito recente.

Data do século XIX, e se desenvolveu, admiravelmente, no século XX, neste século do Serviço Social, como alguém já o chamou.

Com uma nova compreensão pedagógica dos valores do menino, religiosos, filantropos, professores, sociólogos, biólogos,

psicólogos, médicos, juristas, psiquiatras, penólogos começaram a estudar a situação da criança abandonada e corrompida, e, em nome de Deus e da humanidade, intensificaram a campanha por uma educação reformista, a prol dessa chamada infância ou adolescência delinquente, em destruição completa ao sistema de repressão que se baseava, quasi nos mesmos princípios sociais, com que se puniam os adultos criminosos.

O estudo da psicologia infantil foi a grande porta por onde entraram esses cientistas iluminados. Herbert (Comment Elever nos enfants), Melle. B. Maucourant ("La Première Etape"), Eduardo Spranger ("Psicologia de la Edad Juvenil"), Binet ("L'étude expérimentale de L'intelligence"), Lewis M. Terman ("The Measurement of intelligence"), Claparede (Psychologie de L'enfant"), Thomas Brown, Spencer, Wundt, Stanley Hall, Thorndike, R. M. Yerkes, Stern, Ebbinghaus e muitos outros como Healy, Bronner e Burt trouxeram seu intelectual esforço pela verdade e pelo bem, e, levaram a que todos os criminalistas e códigos penais do mundo, declarassem esse apftegma : "*a infância e adolescência estão fóra do direito penal*".

E como consequência desse imperativo imortal, foi o desenvolvimento do amparo

e da assistência aos menores nos diversos campos sociais.

Arrancada a criança dos princípios do direito penal, surgiu a grande ciência do futuro: "A PEDAGOGIA CORRECCIONAL", a que muitos chamam. "PEDAGOGIA CORRETIVA", "PEDAGOGIA EMENDATIVA", ciência a que os alemães chamaram de "heilpädagogik" e que Guallart L. de Goicoechea, em 1928, consagrou os verdadeiros primeiros estudos, desenvolvendo seu corpo doutrinal.

É essa ciência novíssima que, em face da consequência a que chegaram todos os criminalologistas modernos, abre o seu primeiro capítulo com este determinativo categórico, o qual, só por si, imortalisa a civilização humana : os menores que cometem delitos não são mais criminosos, são simplesmente meninos que precisam de educação e assistência.

Esse novo espírito, determinou novos processos de amparo e novas instituições assistenciais, novos institutos, como clínicas médicas de conduta, liberdade vigiada, colocação em casa de família, escolas especiais e tribunais de Menores.

Se bem que, como já acima referimos, os olhares desse espírito tutelar em defesa da criança, teve origem por volta de 1660, no direito inglês da "*common law*", confor-

me nos diz Cuello Calon, no seu livro "Criminalidad infantil y juvenil", entretanto só agora é que êle teve sua verdadeira organização, dentro do espírito daquilo para que foi creado e instituido. Naqueles tempos Howard, Crofton, Mary Carpenter, Griffiths, Lord Chaferbury, William Pen, Franklyn, Howard Wine, Samborn agitaram a questão para vencer somente hoje.

No Brasil, êle é denominado juiz de menores, sendo que, no Amazonas, é chamado, por lei especial, "Juizo Tutelar de Menores". Em muitos países é conhecido por "Tribunal de Menores". Na França é "Tribunal pour enfants et adolescents"; na Bélgica é "Juge des enfants"; nos Estados Unidos da América, na Inglaterra, na Alemanha é "Tribunal Juvenil" (Juvenile court ou Jugendgericht); na Itália é "Migistrati dei Minorenni"; em Portugal é "Tutorias".

Há muitos tipos dessas organizações. Uns funcionam como tribunal coletivo, outros funcionam unipessoalmente. Uns tendem somente para o campo da proteção e reeducação do menor, e nêsses não se impõem pena alguma, applicam-se medidas reformadoras. São dêsse feitio, os norte americanos, portuguezes, belgas, espanhois. Um outro tipo dêsses tribunais ou juizados privativos, são aquêles que, amparando e assistindo aos menores, applicam penas, em-

bora essas penas sejam de caráter educativo. São êsses os da Alemanha, Itália, Inglaterra, em uns certos estados Americanos do Norte, os Tchecoslovacos. Esses têm ainda qualquer cousa da processualística encomendada para os criminosos adultos. O sistema brasileiro está incluído entre os do primeiro tipo, porque considera o menor delinquente como sendo uma manifestação de um mau pendor a reformar, de uma fraqueza a reerguer, de ignorância moral a esclarecer, de uma alma, — em uma palavra : de um caráter a formar para o bem, a dirigir no caminho do dever, segundo Borel, citado por Melo Matos, no prefácio ao Código dos Menores comentado, de Beatriz Sofia Mineiro.

A legislação brasileira, admitindo certas fórmulas processuais para os nossos casos de menores, não lhe tirou entretanto o verdadeiro espírito dessa instituição de justiça especial. Creio até que foi mais criteriosa que em outros lugares, onde, muita vez, abreviando-se ou laconisando-se demais as provas indispensáveis, se poderá estimular o crime, em vez de se fazer a necessária profilaxia que a lei almeja.

A tendência geral dêsses tribunais é para o juiz único. Muitos congressos, nesse sentido tem deliberado e recomendado que essa justiça especial seja feita por um só

juiz. Alguns especialistas acham que êsses técnicos da Justiça de Menores, devem ser juiz de carreira, outros pensam que também devia predominar a livre escolha na nomeação, dado ser possível, encontrar-se fóra da magistratura, ótimos elementos para uma tão delicada justiça. Também alguns escritores recomendam que para essa missão, as mulheres, dadas suas qualidades de delicadeza, seriam ótimos juizes de menores.

No meu fraco modo de entender, penso que o meio têrmo resolveria muito bem a questão. Para a escolha do Juiz poder-se-ia admitir o critério de se tirar entre os juizes de carreira, se entre êles houvessem elementos com os requisitos para tão alta investidura judiciária e pedagógica; se não, ir-se-ia buscar fóra da magistratura o elemento necessário para o cargo, desde que se procedesse com a maior hombridade na escolha. Assim se agindo também se procederia em relação à segunda questão: se uma mulher estivesse em condição de ocupar, pelo seu talento e especialidade técnica, o lugar de Juiz de Menores, não lhe era justo negar-lhe a nomeação para tão alta missão jurídica, desde que é sabido que, hoje, as mulheres atingem todas as situações sociais de trabalho e cooperação na sociedade.

É uma justiça muito especial, seja qual fôr o aspecto por que se lhe encare.

Edwin H. Sutherland, nos seus "Princípios de Criminologia", num esquema muito interessante mostra o que distingue o Tribunal de Menores de uma côrte de justiça criminal para adultos. Assim expõe êle :

1 — audiências caracterizadas por métodos científicos de audiência;

2 — audiência que se encaminha a determinar a condição geral e caráter do menor;

3 — essas informações são as bases sôbre as quais repousam a decisão do Tribunal de Menores;

5 — proteção e tutela do menor pelo Estado, desde que as condições a isso determinem;

6 — tratamento específico de cada caso social que apareça, determinado pelas necessidades do individuo em particular, sem referência aos outros delinquentes potenciais ou atuais.

Incontestavelmente, é assim mesmo.

Na justiça especial de menores, o primeiro cuidado do juiz é o conhecimento prévio do menino, o conhecimento de sua personalidade integral: caráter físico, mental e intelectual, ambiente em que vive, es-

cola e oficina que frequenta. Todos os exames médicos, psicológicos, pedagógicos, psiquiátricos, sociais, devem ser feitos. Daí a necessidade dos diversos centros de observação, casas de triagem, clínicas médicas de conduta, clínicas médico-pedagógicas.

O exame físico revelará taras e anormalidades, inclinações, obsessões, tics, desvios, recalcamientos, traumatismos físicos e morais, deficiências constitucionais, psicopatias, neuroses, psicoses, retardamentos pedagógicos etc. O que houver de mórbido na constituição hereditária, surgirá.

Um fichário completo, para uma pesquisa paciente e inteligente, é indispensável para que se possa mergulhar profundamente na alma dessas questões sociais.

Com êsses e outros documentos por onde se possa constituir o psicograma e se identificar o biotipo do menor, — verifica-se ser impossível aplicar ao menor uma pena, em caso de delito por êle cometido. Penas, castigos e sofrimentos para os menores, estão abolidos, ante a avançada da pedagogia emendativa. Para êles nem expiação, nem retribuição, nem mesmo proporcionalidade entre o delito e a pena. Nada de "sentenças" nessas coleções de informações colhidas em tórno de um menino que errou ante o comportamento humano estabelecido. Nêsses chamados processos cri-

minais contra a infância e adolescência, deve-se fazer perder o sentido dos processos comuns da justiça dos adultos. A infância e a adolescência devem ser mais compreendidas, tratadas com mais carinho, maior doçura, porque a criminalidade juvenil é uma consequência do abandono a que a sociedade permitiu chegar o menor que ela devia amparar e proteger.

Não se pode negar : só medidas de caráter educativo é o que a pedagogia moderna dos povos civilizados, aplica aos menores que necessitam correção. A reclusão em institutos especiais, só deve ser admitida com o fim de evitar fugas nos casos de crianças que tenham tendências para o delírio ambulatório ou para perambulagem nas ruas, por vícios ou mania de esmolar.

Nessa matéria, sou um apaixonado pela liberdade vigiada ou sistema de provas, que tem dado alto resultado nos lugares onde são aplicados.

Também a colocação, em família é uma ótima medida que tem sido aplicada admiravelmente.

A liberdade vigiada ou sistema de provas, como tenho feito no Juízo Tutelar de Menores de Manaus, consiste em deixar o menino em casa de sua família, mas sempre submetido à vigilância de um comissário ou de uma visitadora. O tempo que durar

essa vigilância, é o período da prova. É verdade que nem todos os meninos podem ser submetidos a êsse sistema. Se a família decae moralmente, o sistema não é possível ser aplicado. Quasi todos os países têm admitido o referido sistema, e, nêles todos, tem dado ótimos resultados.

A colocação em casa de família é o medida das melhores que se aplicam presentemente, selecionando as famílias e desde que os menores estejam em condições de tal medida. Em quasi todos os países civilizados estão usando também êsse processo reeducativo.

Sabemos que o internamento em instituições oficiais ou particulares, são as mais generalizadas, porque os tipos de jovens que passam pela justiça especial de menores são, na maioria, de fazer pena, tal o estado de corrupção e de degração moral a que chegaram pelo seu abandono fisico e moral.

A colocação em casa de família é o grande recurso da justiça especial de menores.

Os autores diseutem muito os resultados dessa medida de colocação de crianças problemas em casas de família. O êxito ou o fracasso dêsse método depende de diversas condições. As crianças problemas são difíceis de adaptação; e adaptá-las a um

ambiente, é processo difícilimo que requer muito cuidado, muita paciência para quem o põe em execução.

As duas autoridades mais notáveis sobre o assunto, para mim, o Dr. HEALY de Boston e o Juiz de Menores de Bruxelas, o Dr. PAULO WETS não concordam em certos pontos em que estudam determinados aspectos da questão. PAULO WETS acha que colocação familiar deve constituir “a última etapa da obra de reeducação” do menor, e que “na maioria dos casos não se pode começar por ela”. O Dr. HEALY dá uma importância exagerada a este sistema e chega até considerá-lo como o substituto das de reeducação, desde que as famílias sejam escolhidas cuidadosamente.

Das experiências que tenho feito em face dos 2.335 casos de colocações familiares, registrados no Juizo de Menores de Manaus, e nos 2.038 casos de colocações em instituições fechadas, — minho opinião é de que há casos (e muitos são êles) em que o juiz póde começar o trabalho de reeducação pela colocação familiar; e, em muitos outros, é preferível a colocação em instituição fechada, onde o menor deverá passar uma certa e determinada época em que se elaborará o primeiro trabalho da readaptação do jovem, para, depois, a colocação familiar ser a “última etapa da obra de

reeducação". Eu procedo desta maneira.

Registro sempre, em livro especial, o nome, as condições das pessoas que desejam se encarregar da educação dos menores, e vou aplicando, depois do estudo minucioso do menor, o meu tino de juiz e pedagogo. Oitenta por cento dos meus casos, são resolvidos satisfatoriamente. Mas, antes de tudo, a criança que é depositada em casa de família vai profundamente estudada, sob o ponto de vista psicológico, pedagógico e social. Respondem a vários inquéritos sociais, questionários, e ficam fichados sob todos os aspectos, medidas antropometricamente, identificadas, etc. Tento fazer uma experiência sistemática, não como em GHEEL, onde tradicionalmente, as famílias se encarregam do tratamento de doentes mentais.

No nosso caso, o que é preciso escolher é a família para onde se remete a criança. Não se deve colocar um menor em casa de uma família muito numerosa e onde hajam poucos recursos de alimentação, pouca orientação espiritual, pouca moral, e onde sómente se quer explorar e aproveitar o trabalho da criança, transformando o ser humano num escravo sem proteção.

Se bem que em Manaus pouca gente vê essa questão por esse prisma, entretanto, a justiça de menores vai dirigindo a nau

tutelar da infância para os rumos seguros do verdadeiro espírito do amparo e assistência aos menores residentes nesta capital.

Escolhida a família que pode receber a criança, o trabalho do juiz está em *impressionar* profundamente o menor sobre a pessoa que o vai receber, sobre a casa para onde ele vai, convencendo de que a família é muito boa, que a gente que ali reside ama a criança, trata bem o menor, que ela vai ter agora um pai e mãe adotivos, mas que ele deve obedecer, ser bom, respeitoso, cumpridor de seus deveres e obrigações, porque assim tem tudo. E que antes de mais nada ele deve afeiçoar-se aos da casa, para que ali fique até sua maior idade.

O trabalho de sugestão aí é iminente-mente admirável e os seus resultados são incalculáveis.

Emquanto isso se faz pelo lado dos menores, — pelo lado das famílias também se realisa um trabalho de esclarecimento sobre a nova função que vai ser exercida. Explica-se o que é a criança como ser humano, como pessoa, e se exalta a função de caridade que se vai exercer, para a salvação de mais um ser, de uma criança que é um fator social de progresso, que é um filho de Deus que se vai amparar, um irmão em Cristo que se vai salvar da perdi-

ção, da corrupção, da degradação social.

Isso é um trabalho difícil que requer tempo, paciência e honestidade.

Uma família cheia de preocupações e problemas próprios não deve receber uma criança difícil, porque aquêlê ambiente está cheio de casos sociais, de casos individuais. Num ambiente cheio de crianças, não se deve mandar mais outra, porque poderão surgir mais problemas com o menor enviado. Uma família que sómente quer explorar o trabalho infantil, não merece receber uma criança.

Em regra todos os casos de comportamento social anormal, revelam um complexo de inferioridade. Mas escolhendo-se os menores, bem como as famílias, oitenta por cento dos casos serão resolvidos bem. Os menores que não estiverem em condições de colocação em família, terão colocação fechada em institutos próprios.

As famílias que recebem crianças devem ser relativamente remediadas, em boas condições de moralidade, higiene, ordem, com alimentação regular. Às vezes as famílias aparentam êsses aspectos, mas, no fundo, falham. Nêsse caso, a visitadora social, os vigilantes, as denúncias dos vizinhos resolvem o problema : o juiz retirará de novo o menor daquêlê ambiente e reen-caminha-lo-á a outro meio mais propicio.

Em regra, como diz o Dr. HEALY, a primeira colocação sempre falha. Mas a AGENCIA DE COLOCAÇÃO, tendo à sua frente uma pessoa bastantemente interessada, com suas fichas apropriadas, dará sempre ótimos resultados.

Bom seria também, para que se alcance tudo magnificamente, que a AGENCIA DE COLOCAÇÃO organize CENTROS DE FORMAÇÃO das famílias que aceitam crianças difíceis.

Nunca deixei de acreditar nos bons resultados da colocação familiar.

Nas crianças normais, êles são sempre ótimos. Nos casos de psicopatias, a colocação falha muito. Para os menores chamados delinquentes, uma bôa família dará sempre resultado satisfatório. Não existindo antecedentes hereditários, 82 por cento dos casos dão resultados, baixando dessa percentagem para 81 quando um dos pais ou ambos são deficientes ou sofrem de moléstias mentais, e 70 por cento quando um dos pais ou ambos são criminosos, tudo segundo HEALY.

Em síntese, podemos afirmar que todo o menino que se encontrar impossibilitado de viver em seu lar, deve ser encaminhado para outro ambiente. As instituições, por numerosas que sejam, não darão nunca vencimento ao número de pedidos de in-

ternamento que são solicitados diariamente. Daí, se vê logo da necessidade de colocação em casas de famílias, método necessário e bem conveniente. A criança tem necessidade de um logar familiar ou instituição que a proteja, de vez que ela é um sêr que não póde viver sem auxílio de pessoas adultas, dadas suas fraquêsas físicas e psíquicas.

Os orfanatrofios não comportando o grande número de menores que lhes batem à porta, — forçaram o homem ao dever de socorrer a pessoas que, estando à altura da missão, podessem aceitar menores em suas residências.

Teve assim o homem mais ensêjo de se mostrar acima do egoismo contemporâneo, recolhendo às suas casas menores abandonados, menores problemas, menores difíceis.

Nessa hora tragica da civilização, felizes os que podem guardar os pequeninos que sofrem, ora como abandonados, ora como orfãos, ora como crianças problemas.

E como a família ainda é o ideal para a educação dos pequeninos, viu-se logo que a colaboração familiar estava, em alguns casos, muito acima das grandes instituições, que a todo o momento fracassam, desgraçadamente.

E tanto isso é verdade, que estamos ven-

do a toda hora as instituições modernas se organizarem em forma semi-familiar, dentro da disciplina do espírito de família.

A medicina social da infância, exige que se use a colaboração familiar como um dos meios uteis e baratos para a solução de uma infinidade de abandonados. Tendo ela vantagens e desvantagens, segundos alguns autores, — de mim para mim, — ela é mais util e necessária do que desvantajosa. Organizado um bom serviço de colaboração familiar, tudo dará ótimos resultados, desde que o serviço saiba escolher as casas em que colocar o menor e o corpo técnico de visitadoras sociais acompanhe e observe como o menino vai sendo tratado. A gratuidade do encarregamento dêsse serviço com os menores é, para mim, uma das condições fundamentais de seu espírito altruístico. O menor, em regra, é colocado em casa de família e, como tal, em face do espírito de comunidade da própria família, êle presta seus serviços e colabora com todos para limpeza, ordem, mandados, pequenos serviços domesticos, etc. Ademais, além das responsabilidade de educação, alimentação, tratamento sanitario, vestimenta, calçamento, — a família deve contribuir com uma pequena mensalidade, no minimo de cinco mil réis, para o peculio da criança colocada. Nesses moldes, a colaboração familiar,

produzirá seus efeitos.

O Uruguay, é o país da America que melhor tem êsse serviço organizado, dando ótimas consequencias para a Nação irmã.

E entre nós, aqui, a colocação familiar vai resolvendo um sério problema de assistência e proteção à infância.

O outro recurso de que lança mão a justiça de Menores é a liberdade vigiada ou sistema de provas, que é o grande meio de reeducação dos menores, abandonados ou delinquentes de que lançam mão os tribunaes para a infância e adolescência.

Nos tribunaes para menores não devem ser usadas penas expiatorias ou respressivas. Neles só devem ser applicadas medidas tutelares e educativas.

Nem todos os autores assim pensam. Mas erram os que julgam o caso diferentemente. A prisão e a pena não educam o menor. No princípio pode intimidar a criança; o pavor passa deixando o mal que enegrece a alma infantil, pervertendo o caráter do menino.

Morrisson no seu livro "Juvenile offenders", resalta muito bem o fato.

As escolas industriais, os reformatorios modelos, as repúblicas juvenis, e mais institutos especiais, são outros tantos recursos pedagogicos de que se lança mão.

Eugenio Cuello Calon, em sua "Penolo-

gia” destaca os meios pedagogicos de reforma juvenil.

Conhecimento completo do menor, estabelecimento sem espirito punitivo, sem castigos corporais, educação moral, intelectual, profissional, fisica, — são as bases das medidas de reformas.

Demóor, Manheimer, Colucci, Dr. Voisin, Sante de Sanctis, Haely, Clara Harrison Rouveyrolis, Ley, Mac-donald, Zarandieta Mirabent são espiritos clarividentes, que com outros acima citados, afirmam, entre jurista, psicólogos, pedagogos, sociólogos que aos menores só devem ser applicadas as leis, os principios, as recomendações da pedagogia emendativa. Essa idéia se generaliza de tal modo que, hoje em dia, é principio absoluto de que os menores estão fóra do Direito Penal comum, e que, em vista disso, urge a criação generalizada de uma justiça especial para menores, fundamentada dentro do espirito daquilo que chama comumente Tribunal dos Menores.

O problema é dos mais dificeis. Sendo que essas dificuldades começam pela questão da idade. O que a lei classifica de “menor” e porque assim procede. Questões das mais graves são agitadas aí.

Depois vem um outro assunto dos mais dificeis, em relação aos menores: o da delin-

quencia. O que é delinquente? Pode um menor delinquir em face das modernas ciencias que se entrosam, na busca e procura, do assentamento dos princípios da *menorlogia*? O menor delinquente não será antes um menor abandonado?

Somente no campo da etiologia da delinquencia, — o homem se perde quasi que desastradamente. E vem a questão da hereditariedade, dos antecedentes, do meio, da familia, da escola, da fábrica, das companhias, das leituras, do cinema, das toxí-infecções, das taras sociais.

G. Heuyer, Mm^{es}. Horinson, Adler, Freud, Boucour, dão bastante importancia a essa parte, o que ninguém poderá fazer o contrario. Sem a investigação dessas questões de máxima importancia, para o pleno conhecimento do assunto, não se fará uma obra perfeita de reeducação do menor que errou.

E tanto é verdade isso que, só se partindo desses princípios, desses estudos basilares da questão, — é possível uma classificação dos tipos desses chamados pequenos delinquentes.

Os grandes professores Boncour, Robnovich, Heuyer, declarando que oitenta por cento dos delinquentes são anormaes, — forçaram a necessidade de uma classificação psicologica ou neuro clinica desses meninos

abandonados.

Para a questão das medidas intelectuais, muitos processos são aplicados ao estudo do menor: Binet Simon, Burt, Rossolino, Vermeulen, Terman e muitos outros criaram meios para o estudo do rendimento escolar, medidas da inteligência, processos êsses que são aplicados, com muito proveito, nos tribunais de menores.

Na pesquisa do caráter, questionários e testes são aplicados nêsse campo.

Para a investigação somática e morfológica, são usados os processos antropométricos, a biometria, abiotipologia de Pende e de Viola com sua clássica mesa, de Kretschmer, Boyen, bem assim os meios de investigações fisiológicas.

E as classificações dêsses tipos infantis e adolescêntes, quer sob o ponto de vista social, quer sob o psicológico, — são inúmeras.

Os congressos de Proteção à Infância na Bélgica e os de Criminologia em outros países, bem assim sábios como Rouvroy, Tullio, Rollet, Heuver têm explorado com muita proficiência êsse campo das classificações dos menores delinquentes.

Rouvroy classificou-os em irregulares psíquicos, morais, sociais, físicos. O congresso de Proteção à Infância de Bruxelas dividiu-os em social, biológico ou físico, psi-

quico ou neuro-psíquico. Tullio distinguiu-os em : ocasionais, constitucionais. Rollet estabeleceu-os em : tipo social, tipo patológico. Heuyer mostra-os em grupos : os normais, os débeis, os desequilibrados. O Congresso Internacional de Criminologia classificou-os em : menores doentes que apresentam reações anti-sociais, menores anormais da inteligência e do caráter que apresentam reações anti-sociais, menores anti-sociais constitucionais, menores anti-sociais ocasionais, menores susceptíveis de se tornarem criminosos, e os precriminosos.

Outras classificações existem, mas, entendendo que as citadas preenchem amplamente as necessidades para uma orientação no começo desses estudos.

O diagnóstico desses casos deve ser feito com uma certa antecedência à explosão verdadeira dos desajustamentos sociais. A escola primária pode contribuir muito para isso, desde que faça um trabalho em colaboração com o Tribunal de Menores.

A escola, depois da família, é o centro das atividades espontâneas do menino. É nela que verdadeiramente, surgem os primeiros passos que levam o menor para os erros que o conduzem à justiça de menores. Nela só se poderá, logo de início, identificar a inadaptação, os estados físicos máus, a sub-alimentação, os transtornos sensoriais,

os irrequietos, as fugas, os débeis, os ambientes familiares perigosos, as sevícias que intimidam e arrasam o psíquico.

A amplitude do problema, pelo que já está esclarecido, leva-nos a dizer com a tendência geral dos especialistas e dos códigos mais modernos, que os menores estão fóra do direito penal comum.

Não há propriamente um direito penal de menores, mas a nova ciência "Pedagogia Emendativa" é a disciplina que trata dos meios de correção dos casos infantis relativos à chamada delinquência de menores.

O menor delinquente é sempre um irresponsável, porque, psiquicamente, não é um desenvolvido, como também não o é fisicamente.

Uns especialistas admitem, na criança uma perversidade originária, outros crêm numa perversidade adquirida. Rousseau como Freud admitem, no menor, uma perversidade adquirida, enquanto Lombroso e outros creem na perversidade originária. Entretanto Collin, que estudou bastante o assunto, achou, entre os delinquentes infantis, o delinquente de *tipo social* e o delinquente de *tipo patológico*.

A maior tendência é para vêr no menor delinquente sempre um fato social de origem patológica. Collin viu em menores de-

linquentes, 70% de anormais; Colombier, 68 %; Moll 25,5 % de deficientes, Ordahl 45 %; Arenasa, 49 %.

Outros especialistas vêm nisso um certo exagero, dadas certas causas errôneas de investigação, tais como sejam certos preconceitos no estudo da inteligência humana, especialmente na da criança.

O menor delinquente é mais uma vítima dos pais e da sociedade, que propriamente um delinquente.

Quer do ponto de vista social, quer do patológico, êle é sempre uma vítima. Isso levaria, numa última análise, a concluir que o crime, em realidade, não pôde existir em relação ao menor.

Não existe responsabilidade penal para o menor que comete um fato considerado delituoso. Para tal menor, cabe um esforço pela sua reeducação, seu reajustamento ao equilíbrio mediano dos outros menores.

O delito aí é sómente um grito de alarme para os sociólogos, pedagogos, psiquiatras, juristas.

A investigação das causas dessa delinquência especial, é o primeiro cuidado do estado, para, depois, através dos tribunais juvenis, preparar a readaptação social do menor, dentro dos princípios científicos dessa ciência moderna que se chama "Pedagogia emendativa".

OS JESUITAS E A ASSISTÊNCIA A INFANCIA NO BRASIL

Não assevero cousas ignoradas ou desconhecidas, de vez que a bibliografia jesuítica é vasta e considerável. Também não venho falar propriamente de Inácio de Loiola, o cavaleiro nascido em 1491, no solar avoengo dos Loiolas, na velha Espanha de Teresa de Jesus e de João Crisóstomo. Pagem, soldado, mancebo, guerreiro, — são êsses os traços do caráter de D. Iñigo, na primeira fase de sua vida. Deixarei de lado o homem e abordarei a instituição do soldado da milícia de Cristo, tocando em algumas passagens da *vida nova* dêsse homem que foi na terra desde o mendigo, do faminto, ao apóstolo que arregimentou tôdas as forças culturais do mundo, contra os êrros de Lutéro e dos luteranos, na defeza da Igreja de Cristo, levantando as hostes espi-

rituais contra os desertores da Fé.

Quatrocentos anos são decorridos : a 27 de Setembro de 1540, Inácio, ardendo de amôr por Cristo, ansiava a sanção do Santo Padre Paulo III, para ver concretizados os seus sonhos e o seu ideal.

A norma de vida que ainda hoje serve de regra à Companhia de Jesus, é uma perfeição no campo da teologia ascética, — o que assombrava aquêles que estavam encarregados de dar parecer sôbre a norma inaciana, transluzente nos célebres “Exercícios Espirituais”. O Cardeal Contarini louvou junto ao grande Papa as virtudes e os exemplos de Inácio e seus companheiros. E depois de alguns estudos, entregou ao mestre do Sacro Palácio, ao grande Badia, os cinco capítulos da Fórmula Jesuítica para que este estudasse o trabalho de Loiola. Decorridos dois mêses, volta a regra com o parecer de Badia, declarando-a santa e piedosa, ao que o Sumo Pontífice, que se achava em Quivoli, aprovou por uma Bula especial, apesar da pouca vontade do Cardeal Ghinucci.

As delongas foram angustiosas para Santo Inácio, que queria vêr confirmada a “Sociedade de Jesus”. Afinal, pela Bula “*Regimini Militantis Ecclesiae*” de 27 de Setembro de 1540, S. Santidade o Papa Paulo III aprova a Órdem, ficando fundada assim

a "Companhia de Jesus".

Ninguém suporia que aquela instituição viria influir tão poderosamente nos destinos da humanidade. Só obra de Deus traria tão radiante projeção em todos os países, em todos os ramos de conhecimento humano, em todos os assuntos da sabedoria.

Daquêle dia em diante, mais êsses destemerosos cavaleiros de São Gral, vestidos em aço de Toledano, partiram para ensinar a todos os povos e "Tudo pela Maior Glória de Deus". Missionários como o grande Francisco de Xavier arrancam as Índias Orientais das trevas de u'a meia idolatria, criando novas cristandades que fundaram, no Japão, no império Celeste, no Congo, na Mauritania, em tôdas as terras onde havia gentios e onde havia necessidade de uma restauração cristã, como na da Europa Setentrional, e, nos casos tremendos como nos criados pelo libidinoso Henrique VIII, cruel e sanguinário.

Os jesuitas são heróis e civilizadores, ascetas e sábios. O caso da polêmica, em torno do livre arbítrio, tornou-se imortal. Teólogos e filósofos, êles estiveram frente a frente com Descartes e Leibniz, como estão hoje senhores da filosofia moderna, da psicologia experimental do behaviourism, como nas experiências de Pawlow. Não

temeram a Pascal, como não recuaram ante aos brahmanos e aos Yogis indús. Foram os derrotadores da Reforma da Alemanha, como foram os espinhos que arderam na consciência de Madame Ponpadour.

Como educadores, como pensadores, teatrólogos, literatos, polemistas, jornalistas, artistas, como néo-escolásticos e contra kantistas, anti-modernistas, anti-maçonistas, são os apóstolos da civilização dentro da ordem, apesar de tôdas as injúrias e calúnias que contra êles assacaram os que estão a serviço da descrístianização do mundo.

Êsses beneméritos servos de Cristo, nove anos após a fundação da Companhia, no horror das lutas contra a reforma luterana, — partiram para o Brasil, com verdadeiro espírito apostolar e aqui chegaram a 29 de Março de 1549.

Apesar da jesuitofobia do polaco Zahorowski ter inventado e produzido o livro que êle intitulou de "*Monita Secreta*" e de escritores como Eugênio Sue e de estadistas secundários como Pombal tentarem destruir a obra dos jesuítas, ainda existe na consciência contemporânea a palavra sábia de homens insuspeitos como Ludovico Pastor, de René Fulop Miller, de Eduardo Prado, Couto de Magalhães, Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco, Basílio Machado,

Ferreira Viana e algumas centenas de outros que se levantaram contra as infâmias e escreveram a verdade sôbre êles, arrancando documentos dos arquivos secretos do Vaticano, quando Leão XIII abriu, de par em par, as portas dos salões onde estavam as documentações da história da igreja e de suas instituições.

E em relação a nós, devemos aos jesuítas os maiores serviços prestados à Pátria, desde a chegada de Tomé de Souza, com as figuras apostolares de Manoel da Nóbrega (o superior da Província brasileira) Leonardo Nunes, João de Aspilcueta Navarro, Antônio Pires e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome. O gênio de D. João III velara pelo Brasil. E os Jesuítas começaram entre os selvagens a sementeira religiosa, ensinando as verdades imortais, que dariam as fôrças para os grandes movimentos da nacionalidade, na defêsa integral da Pátria livre, como a construimos nas arrancadas contra os holandezes ambiciosos e comercialistas.

Homens admiráveis êsses jesuítas, heróis, herculeos na fé, destemidos e perseverantes na conquista das almas dos selvícolas !... Foram êles os plasmadores da nacionalidade brasileira, queiram ou não os cegos de espírito, os surdos morais, os que têm a consciência enegrecida pelo ódio e

pela paixão, pelo fanatismo destruidor.

A história está acessível a todos os homens : as cartas de Anchieta, Fernão Cardim, Gabriel Soares de Souza, Frei Vicente do Salvador, José Caieiro, Pôrto Seguro, Capistrano de Abreu, Rocha Pombo, Alfredo Gomes, Jonatas Serrano, Anibal Matos, Max Fleius, Pedro Calmon, Celso Vieira, Jorge de Lima, Gonzaga Cabral, e, ultimamente, o incontestável Serafim Leite, dão a maior prova do que devemos à Companhia de Jesus.

No tempo colonial os primeiros colégios que fundaram em Pernambuco, Baía, Ilhéus, Pôrto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente e Piratininga, representam núcleos de brasilidade. E se imaginarmos que, de 1549 (data da chegada dos jesuítas), a 1749, num espaço de duzentos anos, estivemos, em matéria de ensino primário, secundário e superior, nas mãos dos homens da Companhia de Jesus, — é que poderemos calcular, o quanto devemos àqueles padres notáveis. E, em 1759, negando-se tudo a êsses homens, o celeberrimo Marquês de Pombal os tange, como a abutres nocivos, de Portugal e do Brasil. A história triste dêsses fatos está presentemente escrita e os documentos da cegueira e da incultura pombalinas estão surgindo dos arquivos diplomáticos de Lisbôa.

A fôlha de serviços prestados ao Brasil por êsses padres é enorme. De Piratininga ao Pará, a Companhia de Jesus fortificou a integridade do Brasil com os núcleos escolares semeados de logarejo em logarejo, onde se ouviu a palavra imensa de um Nóbrega, de um Anchieta, de um Vieira, palavra que se ergueu para os céus como colunas de fogo. Era a catéquese nas suas incursões pela floresta selvagem, rumando para o oeste, como bandeiras do espírito de Cristo semeando aldeamentos que depois foram grandes cidades e hoje são metrópoles; bandeiras de Cristo que faziam jorrar os lábios dos apóstolos, dos seus olhos e das suas mãos as primeiras palavras, os primeiros olhares e os primeiros carinhos dirigidos às primeiras criancinhas brasileiras, aos primeiros meninos nacionais, aos primeiros adolescentes do Brasil. Nêsse ponto, nada há que temer, em afirmar que foram êles também os iniciadores da assistência à maternidade, infância e adolescência brasileiras. Os documentos mais antigos, esclarecem a preocupação que êles tinham pelas crianças, com especialidade, pelo filho do índio.

Era do espírito da ordem o socorrer aos órfãos e aos desamparados. Santo Inácio carregou às costas doentes e famintos. Em Marangola, amparou mais 400 mendigos e

indigentes. No meio da corrupção européia, assistia espiritualmente às vítimas do vício, fundando institutos como o de Santa Marta, para decaídas convertidas, e asilos para jovens expostas em perigo, — verdadeiras casas premunitórias. Ainda existem os orfanatrofios para meninas e meninos, fundados pelo Santo, quando esteve em Roma. Santo Inácio foi um predecessor na causa de amparo aos menores. Dado êsse espirito de caridade, os jesuítas no Brasil iniciaram, conjuntamente com a catéquese dos adultos, o trabalho de assistência à infância e à adolescência nacionais.

Refere Anchieta, numa das suas cartas anuais em 1584, que o colégio da Baía tinha oitenta meninos no A B C e que nessa aula rudimentar os ensinavam a cantar e tocar instrumentos de corda e sôpro. Nessas aulas aprimorava-se na caligrafia e havia frequentes desafios de aritmética, com distribuição de prêmios.

Hoje é fóra de dúvidas terem os jesuítas, já em 1550, quando da chegada dos primeiros orfãozinhos portugueses ao Brasil, — orfanato para a infância. Serafim Leite, autoridade que ninguém contesta, nos seus livros "Páginas de História do Brasil" e "História da Companhia de Jesus no Brasil", — refere-se que, por intermédio do padre Péro Doménech, vieram crianças po-

bres, apanhadas na Ribeira de Lisbôa, crianças que em Portugal eram consideradas como "*moços perdidos*", "*ladrões e maus*" que se chamavam "patifes". Viam êsses menores que falavam e cantavam em português, os que iriam comunicar aos filhos dos índios a civilização portuguesa, depois de transformados pela educação cristã. Onde se travariam os combates interiores dessa transformação cristã? Nos primeiros orfanatos nacionais, — pobres e humildes casinhas de taipa, cobertas de palha. Os sete primeiros órfãos enviados de Portugal, em 1550, inauguraram o primeiro orfanatrofio brasileiro. Logo depois os primeiros indiozinhos tiveram abrigo com os nossos primeiros irmãos portugueses. Cumpria-se a recomendação de Simão Rodrigues, em Lisbôa, ao despedir-se de Nóbrega, quando a êsse aconselhou "expressamente a criação de Meninos", segundo se refere o autorizado Serafim Leite.

De Portugal vieram alguns subsídios em "covados de pano pardo, sapatos, sombreros e varas de pano e lenço para camisa", segundo citação do acima mencionado autor, o que vem provar definitivamente a existência, já naquêl tempo, do internato para menores, — de vez que o internato é o que caracteriza o verdadeiro espírito da moderna assistência social à infância.

Muitas eram as dificuldades do primeiro colégio, — o “Colégio dos Meninos de Jesus”. Casa para agasalhar os sete primeiros menores e os padres que com êles vieram. Todo o trabalho do homem na Terra da Baía, era deficiente. Difícil o sustento, o vestir, o abrigo, o material escolar indispensável para que se fizesse alguma coisa. O Governador da Baía, conhecendo as dificuldades, dera uma sesmaria, que ficou denominado “Água de Meninos”. Tomé de Souza foi nêsse sentido o primeiro administrador brasileiro, que naquêl tempo bem compreendeu que era seu dever assistir às crianças órfãs e abandonadas. Era bem zeloso e virtuoso nêsse sentido, como bem disse Nóbrega, numa das suas cartas, hoje publicadas, graças à editora “Civilização Brasileira”. Tomé de Souza provou de tudo o que foi necessário, para a sustentação dos meninos. O povo também se manifestou logo em favor da obra de assistência à infância que se iniciava na colônia. Nóbrega lutava com as maiores necessidades. A catéquese, o professorado, os mistéres do sacerdócio, tudo se multiplicava. Referem-se as crônicas e êsse mui notável Serafim Leite, que roupa, dinheiro, casa e outras despesas, necessidades tudo faltava à economia do internato. Nêsses colégios falava-se muito a lingua tupi-guarani; en-

sinavam-se letras, canto, música. Estudava-se o caráter da criança, para mandá-la trabalhar de acôrdo com as suas aptidões. Se tinha propensão para as artes, era encaminhada para alguma oficina rudimentar da época. Os que tendiam para o cultivo da terra, eram enviados para os campos; os que davam para as letras ou oratória, seguiriam as vocações sacerdotais; se possível. Num aspécto muito mais vasto, isso nós fazemos hoje em tôdas as partes em que se protege a infância: respeitar as aptidões e as tendências espirituais de cada menor, conforme recomendação dos grandes pedagogos como Claparede, Tagore, Mantessori, Backauser, Pedro Anísio.

Em 1551, mais orfãos vieram. E os meninos quando saiam á rua, faziam juntar mais de duzentos indiozinhos que admiravam e eram atraídos pelo geito, modo, vestidos, cantares, e folguedos de crianças portuguesas. É que assim se iniciava o trabalho de nivelamento das classes sociais do colono, onde nas procissões se mesclavam os filhos dos selvícolas com os dos portugueses e mamelucos.

Não há a negar que os jesuítas atraíam os meninos. Se bem que alguns autores como o erúdito Pedro Calmon insistam em admitir que o fim da Companhia de Jesus no Brasil não era a educação dos órfãos e

sim a catéquese e o ensino dos meninos da terra, — não se pode negar que entre os meninos da terra, de certo não se excluíam os órfãos e abandonados, como não fôram excluídos os que vieram de Lisbôa. Ademais catéquese e ensino eram feitos como verdadeira assistência social da infância, naquêl tempo, conforme o permitia o ambiente social da época. Assistência médica, alimentar, direção nos folguedos, orientação no vestir, no trabalho, no repouso, no moral, no físico, no intelectual, tudo isso nós encontramos, a cada momento, nas cartas de Anchieta e em muitos outros documentos importantes que nos foram transmitidos por Serafim Leite, Lúcio de Azevedo, Luiz Gonzaga Cabral e outros. E depois, ninguém queria encarregar-se da obra de assistência à infância, nem mesmo a Misericórdia da Baía. E dessa maneira, mesmo que não quizessem, os jesuítas tiveram de ser os primeiros apóstolos da proteção à infância nestas terras brasileiras. Em 1555, o colégio dos meninos da Baía já contava com vinte e quatro menores, inclusive índios e mamelucos. Depois, em vista de alguns desgostos, os padres fundaram um recolhimento para meninas índias, na Baía, que foi dirigido por mulheres honestas e idosas, para que os alunos dos padres tivessem, logo que entendessem, meninas ca-

pazes de com elles contrairem núpcias. E Nóbrega foi o grande protetor dos órfãos. Esse problema sempre lhe andou à cabeça, a ponto de, o padre Leonardo Nunes, em 1554, quando foi a Roma, tratar, por ordem d'ele, Nóbrega, de licenças para criar casas de órfãos no Brasil.

Nêsse campo o trabalhô dos Jesuítas é dos maiores e precisa ser estudado com um certo afinco, para que se lhes faça a justiça devida. Em tôdas as capitánias onde estiveram os Jesuítas, ai se instalou, de acôrdo com as possibilidades da época, o trabalho de defêsa da infância, especialmente dos filhos dos índios e dos próprios mameucos. Nas missões espanholas do Solimões, em 1686, mais ou menos, por onde descerá o padre Samuel Fritz, existiam os colégios que amparavam a infância nativa. Depois daquela luta entre as missões portuguezas e espanholas, quando os Jesuítas estabeleceram uma célebre aldeia um pouco acima da fóz do Javari, — aldeia que verdadeiramente marcou ali os confins do Estado, — lá estava o colégio de palha em que se recolhiam algumas crianças para as aulas diárias da doutrina, e, nessas aulas, a assistência se fazia com o maior dos espíritos de benemerência.

E onde não houve o colégio, houve o púlpito; e do púlpito desciam as palavras

que educavam, que aconselhavam, que orientavam, que censuravam todos os erros, todos os excessos, todos os crimes. Cito-vos uma ligeira passagem do livro "As Minas Gerais" de Miran M. de Barros Latif, à páginas 128 : — "ouve-se dos púlpitos sacerdotes condenarem os furtos de jaboticabas que os garotos praticavam nos quintais vizinhos". E isso ainda é proteger a infância pré-delinquente, abrindo os olhos dos responsáveis pelos erros cometidos pelas crianças da colônia.



Aos Jesuítas do Brasil nós devemos a maior de tôdas as obras que ainda restã em nossa terra : o tesouro imenso desse patrimônio moral que cada um de nós guarda e que representa a tradição nacional vivendo nas grandezas da nossa nacionalidade, nos dias de hoje.

Indiferente a êsses homens só poderá estar a consciência oprobriosa que se vendeu à filosofia negativista dos que tudo destroem por indiferença religiosa ou por fanatismo de seita decadente.

Eu poderia citar as maiores autoridades, antigas e modernas, em matéria de história nacional, que reconhecem o que devemos aos Jesuítas. Os documentos históri-

cos, arquitetônicos, artísticos, literários, estão vivos e falam bem alto da grandeza desses homens humildes mas sábios, que palmilharam a nossa terra, educando a nossa gente e criando para Cristo um povo que ainda vive em Cristo.

DISCURSO A UM SOCIÓLOGO

Sr. Araújo Lima :

Cabendo-me a honra e a responsabilidade de saudar-vos, nesta noite em que vossos amigos querem significar suas simpatias pelo cientista eminente, pelo pedagogo cintilante, pelo homem público e ilustre homem de letras —, cumpre-me fazê-lo da maneira mais lacônica possível, nesta ~~de~~ panatéia espiritual, em que festejamos o pensador intrépido, de grande coragem cívica, que no campo da vida é, para nós, um como que aristocrata que atravessasse o Ágora, vestido da púrpura do desassombro e das luzes de uma inteligência refulgente.

Na trajetória de sábio e de professor que descrevestes, num ciclo solar de cinquenta anos de vida laboriosa e honesta, entre nós, no cenário cultural da vida amazôni-

ca, onde sempre pontificastes como um dos príncipes da sabedoria, — contemplamos, com a sinceridade comovida de nossa admiração, o iluminar de vosso espírito, que marca, na Bethsaida intelectual amazonense, uma história de luz que refulge e de beleza que entenece.

Vossa cultura, feita através de meditações sociológicas, filosóficas, biológicas, corôa vossa personalidade com a perenidade da sabedoria que não morre, da experiência que não se extingue, da inteligência que não falece.

Como conferencista brilhante, professor eminente, crítico erudito, escritor, moralista, orador que fala com simplicidade mas com profundidade —, sois uma das figuras centrais de nossas letras e o vosso devotamento pelo Amazonas foi sempre um apostolado e um esforço de ressurreição espiritual, em todos os setores de nossas atividades.

Senhor Araújo Lima : Sois educador, e educador dos mais notáveis, filiado a Escola Pedagógica de Montessori, Rouma, Kerchenstein, Jean Demoor, Backauser, René Bethléem. Sois construtor de consciências moças, edificador de corações, alevantador de arranha-céus espirituais, empreiteiro de

reformas educacionais, trabalhadas no íntimo e no profundo de vossa alma eternamente moça e sonhadora.

Orientador de forças dispersas; recuperador de ânimos educando-os na escola do sacrifício, do perdão, da obediência e da ordem; incutidor nos jovens da noção do dever de trabalhar pelo respeito à cultura do Brasil, à moral coletiva, pelo bem daquele primado espiritual de que nos fala Maritain, primado que é Verdade e que é Virtude; incutidor nos jovens desse desejo louco de viver pelo Bem, na contemplação da grandeza moral do Brasil, desse desejo que é a força que nos alimenta a vida sobrenatural do amor à Pátria pois o amor transforma-nos de feras em homens, no bom sentido da palavra, robustecendo o espírito na Verdade, nessa Verdade que é Vida, Luz e Caminho, Verdade que extingue as lutas internas e destrói a estupidez do ódio que avilta e separa os homens —, sempre tivestes, Sr. Araújo Lima, esses desejos pelo Bem que, felizmente, soubestes avivar nos moços que educastes, transmitindo-lhes a virtude do amor e da misericórdia grandes escudos contra tudo que é baixo e ignobil, contra tudo que deprava. Vossa catedra educou a adolescência, que foi vossa nas escolas por onde perlustrastes e transfundistes

vosso coração que é um tabernaculo de paz, constituído como que em saçrario místico, onde os amigos podem repousar, e, daí, êsse transbordar de vossa personalidade de apóstolo da medicina, para nós outros, um apostolado real de amôr de Deus pelo bem dos que sofrem —, tudo isso, Sr. Araújo Lima, realisastes, num esforço admiravel de sacrificio, no vosso grande ministério de educador, de sacerdote de Hipócrates, de pensador brilhante e de orador admirável.

Sociólogo e escritor, vossas orações memoráveis aí estão para prova de que sois, como gigante da intelligência, filiado às modernas correntes do pensamento : um condutor da cultura brasileira. Vosso saber, vossas meditações em tórno da Amazônia, estão a serviço do Brasil do nosso tempo. Vossa preocupação de educar a infância e a juventude, os homens e as massas demonstrastes quando iluminastes o Departamento de Educação e Cultura do Estado e refulgistes na Prefeitura Municipal de Manaus, retransformando esta cidade. ~~Manaus, retransformando esta cidade~~ numa maravilha equatorial.

Só o vosso livro "*Amazônia. A Terra e o Homem*", onde estudastes os mais flagrantes problemas de nossa terra, sob o mais sério interêsse científico da antropo-

geografia moderna, destruindo lendas e fantasmagorias de alguns escritores fecundos na mitologia amazônica —, é a demonstração de um dos maiores serviços que uma inteligência sadia poderá prestar a um povo. Com esse trabalho assombrastes a América e destes, como previu Tristão de Atayde, novos rumos aos estudos da geografia humana no Brasil. Nêle estudastes todos os problemas sociais do Amazonas, todos os aspectos de sua civilização, em capítulos magistrais, onde a sócio-geografia da gleba é encarada seriamente. Habitação, alimentação, indústria, cultura, tudo medistes a compasso, sondando de prumo à mão para poderdes concluir, como concluístes sem exageros, aceitando os fatores mesológicos e etnológicos, mas subordinando-os aos psicológicos.

Admiravel vosso equilibrio, nessas cousas maravilhosas da cultura, da intelligencia. Preferistes o meio termo em tudo, na soluçao do geografismo, do etnologismo, do antropogeografismo amazônico.

Na monografia admiravel "*Só a Educação Transforma os Povos*", surpreendestes (não a mim que me acostumei a admirar em vós o emérito pedagogo, desde quando estive no Departamento de Educação e Cultura do Estado, e sentí a necessidade de estudar a reforma que fizestes, com aquê

formidável Regulamento de Ensino, de vossa autoria), na vossa monografia "*Só a Educação Transforma os Povos*", dizia, encantastes os pedagogistas brasileiros que vos admiraram o conhecimento e o critério com que resolvestes certos assuntos da educação moderna.

Abordando, hoje, vossa figura como tema desta festa de saudade, devo mostrar-vos à sociedade como sociólogo, pensador, escritor, educador que afirma que estamos, no Brasil para além da vida de certas nações, sob o ponto de vista da paz cristã e de tranquilidade evangélica. Tendes abordado este assunto, dentro de uma concepção histórica muito fóra do liberalismo rousseauiano ou feurbachiano, quero dizer, muito fóra do naturalismo histórico, que vê na civilização uma decadência do espírito religioso. Também, nas vossas dissertações, não vos fizestes nunca acompanhar dos Frobenius, dos Spengler e dos Keiserling. Mostrastes sempre o que convém aos auditórios, desprezando também a barbarie ou o banditismo dos soviets aziáticos. Dentro da noção de Deus, demonstrastes, muitas vezes, a angústia tremenda desta hora desesperadora de nossa civilização.

Estamos, como todos sabem, no momento de uma transformação social nunca prevista. E povos, como o nosso, necessitam

de espírito e de confiança para resistir aos males que nos ameaçam. É o que sempre fizestes, neste aspecto, atualmente, no Amazonas : orientar a formação cultural amazonense.

Sr. Araújo Lima : fostes, como vimos, entre nós, das vozes que sempre se levantaram para dizer, em memoráveis pelejas espirituais, as verdades mais cruéis sobre as cousas desordenadas da civilização que corre sobre a podridão que domina o mundo; sobre a corrupção que avassala o planeta; sobre a miséria que corrompe o glôbo terraqueo; sobre o escândalo imprevisível que é, em si, este século XX, que ronda entre apostasias e guerras, numa fermentação de desordem, de desrespeito à consciência coletiva, de desconsideração à autoridade constituída que emana da tradição, da justiça, do evangelho e da igreja.

Tivestes, para nós, Sr. Araújo Lima, com outras figuras de nosso meio cultural, essa função de vigilância, que permanecerá entre nós como um "exultatus a terra", neste "Sacrum facere" que é bem um sacrificio pelo Amazonas.

Daí merecerdes esta votiva préce que, em si, no seu substratum oculto, é festa de jubilação, simples e encantadora, que vossos amigos promoveram, nesta hora de aleluia e resurreição de vossa vida fraterna.

Por modestia, não quizestes recebê-la; mas, não tivestes outro geito senão o de vos imolar por nós ainda. Tende paciência e recebei, no final desta parlenda desataviada que pretendi dirigir aos mistérios insondáveis dessa maravilha que é vosso espírito —, (para nós, palácio encantado de luxo e belezas insondáveis) — recebei, dizia, as homenagens que vos trazem vossos amigos e admiradores.

Tomai-as. Elas descem de muito alto : do cimo de nossos espíritos, como surgem de muito fundo : dos mistérios de nossos corações.

Assim, guardai, evangelizador de homens, estas homenagens tecidas de corações e iluminadas de espíritos.

Eu vos saúdo, portanto, sob a maior das emoções, nesta hora de despedida.

Salvé Sr. Araújo Lima.

MORTALIDADE MATERNAL

A mortalidade maternal entra na demografia como cousa incompreensível para mim por ser a maternidade um fenômeno fisiológico de multiplicação da vida. A vida que gera a vida deve ter direito à vida.

E para a luta contra as causas da morte maternal, são indispensáveis o médico obstétrico, a parteira diplomada, a maternidade, os consultórios maternais, as obras sociais de proteção à mãe operária, o serviço de assistência maternal a domicílio, o auxílio à prole numerosa, o seguro de maternidade, e a maternidade refugio para a mãe solteira.

Sepcemia, infecção puerperal, acidentes, de parto, hemorragias puerperais, eclampsia, placenta previa, gestação ectópica, toxemias grávidas e outras enfermidades do estado gravido-puerperal, pe-

las estatísticas que possuímos, parece que tem decrescido. Mas, o que mais agrava o problema da maternidade é uma certa relação que existe entre a maternidade e outras causas fatais que se entrelaçam com a maternidade, produzindo a morte, como sejam: a tuberculose, as molestias cardiacas, etc., especialmente a tuberculose.

A tragédia da morte da mãe, tem por consequência, quasi absoluta, a morte da criança e a tragédia arrastará outros graves problemas sociaes de repercução profunda no ambiente social.

U'a maternidade, não é apenas uma clinica obstétrica, é medida de urgência em nosso meio. A que possuímos está mal instalada. Tem numero reduzido de leitos. Numa cidade de 50.000 habitantes deve haver mil partos por ano, mais ou menos. Cada leito, numa maternidade deve servir a vinte e sete clientes, anualmente, para que foque a cada uma treze dias e tres horas. O que representa, para mil partos, por ano, 38 leitos. Basta esse calculo, para fazer ressaltar o problema que temos a resolver numa cidade de umas 150.000 almas. Isso sem contar os casos de aborto, os doentes de ginecologia que podem procurar a maternidade.

Dispomos de uns 30 leitos somente. O que é uma insignificancia. Ademais a nossa assis-

tência ao parto é má. O nosso serviço social, deficiente como é, apesar de tudo, não chegou a penetrar a maternidade.

Pensamos na construção de u'a maternidade, onde haja confôrto e todos os serviços necessários para uma perfeita organização : laboratórios, cirurgia, isolamento, asilo de gestantes, secção de puerperas, secção de puericultura, serviço de ginecologia e vias urinárias, médicas, parteiras, enfermeiras e assistentes técnicos sociais.

U'a maternidade é um quartel general para os seguintes serviços sociais : notificação compulsoria da gravidez, consultório prenatal, consultório de ginecologia, assistência obstétrica domiciliar, consultório de higiene infantil, consultório de pediatria, lactario, escola de mãesinhas, cantinas, asilo de gestantes, refúgio de puerperas, visitas sociais, ninhos, propaganda, asilo de lactantes, etc.

A clínica e a cirurgia se entrelaçam hoje para o êxito da maternidade, o que faz pensar não ser possível a indiferença de qualquer homem, ante o problema da mortalidade maternal no mundo.

Quem tem noção do assunto, se entristece visitando a nossa maternidade, onde até faltam leitos para atender a mães pobres dos bairros distantes.

U'a maternidade é um ambiente sagrado que precisa da cooperação de todos, porque ali surge a vida enviada por Deus; nascem os irmãos que no futuro serão a grandeza da Pátria pelo gênio, pela arte, pelo trabalho, pelo sacrifício e pelo sofrimento.

Pela maternidade, descem do seio de Deus, vidas para o Brasil, vidas que não devem morrer, e, menos ainda, vidas que possam extinguir as *Vidas* que geraram aquelas vidas.

ÍNDICE:

	Pags.
A Guisa de Prefácio	5
Agonia do Pensamento Moderno	11
Ação Social como fundamento do Direito Social	25
Pontos sôbre a Questão Social	41
Ação Social para uma Reforma Social	57
Ação Social da Igreja	73
Por um primado espiritual do Tra- balho	87
Técnica e Espiritualização	97
Proteção à Infância	105
A Escola Primária e suas relações com a Assistência à Infância	121
O espírito Tutelar dos Tribunais de Menores e o professorado pri- mário	141
Os menores de idade em face do Direito Penal	157
Os Jesuítas e a Assistência à Infância no Brasil	195
Discurso a um sociólogo	211
Mortalidade maternal	219



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
1918 · 2018



AMAZONAS
CULTURA DE
VALOR

Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO

